

TRABALHADORES E SINDICATOS NO BRASIL

MARCELO BADARÓ MATOS

TRABALHADORES E SINDICATOS NO BRASIL

1ª edição

Editora Expressão Popular

Copyright © 2008 by Expressão Popular

Revisão Cristina Daniels, Geraldo Martins de Azevedo Filho, Ricardo N. Barreiros

Capa Marcos Cartum

Projeto gráfico e diagramação Maria Rosa Juliani

Impressão Cromosete

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: março de 2009

Editora Expressão Popular Ltda.

Rua Abolição, 197 Bela Vista 01319-010 São Paulo SP

Tel. (11) 3105 9500 Fax(11) 3112 0941

vendas@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1	
A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: PRIMEIROS MOMENTOS	9
CAPÍTULO 2	
TRABALHADORES E SINDICATOS NA REPÚBLICA VELHA	9
CAPÍTULO 3	
TRABALHADORES E SINDICATOS NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS	9
CAPÍTULO 4	
OS SINDICATOS E O ENSAIO DEMOCRÁTICO (1945-1964)	9
CAPÍTULO 5	
DO GOLPE À NOVA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	9
CAPÍTULO 6	
OS SINDICATOS BRASILEIROS, DA CRISE DA DITADURA MILITAR À IMPLANTAÇÃO DA DITADURA DO MERCADO	9
CONSTRUINDO ALTERNATIVAS: QUE SINDICALISMO PARA AMANHÃ	9

INTRODUÇÃO

Não há como analisar a sociedade brasileira de hoje sem levar em conta a importância das organizações sindicais. Nas últimas três décadas, inúmeras greves, a ascensão de lideranças políticas vindas do meio sindical (incluindo um Presidente da República), o surgimento das centrais sindicais, as tentativas de pactos, entre outros fatores, estão a nos alertar para a posição central dos trabalhadores organizados em qualquer proposta para o Brasil. Mas a experiência de luta dos últimos anos, vivida diretamente por muitos de nós, não deve nos levar ao julgamento de que o sindicalismo (ou o “sindicalismo combativo”) no Brasil é coisa recente.

Este pequeno trabalho pretende servir de instrumento introdutório para o estudo da trajetória dos trabalhadores urbanos e do sindicalismo que construíram no Brasil. Como qualquer texto de introdução, trata-se de uma síntese que não tem como dar conta de análises mais aprofundadas de assuntos específicos, nem realçar as diferenças no movimento operário das várias regiões do país.

Optei por trabalhar com a maior quantidade possível de fontes, documentos de época, que servem para uma aproximação com os discursos e práticas de cada fase estudada

e facilitam o exercício da reflexão crítica sobre o passado. Para não sobrecarregar a leitura, as citações desses documentos vêm acompanhadas de referências simplificadas, que as identificam no próprio texto. Quase todas foram retiradas de coletâneas de documentos ou de outras obras de análise do tema, embora algumas tenham sido por mim diretamente coletadas em arquivos. De qualquer forma, as referências completas dos livros e artigos utilizados para colher documentos e orientar a análise são apresentadas, por capítulo, no fim do livro.

A despeito das diversas conjunturas, das contradições, das possibilidades e alternativas em conflito, é possível pensar a trajetória republicana no Brasil como marcada pela contínua subordinação/dominação da grande maioria da população. Subordinação assinalada pela exclusão da participação política, em um século marcado por ditaduras, golpes, restrição de democracia e empecilhos ao voto; em que o Estado foi tomado sempre como extensão dos domínios privados das minorias detentoras da riqueza. Dominação visível também na forma profundamente desigual de distribuição dos dividendos da riqueza socialmente produzida, em um país que obteve índices altíssimos de crescimento econômico, até pelo menos os anos de 1970, garantidos às custas da superexploração dos trabalhadores e do aprofundamento do fosso das desigualdades sociais. Cidadania restrita e perversa distribuição de renda e de riqueza, portanto. Não que se pense possível uma distribuição justa da riqueza numa sociedade capitalista. Trata-se de realçar o grau mais violento da dominação/exploração entre nós.

No contexto de restrições ao pleno exercício dos direitos do cidadão, em que o acesso ao voto foi vedado, cerceado, ou manipulado ao sabor dos interesses políticos dominantes, seria de esperar que as propostas políticas populares tivessem dificuldade de manifestar-se pela via do partido político e das eleições.

Da mesma forma, desde fins do século passado, as péssimas condições de vida e de trabalho, os baixíssimos salários e a violência de um mercado de trabalho caracterizado pela discriminação, tornaram as demandas econômicas prioritárias, na medida em que dizem respeito à sobrevivência e à dignidade. Mas demandas econômicas, quando articuladas em planos classistas mais amplos, adquirem inegável peso político.

Não é de se estranhar, portanto, que o instrumento de representação de interesses coletivos mais próximo ao mundo do trabalho – o sindicato – tivesse aqui uma grande importância. Conhecer melhor a trajetória dessas organizações é, por tudo isso, uma obrigação para os que têm compromisso com a transformação da ordem atual.

Cabe esclarecer que esta é uma segunda edição, revista e ampliada em relação à primeira, que foi publicada em 2002. Além de uma revisão geral, esta nova versão foi acrescida de um primeiro capítulo, que discute o momento inicial do processo de formação da classe trabalhadora ainda no século 19, bem como de uma extensão do capítulo sobre o sindicalismo recente, atualizando dados e discussões da primeira versão. Na revisão, tentei manter o mesmo tom geral do texto anterior: objetivo e didático, sem abrir mão da atualização em relação às pesquisas acadêmicas, nem tampouco do claro compromisso com um tema que é bem mais que um “objeto” de estudo.

A maior parte dos trabalhos sobre a história brasileira produzidos atualmente tem origem nas pesquisas desenvolvidas nas universidades. Este livro foi escrito por um professor/pesquisador universitário e baseou-se em boa parte das pesquisas recentes produzidas nas universidades sobre o tema. Porém, sua origem não foi exclusivamente acadêmica. As primeiras versões deste material foram apostilas para cursos de formação de lideranças e ativistas sindicais. A primeira edição do livro foi parcialmente financiada pelo Sin-

dicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais – Sintuperj e distribuída e discutida em diversos cursos de formação (entre eles os cursos de “Realidade Brasileira” e o de “História da Luta de Classes no Brasil”, com ativistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e de outros movimentos sociais), o que possibilitou que esta nova versão se beneficiasse de tais discussões. Trabalhadores e sindicatos foram, assim, abordados como objeto de pesquisa não muito distante, pois passei os últimos 20 anos envolvido, com maior ou menor intensidade, na atividade sindical, como professor de cursos de formação, ativista ou dirigente. Trata-se, portanto, de um trabalho que tem compromisso com uma abordagem academicamente consistente e atualizada da história do movimento operário e sindical no Brasil, mas que a entende como compatível e necessária com um outro compromisso, com o próprio movimento. Daí o tom militante que o texto conscientemente assume. Porém, uma militância que compreende que a análise crítica, e não a louvação de lideranças ou organizações, é fundamental para um movimento conseqüente.

Por isso mesmo, estas primeiras palavras não estariam completas sem meus agradecimentos aos alunos dos cursos que ministrei na universidade, nos sindicatos, na Escola Nacional Florestan Fernandes – MST, aos bolsistas que comigo trabalharam em projetos correlatos – Andréa, Paulo, Mônica, Rodrigo, Júlia, Luciana, Marcela, Rafael, Igor, Josué, Branno, Maya, Elisa, Desirée – aos companheiros e companheiras do Instituto de Estudos Socialistas (IES), do “Brasil outros 500” e, em especial, para a militância na Aduff-SSind e do Andes-SN. Agradecimento à parte a Vito Gianotti e Cláudia Santiago, “patrões” em diversos cursos, mestres que gentilmente concordaram em fazer uma leitura atenta e uma revisão cuidadosa de uma primeira versão do trabalho.

Com João atravessei os últimos 15 anos compreendendo que estudo e militância só fazem sentido se forem instru-

mentos para tentar legar a ele um outro mundo, possível, necessário, socialista.

Por fim, um agradecimento especial ao Grego e à Gabi, que me hospedaram no carnaval em que esta nova versão do livro foi concluída. Com Stela, que me abriu as portas de Santa Tereza e do seu coração. Por nosso amor.

A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: PRIMEIROS MOMENTOS

Começo este livro resumindo uma história. Uma história de desventuras e aventuras de trabalhadores em padarias, entre 1876 e 1912, contada por um líder da categoria, João de Mattos, num manuscrito localizado entre os papéis apreendidos pela polícia política carioca nos anos de 1930. No manuscrito, João registra suas memórias sobre as lutas dos empregados em padarias desde a época da escravidão até o momento das mobilizações sindicais.

Sua história começa em Santos, em 1876, quando trabalhava em padarias da cidade e organizou um “levante”, que ele explica ser como “as mesmas greves de hoje”. O levante organizado por João de Mattos foi uma paralisação das padarias da cidade, em meio à qual se deu a fuga dos trabalhadores escravizados daqueles estabelecimentos. Esta foi preparada com a falsificação de cartas de alforria (documentos que diziam que seu portador havia sido libertado), que permitiram aos fugitivos encontrar trabalho como trabalhadores livres no interior do Estado. Na linguagem do manuscrito:

Em Santos existiam 5 padarias. E nós com os convenientes preparos, e com toda a cautela conseguimos o 1o. Levante geral, devido aos patrões serem muito maus e malvados – com castigos

e mais castigos sem a mínima razão. Às horas combinadas [as padarias] foram todas abandonadas. Eu já tinha todas cartas precisas, porém falsificadas, para cada, de liberdade. Seguimos. E, além deles já estarem bem compenetrados, mais fomos no caminho insinuando-os. E tão bem dispersos foram que não apareceram mais. Passados dois meses fui preso em São Bernardo e me conduziram para a cidade de Santos. Estive preso uns três meses e como não apareceu um só que fosse para provar fui posto em liberdade, condicional de não voltar mais àquela cidade (Duarte, *L. Pão e liberdade* (...), pp. 64-65).

De Santos, João rumou para a cidade de São Paulo, onde organizou outro “levante”, desta vez reunindo 11 ou 12 padarias da cidade, em 1877. Tal qual o de Santos – com paralisação, fuga, cartas de alforria falsificadas – tudo deu certo, e os trabalhadores escravizados das padarias paulistanas fugiram na direção do Estado do Rio de Janeiro, acompanhados de João de Mattos, que em 1878 chegou à cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil, onde atuou com os mesmos objetivos. No Rio, com um número muito maior de padarias, para preparar um levante igual aos de Santos e São Paulo, ele e seus companheiros precisaram criar uma organização, que foi batizada de Bloco de Combate dos Empregados em Padarias. O Bloco de Combate tinha sede, estatuto e um lema – “Pelo pão e pela liberdade” –, mas precisava funcionar clandestinamente, escondido sob a fachada de um “curso de dança”. Afinal, como relata João de Mattos, não podiam “funcionar claramente, era um crime terrível guerrear a propriedade escrava” (*Idem*, p. 67).

O Bloco de Defesa chegou a reunir mais de 100 associados, organizou-se em quatro comissões, fez alguns levantes parciais e, em 1880, um novo levante geral, como o chamou João de Mattos. Os trabalhadores escravizados fugiram em direção à Barra do Piraí, com suas cartas de alforria forjadas e João acabou sendo novamente preso, por conta de uma delação. Dessa vez, foi defendido pelo propagandista

da abolição e da República, Saldanha Marinho, conseguindo ser absolvido.

Quando a escravidão foi abolida, em 1888, as lutas de João de Mattos e dos seus companheiros não haviam terminado. Afinal, como ele mesmo ensina, “em 1888 nós realizamos a maior vitória da nossa intransigente luta, ficando o caminho livre para os escravizados de fato e nós, os escravizados livres, até o presente entremos a lutar” (*Idem*, p. 70). Os trabalhadores “livres”, que ele define como “escravizados livres”, só possuem “o direito de escolher entre este e aquele senhor” (*Idem*, p. 71). Na nova fase das lutas dos padeiros, João e seus companheiros organizaram, em 1890, uma associação com o objetivo de reunir recursos para comprar padarias para os próprios trabalhadores, eliminando os patrões. Era a Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias no Brasil – cujo lema era “Trabalhar para nós mesmos” –, que reuniu cerca de 400 sócios, mas não deu certo, porque o tesoureiro fugiu com o dinheiro da entidade.

Os problemas não os levaram a desistir das lutas e, em 1898 (ou 1893, segundo outras fontes), eles fundaram a Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padarias – com o lema “Trabalho, justiça e liberdade: sem distinção de cor, crença ou nacionalidade” – com o objetivo de auxílio mútuo (arrecadava dos sócios para auxiliá-los em momentos de doença, acidentes, morte etc.). Essa sociedade reuniu mais de mil associados, publicou o jornal *O Panificador*, organizou uma biblioteca, um centro de educação e acabou adquirindo características de sindicato, buscando representar os interesses profissionais de seus associados. Travou, assim, uma luta pelo descanso aos domingos e pela jornada de 8 horas de trabalho, dirigindo abaixo-assinados às autoridades, que nada resolveram. “Recorrendo à sociedade dirigente nada obtive – explica João de Mattos –, porque a política deles é uma e a dos dirigidos é outra” (*Idem*, p. 77).

Depois desses embates, no início do século 20, João foi posto pelos donos de padaria em uma “lista negra”, não conseguindo mais se empregar nesse setor. Os patrões também tentaram dividir o movimento, criando a Liga Federal dos Empregados em Padarias, uma entidade que filiava trabalhadores para dirigi-los, entretanto, segundo os interesses patronais. No entanto, a lição de luta de João de Mattos deixou fortes marcas e, nos anos seguintes, a Liga foi conquistada por militantes combativos, que unificaram a organização da categoria, filiaram mais de 4 mil trabalhadores e realizaram, em 1912, a primeira greve geral dos trabalhadores em padarias na cidade do Rio de Janeiro.

Por que o relato de João de Mattos e da trajetória de luta dos padeiros é importante para entendermos a formação da classe trabalhadora no Brasil? O processo de formação de uma classe só pode ser compreendido a partir das condições objetivas (independentes da vontade dos homens) que, desde o surgimento da propriedade privada (e do Estado), opõem, no processo da produção, os produtores diretos, àqueles que, detendo os meios de produção (terras, ferramentas, máquinas, oficinas, fábricas, empresas), exploram os que nada possuem, por isso tendo de trabalhar para outros de forma a garantir sua sobrevivência. No capitalismo, tal oposição objetiva entre os interesses dos proprietários e os dos despossuídos ganha novos contornos, pois os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário adquirem, na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores, e, no bojo desse conflito (a luta de classes), constroem sua consciência de classe. Os valores, discursos e referências culturais que articulam tal consciência, entretanto, não surgem do nada. Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classes anteriores. Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão,

não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classes – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas.

EXPERIÊNCIAS COMUNS E LUTA PELA LIBERDADE

Por isso a história de João de Mattos é tão significativa. Nela se revelam os elos entre os períodos anterior e posterior a 1888, no processo de formação da classe trabalhadora. Afinal, até meados dos anos de 1850, o trabalho escravizado dominava não apenas o cenário dos grandes latifúndios monocultores, voltados para a agricultura de exportação, mas também as principais cidades do país, em que os trabalhadores escravizados moviam portos, transportes terrestres, comércio urbano e até mesmo as primeiras fábricas. Assim, o Rio de Janeiro possuía, em 1849, uma população total de 266.466 pessoas, sendo 155.854 livres (muitas das quais libertas, ou seja, ex-escravizadas) e 110.602 escravizadas. Com o fim oficial e a repressão ao tráfico negreiro, em 1850, esse número caiu nas décadas seguintes. Mas, em 1872, os trabalhadores escravizados ainda representavam quase 20% da população da capital do Império, somando 48.939 entre os 274.972 habitantes da cidade. Em Salvador, a população total da cidade era estimada em 66 mil pessoas, com 42% delas escravizadas.

Nesses centros urbanos, os trabalhadores escravizados estavam inseridos nas mais diversas atividades, dos serviços domésticos aos ofícios mais especializados, passando pelo trabalho pesado do transporte de mercadorias e pelo variado comércio de rua. Muitos eram alugados pelos seus senhores para prestarem serviços a outros e um outro tanto corria as ruas da cidade vendendo seus serviços por um

pagamento em dinheiro, do qual destinavam a maior parte para os senhores, que estipulavam um valor a ser pago diária ou semanalmente – eram os trabalhadores escravizados ao ganho. Circulavam com relativa autonomia pela cidade, muitas vezes pagando pelo alimento ou mesmo pela moradia com parte do que recebiam. Eram, entretanto, constantemente vigiados pela polícia, que impedia reunião de trabalhadores escravizados e controlava seus movimentos, porque os senhores temiam revoltas urbanas de trabalhadores escravizados, como as várias que ocorreram em Salvador na primeira metade do século 19, a maior delas conhecida como “Revolta dos Malês” (nome atribuído aos africanos de religião muçulmana), ocorrida em 1835.

Nessas condições, trabalhadores escravizados e livres conviviam lado a lado, nas ruas, moradias e locais de trabalho das maiores cidades brasileiras. Como nas padarias de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, que João de Mattos nos faz lembrar. Não poderia ser estranho, portanto, que, compartilhando espaços de trabalho, circulação, moradia e lazer, esses trabalhadores – escravizados ou livres – também compartilhassem valores, hábitos, vocabulário, experiências enfim, inclusive de organização e de luta, ainda que as diferenças de sua condição jurídica criassem distâncias significativas (p. 11).

Por isso, tratando do principal embate de classes daquela época – a luta contra a escravidão –, quando João de Mattos afirma que os abolicionistas iniciaram sua campanha pública em 1879, mas os empregados em padarias foram os “primitivos lutadores antiescravistas”, pois desde 1876 já “guerreavam a escravidão de fato”, podemos entender, com ele, que os abolicionistas do Parlamento e das campanhas na imprensa foram os “figurantes” de uma luta pela liberdade que teve como protagonistas os próprios trabalhadores escravizados, mas apoiados por trabalhadores livres que se opunham à escravidão.

Em São Paulo, a rede de apoio aos caifazes (os abolicionistas tidos como radicais porque apoiavam a fuga em massa dos trabalhadores escravizados) incluía os ferroviários, cocheiros, charuteiros e tipógrafos. Rede de solidariedade que chegava a envolver organizações de operários imigrantes, como o Círculo Operário Italiano, que promoveu espetáculos em 1881 com o objetivo de angariar fundos para comprar a liberdade de trabalhadores escravizados. Em depoimento à imprensa décadas depois, um antigo cocheiro da estação ferroviária da Luz assim recorda sua atuação em apoio às fugas de escravizados:

E como todos nós compreendíamos! Um simples piscar de olho, um gesto, uma contorção e estavam prontos para tudo, prestando o serviço desejado com o maior disfarce e limpeza! (Quintão, A. A. *Irmandades negras* (...), p. 82).

Jornais abolicionistas registram o mesmo tipo de envolvimento operário com a causa da abolição no Ceará, província que impulsionou a retomada do movimento abolicionista, ainda em 1881. Segundo *O Abolicionista*, jornal carioca:

A classe tipográfica da capital reuniu-se e publicou um manifesto aderindo à Sociedade Cearense Libertadora, resolvendo negar absolutamente os seus serviços aos jornais que se declararam adversos ao movimento abolicionista da província e do país, fazendo publicações de qualquer gênero naquele sentido (*O Abolicionista* n° 14, 1º/12/1881, ano II, p. 5).

No Rio de Janeiro, envolvimento semelhante seriam encontrados em vários grupos operários organizados. Como no caso dos operários do Arsenal de Marinha, registrado pelo mesmo jornal:

Os mestres e operários das oficinas de fundição e ferreiros do arsenal de marinha resolveram abrir entre si uma contribuição mensal em favor da abolição do elemento servil. Cada um deles dará a quantia que puder dispor, sendo o total entregue todos os meses à diretoria da Sociedade Emancipadora, para a devida

aplicação. Eis aí um procedimento digno de imitação, e que muito abona a classe artística que teve a iniciativa, digna de louvor (*O Abolicionista* nº 12, 28/9/1881, ano II, p. 7).

Nos primeiros anos da década de 1880, os tipógrafos do Rio de Janeiro fundaram o Clube Abolicionista Gutemberg, que se encarregou de comprar alforrias e instituiu uma escola noturna e gratuita. O empenho dos tipógrafos na causa abolicionista já era visível havia alguns anos, como demonstra a conferência de Vicente de Souza – agitador republicano, anos depois uma das principais lideranças socialistas cariocas – patrocinada pela Associação Tipográfica Fluminense, em 1879. A conferência aconteceu em 23 de março daquele ano, no Teatro São Luiz, tendo como título “O Império e a escravidão, o Parlamento e a pena de morte”. Seu objeto específico era a denúncia do caráter retrógrado da proposta do Deputado Martin Francisco que, sob o pretexto de evitar crimes cometidos por escravizados, que ele atribuía a uma opção consciente destes pela pena de galés (trabalho forçado), propunha a adoção da pena de morte para escravos condenados por assassinato. Embora definindo os africanos como “brutais como a selvageria do hipopótamo, selvagens como a brutalidade de suas guerras”, Vicente de Souza atribuía os crimes praticados por trabalhadores escravizados ao fato de não lhes ser aberto o caminho do recurso à lei, sob o argumento de defesa do direito de propriedade dos senhores, que se pautava numa conquista, num roubo da própria humanidade dos cativos (*Conferência realizada no Teatro S. Luis (...)*, pp. 15- 28).

Em depoimento de André Rebouças, percebe-se que os setores operários estavam presentes de forma ativa na fase final da luta contra a escravidão, apoiando as fugas em massa e a formação dos “quilombos abolicionistas”. Casas e locais de trabalho haviam sido utilizados como refúgio de trabalhadores escravizados que escapavam ao controle senhorial:

Nas casas das famílias abolicionistas, nos escritórios comerciais, nas redações dos jornais, nos hotéis, nas padarias, nas grandes fábricas, nos quartéis, nas tipografias, por toda a parte em que houvesse alguma alma abolicionista, encontrava-se um abrigo seguro para guardar a pobre gente” (Depoimento de André Rebouças (...) citado por Silva, Eduardo. *As camélias do Leblon* (...), p. 97).

Ou seja, os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua libertação, demonstrando que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação.

ORGANIZAÇÕES

E se trabalhadores escravizados e livres compartilharam experiências de trabalho e de vida, além de valores, fizeram-no por meio de uma troca de experiências que incluiu o compartilhamento de modelos e formas associativas, assim como de padrões de mobilização e luta. No que diz respeito às formas associativas, aos trabalhadores escravizados era proibida a associação coletiva, restando a clandestinidade em organizações pelas quais buscavam libertar-se, como o Bloco de Combate, lembrado por João de Mattos. Havia, entretanto, uma exceção, pois lhes era permitido pertencer a irmandades, sociedades católicas que reuniam devotos de um santo padroeiro e que possuíam, além do objetivo de culto a esse padroeiro, funções de apoio aos membros (“irmãos”), como o auxílio em caso de morte, para que a família custeasse o funeral. Para os trabalhadores escravizados e libertos (ex-trabalhadores escravizados) existiam irmandades específicas, como as de N. Sra. do Rosário, as de São Benedito, as de São Elesbão e Sta. Efigênia, entre outras. Mas também havia irmandades organizadas por grupos de trabalhadores livres, como aquelas associadas a determinados ofícios especializados, que reuniam os artesãos (aqui chamados geral-

mente de artistas) de uma mesma profissão, sob a proteção de um santo padroeiro associado àquele ofício. Era o caso das irmandades de São Jorge, que reuniam os ferreiros, funileiros, latoeiros etc.; ou as de São Pedro, dos pedreiros; de Santo Elói, dos ourives; entre outras. Embora as irmandades negras não tivessem sido criadas com o objetivo de luta pela liberdade – ao contrário, foram instituídas pela Igreja para buscar converter os africanos e seus descendentes ao catolicismo, que justificou durante séculos a escravidão –, acabaram em alguns momentos adquirindo o papel de espaço de aglutinação de abolicionistas (em São Paulo, os caifazes se reuniam e imprimiam seu jornal na irmandade do Rosário). Da mesma forma, as irmandades ligadas aos ofícios artesanais não foram criadas para representar interesses profissionais, mas o faziam em alguns momentos.

Porém, se irmandades eram associações de caráter religioso que, em determinadas condições, poderiam reunir trabalhadores escravizados, ao longo do século 19 os trabalhadores livres experimentaram outro tipo de associativismo vedado aos escravizados. Trata-se da experiência com as associações de ajuda mútua – as mutuais – sem referência religiosa, com o objetivo de reunir em uma caixa comum as contribuições dos associados para auxiliá-los em momentos de doença, invalidez, morte, entre outros. Como os mais necessitados desse tipo de apoio eram os pobres, leia-se os trabalhadores que ganhavam tão pouco que não podiam arcar com os custos de sua incapacidade temporária ou permanente para o trabalho, muitas mutuais tiveram um caráter profissional, reunindo trabalhadores do mesmo ofício, da mesma empresa ou de várias profissões aglutinadas. Entre as mutuais profissionais, algumas chegaram a ir além dos limites de seus estatutos, como a Associação Tipográfica Fluminense que, em 1858, apoiou uma greve dos tipógrafos do Rio de Janeiro (comentada mais adiante). Entre as que aglutinavam vários ofícios, uma experiência interessante,

também ocorrida no Rio de Janeiro, mas que gerou frutos de nomes semelhantes em muitas outras cidades, foi a da Sociedade Beneficente Liga Operária, fundada em 1871. Além de denominar-se operária, a Liga propunha-se, segundo seus estatutos, a reunir “todos os operários e artistas nacionais e estrangeiros” e anunciava, entre seus fins, representar os interesses dos associados, só que de forma bem ampla, pois, como afirmava, procuraria “por todos os meios ao seu alcance, melhorar a sorte de todas as classes operárias” (*Estatutos da Sociedade Beneficente denominada Liga Operária*, p. 3).

Os trabalhadores escravizados e os libertos nas cidades absorviam tais experiências, pois há registros de algumas tentativas de criação de mutuais de trabalhadores negros, como a Sociedade Beneficente da Nação Conga, criada antes de 1861, ou a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor, de 1874. No mesmo ano de 1874, o Conselho de Estado (principal instância administrativa do Império) examinou o pedido de registro de uma Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amigos da Consciência”. Seus estatutos, como os das outras duas, eram muito semelhantes aos de qualquer mutual – prevendo auxílios para sócios doentes, viúvas etc. –, com a diferença entretanto de estabelecer que, para ser sócio, o candidato devia pertencer “à Nação Conga ou a qualquer outra, porém, africana” [*Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência”* (24 de setembro de 1874), fl. 9].

Os membros do conselho rejeitam todos esses pedidos, alegando falhas técnicas nos processos, inabilitação dos responsáveis, ou ainda que a Nação Conga não é uma nação, como as européias, e sim uma “horda de bárbaros”. Mas o principal motivo, explícito no caso desta última, é o fato de que “intitulando-se da Nação Conga admite sócios de outras procedências africanas, e sem declarar que livres, pode julgar-se com direito a admitir trabalhadores escravizados, o que não é permitido pelas leis” (*Idem*, fl 2v).

Filiando inclusive trabalhadores escravizados, tais associações podiam incluir em seus estatutos formas de utilizar o caixa da entidade para comprar a liberdade de seus sócios, ou podiam mesmo possuir o objetivo, não declarado nos estatutos, de apoiar por todos os meios a causa da abolição, razão pela qual os conselheiros de Estado, não satisfeitos em apenas proibir seu funcionamento, ainda recomendam a repressão, determinando ao governo imperial “tomar conhecimento reservado, por meio da Polícia, dos indivíduos que as promovem e das circunstâncias que lhes dão causa”.

Mesmo sendo proibidas, a existência dessas associações, ou das tentativas de criá-las demonstra a disposição de libertos e mesmo escravizados de se apropriarem de formas de organização e solidariedade coletiva de trabalhadores ditos livres, as quais, aos olhos dos homens de Estado, não lhes eram adequadas.

E essa experiência associativa de escravizados e ex-escravos se desdobra para além da abolição. Um exemplo está na organização dos trabalhadores do porto no Rio de Janeiro. Na vigência da escravidão, o conjunto de variados trabalhos típicos do porto, como o de carregadores, estivadores, arrumadores, era predominantemente ocupado por trabalhadores escravizados. Constituíam características comuns a esse conjunto o “trabalho avulso” – ou seja, recebe-se por dia de trabalho e não há garantia de ser contratado todos os dias – e o fato de que a maioria das tarefas era executada por turmas de vários trabalhadores, normalmente coordenadas por um capataz, encarregado, ou “capitão”. Diante da dureza do trabalho, da insegurança em relação à contratação diária e do exercício coletivo das tarefas, criou-se no setor uma forte solidariedade entre os trabalhadores escravizados que desempenhavam tais tarefas, sendo comuns os relatos de que, em grupos, eles economizavam recursos para comprar, um a um, a liberdade de seus parceiros de trabalho.

No início do século 20, quando começaram a surgir os primeiros sindicatos dos trabalhadores do porto, como a União dos Estivadores, ou a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, percebe-se que as continuidades em relação ao período da escravidão ainda eram visíveis. O sindicato dos trabalhadores em trapiches (os armazéns da época) de café, por exemplo, fundado em 1905, possuía um quadro social quase exclusivamente composto por trabalhadores negros e seus primeiros presidentes foram todos negros. Através de várias mobilizações e greves, os portuários do Rio conquistaram, ainda no início do século, o direito de organizarem, por meio dos sindicatos, a contratação das turmas de carregadores, garantindo o monopólio do serviço no setor para os sindicalizados, e criando regras que buscavam distribuir de forma mais uniforme os dias de labuta pelo conjunto dos trabalhadores. Como explica o jornal *Correio da Manhã*, em matéria publicada no dia 14/10/1906, após as conquistas de uma greve comandada pela Sociedade de Resistência:

Presentemente, e em razão da greve (ainda não de todo terminada) obtêm os carregadores salários relativamente elevados, gozando de regalias que nunca tiveram. (...) Em cada trapiche ou casa de café coloca a Sociedade um 'representante do trabalho', reconhecido pelo industrial que emprega 'a tropa' e respeitado pelos companheiros que a compõem. Para manter a boa ordem e necessária disciplina existem muitos fiscais, que são também carregadores, usando uma chapa especial que é o distintivo da sua categoria" (Citado por Cruz, M. C. V. *Tradições negras na formação de um sindicato* (...), p. 252).

Ou seja, os ex-escravos e seus descendentes que exerciam o trabalho portuário na segunda metade do século 19 não apenas continuaram no setor, mas também se organizaram sindicalmente, sobre a base de formas de solidariedade existentes há muito tempo, para garantir seu monopólio sobre esses empregos irregulares, no interior do instável mercado de trabalho da cidade.

E não era uma experiência isolada. Em Pelotas e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, as cidades gaúchas em que a presença escrava fora mais ampla, em razão das atividades do porto e da charqueada (produção da carne seca), as primeiras organizações operárias tiveram, entre seus fundadores e organizadores, muitas vezes, lideranças negras, que também organizavam jornais, clubes e outras formas associativas de ex-escravos e seus descendentes, em condições de forte presença do preconceito racial. Como reconhecia o líder anarquista Cecílio Villar, que por lá esteve em 1914 e relatou a um jornal operário sua experiência, afirmando que os militantes deviam:

reagir denodadamente contra os preconceitos profundos, vestígios da escravidão que dividem os trabalhadores. Como tem acontecido em outras partes, os trabalhadores daí chegam à compreensão de que as nacionalidades, as cores, as raças não devem ser empecilhos à sua função, com conagração de todas as suas energias no combate ao regime que a todos traz escravizados”(citado por Loner, B. A. *Construção de classe* (...), p. 275).

Lembremos o lema da Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padarias: “Trabalho, justiça e liberdade: sem distinção de cor, crença ou nacionalidade”. Por isso, quando o relato de João de Mattos traça a história, a trajetória das organizações coletivas de padeiros, do Bloco de Defesa – com fins de luta contra a escravidão – à Cosmopolita e à Liga Federal dos Empregados em Padarias, que passam a atuar com objetivos sindicais, defendendo os interesses dos trabalhadores, inclusive com o recurso à greve, podemos não estar lendo uma história comum, como a de qualquer outra organização, mas sim percebendo um campo de possibilidades associativas que atravessa as lutas contra a escravidão e finca raízes importantes para a formação das organizações sindicais propriamente ditas.

FORMAS DE LUTA

Boa parte dos textos, de memórias ou de análises que localizam a primeira greve no Brasil, citam a dos compositores tipográficos dos três jornais diários que circulavam na capital do Império (a Corte), em 1858, como a pioneira. Essa greve é, de fato, bastante significativa. Após meses reivindicando aos donos dos três principais jornais da Corte (*Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio*) um reajuste de salários, numa conjuntura de alta dos preços, os compositores (os tipógrafos que compunham os jornais artesanalmente, organizando letras de metal em chapas para impressão) resolveram recorrer à paralisação do trabalho a partir de 9 de janeiro de 1858. O mais interessante da greve é que dela há registros relativamente amplos, porque os compositores, apoiados pela Imperial Associação Tipográfica Fluminense, fundaram o *Jornal dos Tipógrafos*, de circulação diária, que nas semanas seguintes apresentou os argumentos dos trabalhadores. Nas páginas do jornal, um grupo profissional relativamente pequeno (o maior dos diários, o *Jornal do Comércio*, empregava cerca de 32 tipógrafos), apresentava-se como constituído por “artistas”, artesãos especializados, empobrecidos pela ganância dos proprietários das folhas que se negavam a pagar-lhes um salário digno. Além disso, a greve chama a atenção pelo papel ativo da associação dos tipógrafos, que embora tivesse como objetivo principal o auxílio mútuo de seus filiados, assumiu a função de representação dos seus interesses, intercedendo junto às autoridades e financiando a compra do maquinário para a impressão do jornal dos grevistas.

No *Jornal dos Tipógrafos* podemos encontrar manifestações preliminares de uma identidade de classe em construção, mesmo havendo afirmações claras de especificidade, quando define seus membros como “artistas”, que se “coligaram” por constituírem uma “classe mal retribuída nos seus serviços”. Porém, também se afirma que “operários de

diversas classes” encontravam-se em situação semelhante à dos tipógrafos e se reconheciam em seus atos (*Jornal dos Tipógrafos*, Rio de Janeiro, 14/1/1858, p. 1). Em alguns artigos referentes ao movimento ia-se além, afirmando a necessidade de pôr fim às “opressões de toda a casta” e de combater a “exploração do homem pelo mesmo homem”, apontando contra o “egoísmo estúpido dos empreendedores da indústria, capitalistas (...)” (*Jornal dos Tipógrafos*, Rio de Janeiro, 23/1/1858, pp. 2-3).

Examinando o movimento dos tipógrafos de 1858 – suas características de representação de um setor de trabalhadores livres e assalariados, que se associaram e lutaram coletivamente, para defender sua dignidade como artistas, mas, também, enfrentando aqueles que conscientemente consideravam como seus inimigos de classe, os patrões – poderíamos dizer que estamos diante de um episódio do processo de formação da classe trabalhadora, que apresenta semelhanças evidentes com os casos clássicos, como o inglês. Mas, para as maiores cidades brasileiras na segunda metade do século 19, e do Rio de Janeiro em particular, como já ficou claro nas páginas anteriores, deter-se apenas nessa face do trabalho livre para pensar o processo de formação da classe pode gerar uma grande limitação da análise.

Se a greve dos tipógrafos foi ou não a primeira greve de trabalhadores livres ou assalariados no Brasil, é difícil comprovar. Porém, chama a atenção que alguns dos mesmos memorialistas que a definem como a primeira greve brasileira tenham comentado outro episódio, ocorrido no ano anterior. Trata-se dos trabalhadores escravizados do estabelecimento da Ponta da Areia, de propriedade de Mauá, assim noticiada pelo jornal *A Pátria*, de Niterói, em 26/11/1857:

Ontem, das 11 para o meio-dia, segundo nos informam, os escravos do estabelecimento da Ponta da Areia levantaram-se e recusaram-se a continuar no trabalho, sem que fossem soltos três dos seus parceiros, que haviam sido presos por desobediência às

ordens do mesmo estabelecimento. Felizmente o levantamento não ganhou terreno, pois o Exmo. Sr. Dr. Paranaguá [o Chefe de Polícia da Província], apenas teve a notícia, dirigiu-se ao local e fez conduzir à casa de detenção, presos, os 30 e tantos amotinados.

Sabe-se que o estabelecimento da Ponta da Areia, constituído de fundição e estaleiro organizados em muitas oficinas, era o maior empreendimento privado do gênero na época, contando com cerca de 600 operários, sendo aproximadamente um quarto deles escravizados. Sabemos também que muitos outros arsenais e fábricas de então empregavam grande quantidade de escravizados. Ou seja, além de compartilharem espaços e experiências de trabalho, escravizados e livres acabavam por compartilhar formas de luta.

Aliás, naquele ano de 1857, em Salvador, os carregadores urbanos, em sua maioria escravizados que trabalhavam ao ganho, interromperam o trabalho para protestar contra uma nova legislação da cidade que os obrigava a pagar uma taxa e usar uma plaqueta de identificação. O peso de tal paralisação na cidade era evidente, pois como relatou no ano seguinte o viajante alemão Robert Aré-Lallement: “Tudo o que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro” (citado por Reis, J. J. *A greve negra de 1857 (...)*, p. 8). Organizados coletivamente para o trabalho, nos “cantos” em que se reuniam à espera da contratação, mostraram durante a paralisação uma forte capacidade de articulação e resistência que acabou por gerar uma revisão da legislação, atendendo ao menos parcialmente suas reivindicações.

Mesmo as greves, portanto, instrumento típico de reivindicação dos trabalhadores assalariados, foram em alguns momentos utilizadas como forma de luta pelos trabalhadores escravizados das cidades, apresentando demandas específicas, porém demonstrando que os intercâmbios de experiências entre os que viviam e trabalhavam nos mesmos espaços poderiam ter dimensões mais amplas do que o esperado pelos senhores e patrões.

VALOR DA LIBERDADE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Nas páginas anteriores, espero ter demonstrado que a história do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil começa ainda durante a vigência da escravidão e não apenas a partir de 1888, com a chegada em massa dos imigrantes europeus, que – com base em uma generalização do que se viu em São Paulo – são identificados muitas vezes como a classe operária no Brasil, e associados aos primeiros sindicatos, às greves e às propostas de transformação social. Isso, porém, não significa dizer que a classe trabalhadora estava formada no Brasil antes da virada do século 19 para o 20.

O que se identificou aqui é que, a partir do compartilhamento de experiências de trabalho e vida em algumas cidades brasileiras com forte presença da escravidão, ao longo do século 19, trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe. E se a conquista da liberdade era o elemento central da luta de classes sob a vigência da escravidão, cujo protagonismo foi desempenhado pelos próprios escravizados, com apoio de outros segmentos sociais à causa, particularmente dos trabalhadores livres em algumas de suas primeiras organizações, os valores forjados naquelas batalhas passaram a fazer parte do arsenal compartilhado pelos trabalhadores nas décadas seguintes, servindo mesmo de parâmetro para a avaliação das experiências e das lutas subseqüentes.

Por isso, João de Mattos, no relato que abriu esta discussão, ao se referir aos trabalhadores escravizados (ele não fala em escravos, pois não nasceram assim, foram escravizados por outros), chama-os de “escravizados de fato”, contrapondo-os não aos “trabalhadores livres”, mas aos “escravizados livres”, porque para ele a luta pela liberdade não estava completa, já que os trabalhadores assalariados possuíam, em suas

palavras, apenas “o direito de escolher entre este ou aquele senhor” (Duarte, L. *Pão e liberdade...*, p. 71).

No início do século 20, esse tipo de raciocínio estará presente muitas vezes nos discursos das lideranças operárias, em seu esforço para mobilizar, organizar e conscientizar os trabalhadores, como se percebe na análise de um outro trabalhador de padarias, publicada em 1908 no jornal *A Voz do Trabalhador*:

A lei de 88 que aboliu a escravidão no Brasil parece que só não atingiu os operários padeiros, mais escravos do que foram os daquela raça, porque de todos os gananciosos e exploradores sobressaem os donos de padaria

Argumento que se mantinha, alguns anos depois, nas palavras de um outro trabalhador:

É fato que acabou a escravatura em 13 de maio de 1888, e diz ainda o adágio popular que “contra os fatos não há argumentos”; porém, eu digo que há. Há porque, se bem que a escravatura acabou, não acabou no pensamento dos nossos algozes, que são estes para quem nós derramamos até a última gota de suor e que não nos sabem recompensar, e nunca saberão, se a isso não os obrigarmos por nossas próprias mãos. A essa classe de gente nós denominamos, na nossa linguagem operária – burgueses (*A Voz do Trabalhador*, 1913).

Nas décadas seguintes, quando o número e a diversidade – emigrantes estrangeiros, antigos artistas, ex-escravos, migrantes das áreas rurais – dos trabalhadores urbanos se ampliar, as experiências comuns a escravizados e livres na segunda metade do século 19 terão deixado marcas bastante significativas sobre o processo de formação da classe trabalhadora.

TRABALHADORES E SINDICATOS NA REPÚBLICA VELHA

A fase da chamada República Velha (1889-1930) é um momento chave para a constituição não só do movimento operário, mas também da própria classe trabalhadora. E a formação de uma classe trabalhadora no Brasil de então era um processo bastante complicado. É certo que, desde a segunda metade do século 19 tínhamos, ao menos nas principais cidades, algumas fábricas, diversas oficinas, além de muitos estabelecimentos comerciais e de serviços, cujos empregados recebiam salários. Havia também, como vimos, formas variadas de organizações coletivas que congregavam trabalhadores, livres ou não. Mas, até 1888, as lutas de classes ainda giravam em torno da questão da escravidão e, mesmo após o fim desta, persistiriam grandes obstáculos para a formação da classe, associados à diversidade da origem dos novos assalariados, e às dificuldades para que as organizações coletivas existentes assumissem o caráter de defesa de interesses comuns identificados a partir do compartilhamento de uma mesma posição na divisão social do trabalho.

Não é o bastante, embora seja determinante, que muitos indivíduos compartilhem uma experiência comum em ter-

mos de condições de vida e de trabalho para que constituam uma classe. É preciso que os grupos de indivíduos identifiquem essa experiência como comum e seus interesses como convergentes entre si e opostos aos de outros grupos. Daí organizarem-se, em sindicatos ou partidos, por exemplo, para coletivamente defenderem tais interesses, expressos na crítica à sua situação e em propostas de mudança social, com sentido de classe.

INTER ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE.

Mas, no Brasil de quase quatro séculos de escravidão, construir uma identidade de classe para os trabalhadores esbarrava na imagem negativa do trabalho. Até o século 19, a regra era: trabalhava quem era escravizado ou os livres que não possuíam escravos. Nossas classes dominantes não tinham como se apoiar numa tradição cultural ou religiosa de valorização do trabalho e, por isso, não confiaram apenas na mensagem ideológica que rezava: “o trabalho dignifica o homem”, “o trabalho é o caminho para a ascensão social” etc. Classes dominantes, também marcadas pela experiência da escravidão, só que pelo lado do mando, insistiram na repressão como estratégia para garantir a disponibilidade de trabalhadores no mercado de trabalho assalariado em formação. A fórmula era simples: quem não trabalhasse deveria ser preso. Logo após a abolição, nossos deputados discutiam uma lei capaz de garantir que o ex-escravo se conformasse às novas regras. Tal lei teria o sintomático nome de “Lei de Repressão à Ociosidade”. Assim referia-se um deputado ao projeto em discussão:

Votei pela utilidade do projeto, convencido, como todos estamos, de que hoje, mais do que nunca, é preciso reprimir a vadiagem, a mendicância desnecessária etc. (...) Há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer,

porque a lei não pode de um momento para o outro transformar o que está na natureza. (...) A lei produzirá os desejados efeitos compelindo-se a população ociosa ao trabalho honesto, minorando-se o efeito desastroso que fatalmente se prevê como consequência da libertação de uma massa enorme de escravos, atirada no meio da sociedade civilizada, escravos sem estímulos para o bem, sem educação, sem os sentimentos nobres que só pode adquirir uma população livre e finalmente será regulada a educação dos menores, que se tornarão instrumentos do trabalho inteligente, cidadãos morigerados, (...) servindo de exemplo e edificação aos outros da mesma classe social” (Deputado MacDowell, na Câmara, em 1888, citado por Chalhoub, *S. Trabalho, lar e botequim*, p. 42).

Nessa situação, coube aos próprios trabalhadores a tarefa de construir, para si, uma ética positiva do trabalho. Porém, não com os mesmos objetivos dos empresários. A valorização do trabalho e do trabalhador era, para os primeiros militantes operários, um pré-requisito para que se identificassem como classe e pudessem, então, agir coletivamente por meio de suas organizações sindicais. Isso explica a ênfase de certas manifestações culturais operárias na difusão de uma imagem positiva do trabalho e do trabalhador, ainda que nem sempre com um discurso autônomo da classe, indicando um processo de conscientização complexo em curso. Como no “Soneto” publicado por um órgão da imprensa operária:

Tu que batalhas noite e dia e a arte
Honras com o teu trabalho, tu bendito
Hás de um dia gozar a melhor parte
Da fortuna que dá gozo infinito

Tu que vives agora, qual baluarte
De trabalho fecundo, ouve meu grito,
E vês que nestes versos p’ra saudar-te
Chamo-te à luta e a trabalhar insisto.

É que a verdade se resume nisto:
Nada, nem mundo, existiria agora,
Se o operário não fosse o meigo Cristo

Vivamos, pois, num trabalho fecundo,
O trabalho engrandece e revigora
O operário, riqueza deste mundo.

(“Soneto”, citado por Kocher, B. & Lobo,
E. *Ouve meu grito*, p. 7).

Com a ambigüidade típica de uma fase em que falar diretamente aos de baixo era considerado tão importante como pedir espaço aos de cima, o poema expressa esse esforço para convencer os próprios trabalhadores, e a sociedade como um todo, da importância da classe. Em tal tarefa, o movimento sindical desse período desempenhou o papel principal. Ao fim desse processo, a expressão de uma consciência de classe autônoma, embora limitada como sempre pelo contexto da luta de classes de sua época, se apresentaria de forma mais clara.

A EXPERIÊNCIA OPERÁRIA, DO FIM DO SÉCULO 19 ÀS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO 20

Ao tratarmos da classe trabalhadora nas primeiras décadas de sua formação, é preciso ter em conta o peso relativamente pequeno do operariado industrial típico no conjunto da força de trabalho. Era ainda muito pequeno o espaço da indústria na economia brasileira de então. A produção industrial respondia por cerca de 5% da população empregada no país em 1872, chegando a 13,8%, em 1920. Nessa primeira fase, a indústria crescia a partir do investimento de capitais acumulados em outros setores, considerados, então, mais dinâmicos, como era o caso do comércio importador e atacadista, no Rio de Janeiro, e do complexo cafeeiro em São Paulo. A tabela abaixo nos fornece uma idéia mais clara das dimensões do parque industrial nos dois maiores centros urbanos do país:

INDÚSTRIAS E CAPITAL INVESTIDO – RIO E SÃO PAULO

Local	Ano	Nº de empresas	Capital (contos)
Rio	1907	662	167.120
	1920	1.542	441.669
	1929	1.937	641.661
São Paulo	1907	326	127.702
	1920	4.154	537.817
	1929	6.923	1.101.824

Fonte: Silva, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, p. 79.

Era de se esperar que o número de postos de trabalho nas fábricas não garantisse, por si só, a efetivação de um largo mercado de trabalho assalariado urbano no país. A cifra de 293.673 operários manufatureiros e industriais no Brasil em 1920 é pouco significativa se comparada aos 9.566.840 de habitantes economicamente ativos do país, 66,7% dos quais estão no campo. Mesmo que tomássemos os empregados no comércio e serviços, ainda assim seria baixo o número de assalariados. Ainda mais se levarmos em conta que em todos esses setores era majoritário o número de autônomos e contratados temporariamente ou por tarefa.

Apesar de todos esses limites, não é possível ignorar que existiam fábricas, em grandes cidades, e que o mercado de trabalho assalariado urbano era uma realidade em construção. Desse ponto de vista, como grupo de pessoas que compartilham experiências comuns a partir de condições de vida e de trabalho semelhantes, pode-se afirmar que uma classe trabalhadora já estava em formação.

Tomando por base o Rio de Janeiro, na primeira década do século 20 o principal pólo industrial, é possível observar, pelo censo de 1906, o seguinte quadro em termos de estratificação ocupacional da população economicamente ativa:

CLASSIFICAÇÃO DAS PROFISSÕES SEGUNDO O CENSO DE 1906 –
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Profissões	População empregada
Produção da matéria-prima	25.575
Indústria	115.779
Comércio	62.775
Transporte	22.807
Administração pública e profissões liberais	44.493
Diversos (domésticos, sem profissão, improdutivos...)	540.014
Total	811.443

Fonte: Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal), realizado em 20 de setembro de 1906.

Salta aos olhos a grande quantidade de pessoas sem ocupação definida ou empregadas no serviço doméstico, o que demonstra os limites de um mercado de trabalho assalariado em expansão. Ainda assim, somando trabalhadores em indústrias (que nas estatísticas da época incluíam oficinas e manufaturas), comércio, transportes, agricultura, funcionalismo e profissões liberais, encontramos cerca de 300 mil pessoas.

Quanto à formação do operariado industrial propriamente dito, os dados sobre o Rio de Janeiro e São Paulo podem nos fornecer uma visão do crescimento no número de postos de trabalho nas principais cidades industriais ao longo do período:

OPERÁRIOS INDUSTRIAIS EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO

Anos	São Paulo	Rio de Janeiro
1907	24.186	34.850
1920	83.998	56.517
1929	148.376	93.525

Fonte: Silva, S. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil, p. 79.

Cabe destacar também que, além da extensão limitada do mercado de trabalho assalariado, uma extrema diferenciação (quanto à origem nacional e étnica principalmente)

entre os trabalhadores era uma barreira significativa à formação de uma identidade comum. Em São Paulo, cerca de 55% da população era composta por estrangeiros na década de 1890 e, entre a população ocupada, os estrangeiros chegavam a somar 68%, ou seja, a grande maioria dos trabalhadores paulistas era composta por imigrantes, a maior parte dos quais, italianos. Já no Rio de Janeiro, na virada do século, o percentual de estrangeiros na população girou em torno dos 25%, sendo portugueses mais da metade desses imigrantes. Ainda nessa cidade, cerca de 35% dos habitantes foram identificados como negros ou mestiços, em 1890. Quando confrontados com os dados relativos ao mercado de trabalho, esses números tornam-se marcas de uma discriminação. Enquanto mais da metade dos estrangeiros economicamente ativos estava ocupada no comércio, indústria ou artesanato – atividades de remuneração menos baixa – cerca de 65% dos de origem negra ocupavam-se em serviços domésticos ou não tinham profissão declarada, em 1890.

Sobre aqueles que se encontravam no mercado de trabalho dito “formal”, há algumas referências interessantes a respeito das condições a que estavam submetidos. Alguns poucos escritores demonstraram uma curiosidade – não necessariamente simpatia – que os levou a descrever as mórbidas condições de trabalho de certos grupos urbanos. É o caso desta passagem da “crônica/reportagem” de João do Rio sobre um grupo de mineiros do Rio de Janeiro:

Estávamos na Ilha da Conceição, no trecho hoje denominado – “A fome negra”. Há ali um grande depósito de manganês, e do outro lado da pedreira que separa a ilha, um depósito de carvão. (...) Logo depois do café, os pobres seres saem do barracão e vão para o Norte da ilha, onde a pedreira refulge. (...) Quando chega o vapor, de novo removem o pedregulho para os saveiros e de lá para os porões dos navios. Esse trabalho é contínuo, não tem descanso. (...) Trabalha-se dez horas por dia, com pequenos intervalos para as refeições, e ganha-se 5 mil réis. Há, além dis-

so, o desconto da comida, do barracão onde dormem, 1.500; de modo que o ordenado na totalidade é de 8 mil réis. Os homens gananciosos aproveitam então o serviço da noite, que é pago até de manhã por 3.500 e até a meia-noite pela metade disso, tendo naturalmente o desconto do pão, da carne e do café servido durante o labor” [João do Rio (Paulo Barreto). “A fome negra”. In: *A alma encantadora das ruas*].

O Estado, em alguns poucos momentos, também se dispôs a relatar as condições de trabalho de algumas categorias. Embora em tom mais neutro e intenções normalmente associadas à “racionalização” do trabalho (no sentido de aumento do ritmo de produção e diminuição do número de empregados), os funcionários do governo não podiam deixar de descrever as péssimas condições a que os trabalhadores estavam submetidos. É o caso deste relato sobre os carregadores no Porto de Santos em 1912:

O trabalho dos carregadores de café é pesadíssimo. Sob um sol ardente, sob a chuva e em dias de noroeste, esse pessoal, nas dez horas de serviço que tem, executa um trabalho fatigante e perigoso. O serviço que começa às seis horas da manhã e termina às cinco horas da tarde, é interrompido às dez horas, para o descanso de uma hora destinado à refeição. (...) Fato que desagrade a todos que visitam as instalações do porto de Santos é a falta de aparelhamento mecânico de seu cais e armazéns. Ali tudo se faz à mão. À imitação do que se observa em portos em tudo inferiores ao de Santos, já poderia a companhia concessionária de seu cais ter tratado do dito aparelhamento, diminuindo assim o esforço exigido no emprego do braço humano e o número dos trabalhadores ocupados (...)” (Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, São Paulo, 3º trimestre de 1912, citado por Gitahy, M. L. C. *Ventos do mar*, p. 115).

Ainda mais importantes são os relatos dos próprios trabalhadores sobre sua condição. Como os de Elvira Boni, costureira que fundou e dirigiu o sindicato de sua categoria, recordando as estratégias de exploração das costureiras, em locais de trabalho que confundiam o ambiente da produção

com o ambiente doméstico dos proprietários, como era o caso das “casas de madames”, ou ateliês de costura:

– A que horas se começava a trabalhar?” “– Às oito horas da manhã. As aprendizes chegavam um pouco mais cedo para ver se a oficina estava em ordem. Às 11 e meia, meio-dia, parava-se para almoçar. Nessa primeira casa em que trabalhei, por exemplo, a madame dava o almoço. Era uma questão de meia hora só: levantávamos, comíamos na cozinha e voltávamos para a costura. Aliás, a comida era muito malfeita, ruim mesmo. Feijão, arroz, às vezes um ensopado, outras vezes legumes. A mesma empregada fazia a comida da madame, mas era uma comida diferente. Havia depois um intervalo de uns 15 minutos para tomar café, e às seis horas íamos embora” [Depoimento de Elvira Boni. *In* Gomes, A . C. (org.). *Velhos militantes*, p. 28].

O que dizer então das primeiras fábricas, onde as péssimas condições de trabalho eram aguçadas pelas jornadas muito longas, pela violência dos encarregados, pelos constantes acidentes, pela exploração do trabalho de crianças e pelos abusos contra as operárias? Mulheres e crianças, aliás, formavam a maioria da mão-de-obra empregada nas fábricas de tecido, os maiores estabelecimentos industriais de então. Ganhavam menos e cumpriam a mesma jornada dos homens. A imprensa operária sempre trazia denúncias de superexploração, acidentes, doenças e violências no ambiente fabril. As que pareciam provocar maior sentimento de injustiça e indignação eram justamente relativas ao abuso contra mulheres e à violência contra crianças. Como a que se segue, publicada em 1922, sobre uma fábrica de tecidos do grupo de Ermínio de Moraes:

Votorantim! Terrível palavra! Todos quantos conhecem a fábrica que leva esse nome não podem mais do que tremer de ódio, ao escutar seu nome mil vezes maldito. Não há, não pode haver em toda Sorocaba um só trabalhador, homem ou mulher, que lá, nesse ergástulo da morte, não tenha uma recordação lúgubre. A morte impera; a tuberculose domina; a tirania é o apa-

nágio dos feudais daquelas paragens. Hoje, ainda hoje, mais um crime revoltante acaba de perpetrar-se naquela bastilha: centenas de crianças que ali se estiolam na seção de fiação, cansadas de serem exploradas miseravelmente, e ultimamente coagidas a trabalhar nove horas por dia, resolveram abandonar o trabalho, para fazerem respeitar a jornada de oito horas. Foi quanto bastou para que os janízaros, chefiados pelo imbecil que responde ao chamado de Pereira Ignácio, trancassem todas as portas e janelas da fábrica, querendo, assim, evitar que os pequenos mártires do trabalho pudessem regressar aos seus lares” (Pinheiro, P. S. & Hall, M. *A classe operária no Brasil*, vol. 2, p. 124).

Quando o jornal fala em centenas de crianças na fábrica, não está exagerando. Um relatório de 1912, do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, lista 3.707 menores de 16 anos (grande parte deles com menos de 12 anos), num total de 10.204 operários empregados em 29 fábricas de tecidos do Estado (Citado por Pinheiro, P. S. & Hall, M. *A classe operária no Brasil*, vol. 2, pp. 87-88).

Em todas as fábricas do país, as jornadas sempre superiores a dez horas diárias, o trabalho de crianças e o maquinário perigoso somavam-se à insalubridade do ambiente para formar um quadro de mortes e acidentes constantes. Um exemplo ilustrativo é o das oficinas tipográficas de um jornal gaúcho, assim descritas em matéria do jornal *A democracia*, de orientação socialista, em 1905:

As oficinas de *A Federação* têm todas as condições precisas para ser um foco pestífero. Para resumir as provas desta asserção é bastante citar que de todas as casas de trabalho de Porto Alegre, no espaço de 15 anos, é delas que tem morrido maior número de operários. O edifício é extenso e como uma caverna: ali não há sequer uma área, um pequeno pátio ou uma janela por onde facilmente se renove o ar (...) Na parede dos fundos, que confina com a funilaria de uma fábrica de beneficiar banha fizeram duas pequenas aberturas, à sala de ventiladores. É por ali que deve penetrar o ar puro nas oficinas de impressão e composição, mas,

ao contrário disso, aquilo é antes o transmissor de ar ainda mais viciado. E como se tudo isso ainda não fosse suficiente para abalar, para destruir a saúde do pessoal operário da *A Federação*, acresce mais este caso barbaramente anti-higiênico: não há latrinas no edifício.” (*A Democracia*, Porto Alegre, 4/6/1905, citado por Petersen, S. R. F. & Lucas, M. E. *Antologia do movimento operário gaúcho*, p. 140).

Se trabalhar era dureza, mais difícil ainda era sustentar uma família com o produto desse trabalho. Comparando os salários com a alta do custo de vida, percebemos que, ao longo de todo o período, ocorreu uma significativa redução do poder de compra dos trabalhadores, cuja remuneração crescia sempre mais lentamente que os preços:

SALÁRIOS E CUSTOS DE VIDA EM SÃO PAULO (1914-1921) – ÍNDICES

Ano	Índice do custo de vida	Índice de salário
1914	100	100
1915	108	100
1916	116	101
1917	128	107
1918	144	117
1919	148	123
1920	163	146
1921	167	158

Fonte: Pinheiro, P. S. “O proletariado industrial na Primeira República”. In *HGCB*, Tomo III, vol. 2, p.147.

Trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal. As descrições dos locais de moradia dos trabalhadores no início do século conduzem-nos a realidades miseráveis, insalubres e superpovoadas. Como o quarteirão de uma região próxima ao centro do Rio descrito por Lima Barreto:

Penetrou naquela vetusta parte da cidade, hoje povoada por lôbregas hospedarias, mas que já passou por sua época de relativo realce e brilho. Os botequins e tascas estavam povoados do que

há de mais sórdido na nossa população. Aqueles becos escuros, guarneçados, de um e de outro lado, por altos sobrados, de cujas janelas pendiam peças de roupa a enxugar, mal varridos, pouco transitados, formavam uma estranha parte da cidade (...) Entre os homens [que ali moravam], porém, havia alguns com ocupação definida: marítimos, carregadores, soldados” (Lima Barreto. *Clara dos Anjos*, p. 171).

Não era muito diferente a situação dos bairros operários paulistas. O relato insuspeito é de Antônio Bandeira Jr., que em 1901 escreveu um estudo pioneiro sobre as fábricas em São Paulo, revelando-se um ferrenho defensor do industrialismo, mas sendo obrigado a reconhecer que:

Nem um conforto tem o proletário nesta opulenta e formosa capital. Os bairros em que mais se concentram, por serem os que contém o maior número de fábricas, são os do Brás e do Bom Retiro. As casas são infectas, as ruas, na quase totalidade, não são calçadas, há falta de água para os mais necessários misteres, escassez de luz e de esgotos” (Citado por Decca, M. G. de *Cotidiano dos trabalhadores na república*, p. 20).

O quadro estaria incompleto se, ao tratar da experiência operária na República Velha, nos contentássemos com os aspectos do trabalho e da sobrevivência. A experiência de classe molda-se também a partir de uma vivência política. Se pensássemos apenas em termos de política partidário-eleitoral, poderíamos dizer que a maioria dos trabalhadores daquele período não agia politicamente, pois com a barreira da proibição do voto do analfabeto (além das restrições a mulheres, menores de 21 anos etc.), pouquíssimos eram os eleitores. Para se ter um exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, capital e, portanto, local com um dos maiores índices de alfabetização do país, o número de potenciais eleitores nunca ultrapassava os 20% da população, mas o número dos que efetivamente se apresentavam para votar era menor, oscilando entre 2% e 5% do total de habitantes da cidade. No país como um todo, as primeiras eleições presidenciais

diretas, de 1894, registraram um total de eleitores equivalente a cerca de 2% do total da população.

Mas esse quadro de baixa participação na política das eleições, dominadas naquela fase pelas oligarquias regionais de grandes proprietários, não deve ofuscar a participação em manifestações cujo cunho político não pode ser ocultado. Como os protestos coletivos violentos. Somente no Rio de Janeiro, entre 1880 e 1904, pelo menos cinco grandes revoltas urbanas foram registradas, com a população promovendo quebra-quebras e envolvendo-se em choques com a polícia, motivada por aumentos considerados extorsivos em tarifas públicas (em especial a passagem do bonde). Revoltavam-se também contra o que consideravam intervenções abusivas do poder público na vida privada dos indivíduos (como o levante contra a vacinação obrigatória de 1904, conhecido como “Revolta da Vacina”). Por trás desses motins, evidencia-se o contraste entre a capital da República, que se queria transformar em cartão-postal do Brasil para o mundo civilizado, e as grandes massas de despossuídos urbanos, atingidos diretamente por reformas que os expulsavam do centro da cidade para os distantes subúrbios, ou morro acima para as primeiras favelas.

Talvez a manifestação política mais organizada dos trabalhadores no período partisse justamente dos sindicatos, que, embora não se constituíssem em instrumentos de intervenção no jogo político eleitoral, eram os porta-vozes mais nítidos das propostas de mobilização, reivindicação e transformação social. Nada mais eminentemente político que a prática sindical.

OS SINDICATOS E AS PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Na tarefa de criar uma identidade de classe para os trabalhadores e de exigir do restante da sociedade um espaço maior para esta, as organizações coletivas – sindicatos e outras formas de associação operária – desempenhariam um papel chave.

Partidos operários foram criados ao longo de toda a República Velha, mas tiveram sempre vida curta. Os grupos socialistas lutaram por uma ampliação da participação político-eleitoral do operariado, visando encaminhar reformas legais que os beneficiassem. Porém, o caminho dos partidos era estreito, pois, como vimos, as restrições ao voto impediam a participação operária e era natural que a política partidária fosse vista como impermeável aos interesses populares. As propostas dos partidos socialistas do início da República, centradas na ampliação da participação política e na elaboração de leis sociais, podem ser ilustradas pelos pontos do programa do Partido Operário, criado por militância de imigrantes alemães identificados com a Segunda Internacional, em 1890. Os trechos a seguir foram retirados de documento aprovado quando do congresso por eles organizado, no Rio de Janeiro, em 1892:

- Art. 1º – Eliminação de todo poder hierárquico e hereditário;
 - Art. 2º – Eleição direta em todos os postos eletivos pelo sufrágio universal e anulação dos mandatos anteriores;
 - Art.3º – Direito de todos os cidadãos elegerem e serem eleitos; (...)
 - Art. 13 – Introdução das bolsas de trabalho; (...)
 - Art. 22 – Proibição de trabalho para as crianças menores de 12 anos; (...)
 - Art. 25 – Em caso de reivindicações comuns dos operários junto aos empregadores e aos governos, os trabalhadores negociarão, e em caso de fracasso, utilizarão a greve pacífica;
 - Art. 26 – Fixação da jornada de trabalho normal em oito horas; diminuição adequada para o trabalho nas indústrias perigosas para a saúde; fixação do trabalho noturno em cinco horas;
 - Art. 27 – Pagamento do salário em função das horas de trabalho.
- (Pinheiro, P. S. e Hall, M. *A classe operária no Brasil*, vol. 1, pp. 28 e 29).

Reforçava-se, assim, a importância dos sindicatos. Havia já de algum tempo, entre os trabalhadores, uma tradição associativa de cunho mutualista, ou seja, voltada para o auxílio mútuo dos associados. Nas origens do mutualismo

brasileiro, como vimos, cruzaram-se a tradição das corporações de ofício (que congregavam os artesãos) portuguesas e as irmandades leigas (entidades parareligiosas que também acumulavam funções assistenciais), fortes entre os portugueses e mesmo entre os africanos, escravizados e libertos. A força dessa tradição das associações de auxílio mútuo pode ser explicada também pelas condições de vida e de trabalho dos primeiros operários. Na ausência de legislação social, momentos de afastamento do trabalho por acidente, viuvez, funerais etc. eram dramáticos para as famílias de trabalhadores, e a participação numa dessas associações poderia ser a única possibilidade de amenizar tais sofrimentos.

Em 1887, somente no Rio de Janeiro, existiam 115 associações com esses fins assistencialistas, das quais 48 tinham cunho profissional (formadas por trabalhadores de uma mesma categoria ou empresa) (Stotz, E. N. *Formação da classe operária*, p. 66). Muitas associações mutualistas de caráter profissional passaram a assumir gradualmente feições sindicais, ao defenderem interesses de seus associados frente aos patrões e ao Estado. Em São Paulo, sete associações de auxílio mútuo foram criadas entre 1888 e 1900; esse número subiu para 41 novas associações entre 1901 e 1914 e para 53 entre 1917 e 1929 (Luca, T. *O sonho do futuro assegurado*, p. 20).

Das associações mutuais para os sindicatos o caminho não era necessariamente direto, pois suas finalidades eram bastante diferentes. Na virada do século, um número cada vez maior de ligas, associações de resistência e sindicatos começaram a surgir, enquanto boa parte das mutuais permaneceu em pé. A diferença básica estava na definição de que ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e do governo.

Correntes políticas variadas disputaram a direção das primeiras organizações sindicais. Os socialistas buscaram esse espaço, mas era compreensível que uma proposta que

secundarizava a vida sindical em relação à política partidária tivesse pouco sucesso naquela conjuntura de pequena participação eleitoral dos operários.

Recusando a via eleitoral-partidária e apostando tudo no conflito direto com o patronato, como forma de mobilizar e conscientizar os trabalhadores para a necessidade de transformação profunda da sociedade, os sindicalistas revolucionários – defensores de um sindicalismo de ação direta, inspirado no modelo francês –, quase sempre anarquistas, em especial na vertente mais tarde chamada de anarcossindicalista, tornaram-se as principais lideranças na primeira fase de organização de sindicatos. O caminho para a revolução, que geraria uma sociedade sem classes e sem Estado era, para esse grupo, a ação direta, cuja manifestação mais conhecida era a greve. Quando, em 1906, organizou-se o I Congresso Operário Brasileiro, os anarquistas fizeram-se representar em maioria e imprimiram às resoluções do encontro a marca de suas propostas:

Tema 1 – O sindicato de resistência deve ter como única base a resistência ou aceitar conjuntamente o subsídio de desocupação, de doença ou de cooperativismo?

Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo, ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição de suas condições;

O Congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato.

Tema 2 – Quais os meios de ação que o operariado, economicamente organizado, pode usar vantajosamente?

O Congresso aconselha como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos todos aqueles que dependem do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve geral ou parcial, a boicotagem, a sabotagem, o labéu, as manifestações públicas etc., variáveis segundo as circunstâncias de lugar e de momento. (*A Voz do Trabalhador*. Ano VII, nº 48, 1º de fev. de 1914, p. 6).

Como estratégia para despertar a mobilização operária, esses sindicalistas revolucionários defendiam a utilização intensiva de meios de propaganda, como os jornais e as palestras. Muitos desses jornais tiveram vida curta e foram obra do esforço solitário de pequenos coletivos ou mesmo de indivíduos. Mas existiram também jornais de duração mais longa, como foi o caso de *A Voz do Trabalhador*, periódico sob a responsabilidade da Confederação Operária Brasileira (COB), criada no Congresso Operário de 1906. Entre 1908 e 1915, com intervalos sem edição, o jornal da COB teve mais de 70 números editados.

Os anarquistas acreditavam, ainda, que a emancipação social dos trabalhadores dependia de sua libertação moral dos vícios e das ideologias da burguesia, expressos nos jogos de azar, no alcoolismo e nos festejos mundanos, como o carnaval, por exemplo. Combatiam também as práticas educativas da escola convencional e a Igreja, responsáveis, segundo eles, pelo atraso cultural, a degradação moral e a subordinação intelectual dos trabalhadores. Uma verdadeira cultura operária deveria, segundo essa ótica, surgir e difundir-se por meio de bibliotecas proletárias, centros de estudos, círculos culturais, escolas livres, teatro social e literatura engajada.

A conjuntura do início dos anos de 1920 marcaria o declínio anarquista. Para isso, foi decisiva a repressão do Estado, fechando entidades e jornais de trabalhadores; prendendo e exilando lideranças e investindo na propaganda anti-sindicato.

O aumento da repressão pode ser identificado, inclusive, pela maior especialização do aparato policial estatal. Em 1920 (no final de um ciclo de crescimento grevista, como discutido adiante), foi criada a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, da qual surgiria, em 1922 (ano da fundação do PCB e dos primeiros levantes dos “tenentes”), a 4ª Delegacia Auxiliar, com sua Seção de Ordem Política e So-

cial, corpo policial especializado na vigilância e repressão às organizações e movimentos de trabalhadores, atividade agora identificada como de “polícia política”. Após passarem pelas suas celas, militantes estrangeiros eram sumariamente expulsos do país, enquanto se enviavam muitos brasileiros para a mortal Colônia Correcional de Clevelândia, no distante Oiapoque amazônico.

Mas, a partir de 1922, os anarquistas teriam de enfrentar também a competição com os comunistas. Fundado naquele ano, por antigos militantes anarquistas, o Partido Comunista do Brasil (PCB) procuraria aglutinar as simpatias provocadas pela vitória da Revolução Soviética de 1917, tentando adequar-se ao formato, já então exportado para o mundo todo, do partido bolchevique. Como os socialistas, os comunistas consideravam a via partidária privilegiada, porém, não a defendiam apenas nos limites das instituições políticas legais. Para eles, o partido seria uma “vanguarda revolucionária” pronta a comandar o proletariado no enfrentamento violento com a ordem estabelecida, para a tomada do Estado, em direção à sociedade socialista. Nessa visão, os sindicatos seriam o melhor local para aglutinar os trabalhadores e difundir a doutrina comunista.

As distinções entre as propostas de comunistas e de anarquistas constituíam foco de caloroso debate. Uma vez que o espaço dos sindicatos era o primeiro a ser ocupado pelos comunistas, tomar as direções sindicais das mãos anarquistas exigia intenso esforço de propaganda de idéias e disputa política pela adesão de militantes. Astrogildo Pereira, vindo da militância anarquista, foi o principal formulador das propostas do PCB para os sindicatos naqueles primeiros anos após a fundação do partido. O trecho a seguir de 1923 foi extraído de seus muitos artigos, que procuravam ressaltar as vantagens da doutrina comunista frente às propostas anarquistas:

Podemos, de tal sorte, caracterizar a política anarquista em matéria de organização sindical como sendo a política do divisionismo. Essa política deriva em linha reta de seu idealismo. (...) Para os anarquistas, a organização sindical deve ser construída à base idealística, doutrinária, política. Que os sindicatos das várias tendências se federem à parte segundo as tendências políticas comuns a cada grupo. E nada de misturas nem de entendimentos! Tudo separado! Federação anarquista de um lado, Federação comunista de outro lado, Federação amarela ainda de outro lado (...) Ora, esta é também, precisamente, a opinião da burguesia. Quanto mais dividido estiver o proletariado, melhor para ela, burguesia, porque a ‘fragmentação’ proletária é sinônimo de ‘fraqueza’ proletária. Nós, comunistas, encaramos a questão de outro modo. Nós a encaramos realisticamente, objetivamente, e não através do prisma colorido do ideal. E a realidade crua e dura nos diz o seguinte: só argamassada em um bloco único pode a organização proletária enfrentar com vantagem o bloco burguês (Pinheiro, P. S. & Hall, M. *A classe operária no Brasil*, vol.1 , p. 267).

O objetivo da hegemonia no meio sindical seria alcançado pelos comunistas por volta de fins da década de 1920, embora as lideranças anarquistas estivessem ainda à frente de algumas organizações sindicais importantes. Por essa época, o PCB, embora ilegal, realizou suas primeiras incursões na política eleitoral, por meio do Bloco Operário e Camponês (BOC), que, em 1928, apresentava candidatos aos legislativos com um programa que salientava o combate ao latifúndio e ao imperialismo. Em 1929, os comunistas concretizam o desejo de criar uma central sindical sob sua orientação, fundando em congresso a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB). Na lógica comunista, essa central seria um instrumento privilegiado para que as esclarecidas vanguardas revolucionárias guiassem as massas em direção à transformação social. É esse o tom de um manifesto da CGTB datado de março de 1930:

Nessa situação, o papel de nós outros, militantes sindicais da vanguarda, deve ser unir nossos esforços em todo o país, para assumirmos a direção dessas massas e não deixá-las, desor-

ganizadas e desunidas, praticar atos desorientados e inúteis; deve ser orientá-las, organizá-las num exército formidável e invencível, capaz de derrubar de uma vez as forças coligadas da burguesia.

Mas não existiam apenas lideranças sindicais com horizontes de transformação social na República Velha. Havia espaço também para o florescimento de um grupo (bastante diferenciado entre si) que defendia a colaboração com o patronato e o Estado, como forma de alcançar os objetivos de classe dos trabalhadores. Seus adversários os chamavam de “amarelos”. Sob essa denominação cabiam os sindicalistas que se afirmavam “não extremados” e “práticos, não sonhadores”, em oposição aos anarquistas. Cabiam também os católicos, que pregavam “com calma e prudência a solidariedade de classes”, como proclamava o jornal *União Operária*, de Recife, em 1906. Assim seriam vistos ainda os cooperativistas, que nos anos de 1920 defendiam no jornal carioca *O Imparcial*:

(...) a consciência inspirada nos reclamos do interesse nacional que exige a harmonia do proletariado, do patronato e do governo, em prol da ordem social e da perfeita tranqüilidade de quantos mourejam nas lavouras, nas oficinas, na construção civil, nos serviços vários e na direção administrativa do Brasil (*O Imparcial*. Rio de Janeiro, 1º/2/1928. Citado por Carone, E. *Movimento operário no Brasil. 1877-1944*, p. 450).

TRABALHADORES EM MOVIMENTO

Construir uma periodização precisa do movimento operário na Primeira República, caracterizando as fases de avanço e refluxo em termos de ação e mobilização, é tarefa das mais complicadas. As flutuações nos ciclos grevistas são uma primeira pista. Tomando as greves como o principal indicador de mobilização operária, podemos constatar a concentração de movimentos em alguns anos da primeira década do século 20 e a explosão grevista dos anos de 1917-1920.

GREVES OCORRIDAS NO RIO DE JANEIRO (1890-1920)

Ano	Número	Ano	Número	Ano	Número
1890	6	1904	5	1918	29
1891	7	1905	8	1919	22
1892	3	1906	3	1920	26
1893	1	1907	8	1921	4
1894	-	1908	6	1922	2
1895	-	1909	14	1923	1
1896	2	1910	3	1924	3
1897	-	1911	8	1925	3
1898	5	1912	14	1926	3
1899	8	1913	5	1927	9
1900	10	1914	2	1928	24
1901	5	1915	7	1929	20
1902	4	1916	3	1930	11
1903	39	1917	13		

Fonte: Mattos, M. B. (org.) *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*.

OCORRÊNCIA DE GREVES – ESTADO DE SÃO PAULO

Anos	Capital	Interior	Total do Estado
1888-1900	12	12	24
1901-1914	81	38	119
1915-1929	75	41	116
1930-1940	59	31	90

Fonte: Moreira, S. *São Paulo na Primeira República*, p. 14.

Nas greves, percebemos melhor os métodos utilizados pelos operários para pressionar o patronato, bem como as estratégias de mobilização e conscientização aplicadas pelas lideranças. Para estas, em especial as anarquistas, as greves poderiam ter um sentido revolucionário. Porém, em muitos casos, os movimentos não se resumiam ao horizonte das lideranças, surgindo às vezes de forma “espontânea” (no sentido de não convocados por organizações sindicais) e assumindo o formato de grandes protestos coletivos, próximos aos levantes da multidão urbana descritos anteriormente.

É também no momento das greves que a principal arma do empresariado e do Estado para lidar com os trabalhadores (ou com a “questão social” como eles diziam) – a repressão – manifestava-se de forma mais visível. Assim é que a repressão aos movimentos grevistas era considerada tarefa das mais importantes da polícia. Em 1904, em relatório referente ao ano de 1903, o mais agitado do período em termos de greves, o chefe de Polícia do Rio de Janeiro afirmava que procurou “sempre que possível, fazer obra de conciliação”, mas completava em nota que, diante dos tumultos dos agitadores:

A liberdade de trabalhar, inquestionavelmente mais legítima do que a de não trabalhar, sofre logo a mais insólita das agressões, precisando, portanto, estas de uma repressão enérgica e pronta por parte dos poderes públicos (...) (Relatório do chefe de Polícia do Distrito Federal, *Anexo ao Relatório do Min. Da Justiça*, 1904).

Na primeira década do século, as greves passaram a ocorrer com maior frequência, mobilizando tanto os novos segmentos de operários industriais que surgiam com as grandes fábricas – em especial no ramo têxtil – quanto os grupos de artesãos especializados que haviam sido responsáveis pela criação das primeiras organizações coletivas profissionais. No ano de 1902, por exemplo, uma greve mobilizou 25 mil operários de fábricas de tecidos durante 20 dias. No ano seguinte, uma greve de cocheiros e carroceiros paralisou a cidade do Rio de Janeiro e os têxteis voltaram a parar, mobilizando desta vez 40 mil operários, num movimento que contagiou diversas outras categorias, configurando-se em greve geral e conquistando a redução da jornada para nove horas e meia de trabalho. Em São Paulo, os ferroviários iniciavam nessa época o que viria a ser sua tradição de lutas. Em 1905, por exemplo, pararam os ferroviários da Cia. Paulista, recebendo a solidariedade de manifestações e greves de apoio na capital do Estado e em outras regiões, assim como sofrendo

uma dura repressão policial. Em 1906, deu-se a primeira greve geral da cidade de Porto Alegre, puxada pelos marmoristas, que lutavam pela redução da jornada de trabalho. Os demais trabalhadores industriais aderiram e, após 12 dias de paralisação, conquistaram a jornada de nove horas.

Após um certo refluxo das mobilizações na virada para os anos de 1910, a partir de meados dessa década há uma retomada das lutas e, entre 1917 e 1920, o movimento operário viveu a sua fase mais intensa de mobilizações até então. Entre as greves do período, a de 1917, em São Paulo, é considerada a mais importante. A partir de movimentos isolados de paralisação nas fábricas de tecidos, surgiram greves de solidariedade e grandes passeatas de protesto – em especial após o assassinato de um operário pelas forças policiais – que transformaram o movimento em greve geral, paralisando por alguns dias toda a cidade. Pressionadas pela força das manifestações, as autoridades viram-se obrigadas a negociar com os trabalhadores e uma comissão, composta principalmente por líderes operários que militavam na imprensa anarquista, é criada para sintetizar as reivindicações dos grevistas. A pauta apresentada, que mescla reivindicações tipicamente sindicais com outras mais diretamente relacionadas às condições de vida no meio urbano, é reproduzida a seguir:

- 1º – Que sejam postas em liberdade todas as pessoas detidas por motivos de greve;
- 2º – Que seja respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores;
- 3º – Que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente no movimento grevista;
- 4º – Que seja abolida de fato a exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas, oficinas etc.;
- 5º – Que os trabalhadores com menos de 18 anos não sejam ocupados em trabalhos noturnos;
- 6º – Que seja abolido o trabalho noturno das mulheres;

7º – Aumento de 35% nos salários inferiores a \$5.000 e de 25% para os mais elevados;

8º – Que o pagamento dos salários seja efetuado pontualmente, cada 15 dias e, o mais tardar, cinco dias após o vencimento;

9º – Que seja garantido aos operários trabalho permanente;

10 – Jornada de oito horas e semana inglesa;

11 – Aumento de 50% em todo o trabalho extraordinário.

Além disso, que, particularmente se refere às classes trabalhadoras, o “Comitê” de Defesa Proletária, considerando que o aumento dos salários, como quase sempre acontece, possa vir a ser frustrado por um aumento – e não pequeno – no custo dos gêneros de primeira necessidade, e considerando que o atual mal-estar econômico, por motivos e causas diversas, é sentido por toda a população, sugere algumas outras medidas de caráter geral, condensadas nas seguintes propostas:

1º – Que se proceda ao imediato barateamento dos gêneros de primeira necessidade, providenciando-se, como já se fez em outras partes, para que os preços, devidamente reduzidos, não possam ser alterados pela intervenção dos açambarcadores;

2º – Que se proceda, sendo necessário, à requisição de todos os gêneros indispensáveis à alimentação pública, subtraindo-os assim do domínio da especulação;

3º – Que sejam postas em prática imediatas e reais medidas para impedir a adulteração e falsificação dos produtos alimentares, falsificação e adulteração até agora largamente exercidas por todos os industriais, importadores e fabricantes;

4º – Que os aluguéis das casas, até \$100.000, sejam reduzidos de 30%, não sendo executados nem despejados por falta de pagamento os inquilinos das casas cujos proprietários se oponham àquela redução.

As propostas e condições acima são medidas razoáveis e humanas. Julgá-las subversivas, repeli-las e pretender sufocar a atual agitação com as carabinas dos soldados, acreditamos que seja uma provocação perigosa, uma prova de absoluta incapacidade. O “Comitê” de Defesa Proletária crê haver encontrado o caminho para uma solução honesta e possível. Essa solução terá, certamente, o apoio de todos aqueles que não forem surdos aos protestos da fome.

(Pinheiro, P. S. & Hall, M. *A classe operária no Brasil, 1889-1930: documentos*, pp. 232-234).

Embalados pelas expectativas abertas com a Revolução Soviética e no auge da onda grevista, alguns militantes anarquistas tentaram organizar um movimento insurrecional, em que greves operárias se combinariam a tomadas de quartéis e prédios públicos, rumo à derrubada do poder central. O movimento deveria ter início no Rio de Janeiro, em novembro de 1918. Segundo um relato de época, em reportagem do *Jornal do Brasil*, o movimento estava assim planejado:

Os operários cujas fábricas já se acham fechadas há dias encaminhar-se-iam para o Campo de São Cristóvão. Os das fábricas de Vila Isabel, Andaraí e subúrbios também deveriam estar às 16 horas no mesmo Campo de São Cristóvão. Aí reunidos em grande número, atacariam a Intendência da Guerra, após apossar-se-iam do armamento e do fardamento. Fardados os amotinados e quando chegassem as forças do Exército estabelecer-se-ia a confusão e então esperariam que os soldados confraternizariam com eles. Partiriam em direção à cidade e o primeiro edifício que devia ser dinamitado era a Prefeitura, daí iriam atacar o Palácio de Polícia e em seguida o Quartel-General da Brigada Policial. Enquanto estes executavam esta parte do programa, os operários da Gávea e do Jardim Botânico atacariam o Palácio do Catete e em seguida o da Câmara, prendendo o maior número possível de Deputados. Então seria proclamado o Conselho de Operários e Soldados” (Addor, C. A. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*, p.232).

Mas os fatos não corresponderam ao planejado. Uma delação entregou o plano às autoridades e os líderes do movimento, alguns dos militantes anarquistas que tinham maior destaque por sua atuação na imprensa operária e nos debates promovidos pelos sindicatos – como José Oiticica, Astrojildo Pereira, Manuel Campos, Agripino Nazaré e Manuel Castro (presidente do sindicato dos têxteis) – sofreram prisões e processos.

Nem só de greves e sindicatos vivia a mobilização operária. Especialmente nos momentos de menor capacidade de mobilização sindical, vários militantes anarquistas tenta-

ram construir alternativas de mobilização que tocassem não apenas nas questões do mundo do trabalho. Na época da I Guerra Mundial (1914-1918), por exemplo, realizaram-se muitos atos e foram criadas diversas associações contra a carestia e a alta do custo de vida. Além disso, paralelamente às atividades sindicais, muitos militantes dedicaram-se à propaganda anarquista na imprensa operária, em peças teatrais e romances de conteúdo panfletário explícito ou em palestras de propaganda da doutrina. Um levantamento minucioso de periódicos operários registrou 185 revistas e jornais publicados entre fins do século 19 e 1930, somente no Rio de Janeiro (Martins, I. L., e outros, *Guia dos jornais operários do Rio de Janeiro*).

O trabalho de conscientização se fazia, ainda, através da poesia operária, de onde reproduzimos um outro exemplo significativo:

Despertar

Camaradas: é preciso
nossa voz fazer ouvir!
Urge, pois, que nos unamos
para podermos reagir.

Já é tempo de deixarmos
esta miséria de escravos;
Vamos demonstrar ao mundo
que somos civilizados

Oito horas, lá, no estrangeiro
já todas as classes têm;
Aqui trabalhamos doze
por amor não sei de quem!...

Que censo farão de nós
os proletários do mundo?!
- Que estamos dormindo

um sono muito profundo.

Para o bem da liberdade
e de todo proletário,
devemos dar extermínio
a tão prolongado horário

Espero meus camaradas
que sentireis a minha voz,
para unidos e conscientes
lutar contra o nosso algoz!

Maximo V. Villar (1922)

(Kocher, B. & Lobo, E. *Ouve meu grito*, p. 60).

Ao contrário da poesia reproduzida na primeira parte deste capítulo, esta tinha um conteúdo militante muito mais explícito e não só denunciava a exploração do trabalhador, mas também o incitava à revolta e à luta pela conquista de uma sociedade mais justa. Tomando as poesias como exemplo, pode-se tentar um balanço da trajetória sindical na República Velha.

Nas várias propostas, é certo que os objetivos materiais e de transformação social do movimento operário não foram alcançados. Entretanto, em meio à luta sindical, os trabalhadores conseguiram com certeza um objetivo de natureza cultural, cujo alcance político é dos mais amplos: afirmaram a dignidade do trabalho, denunciando a sua exploração pelos capitalistas, e construíram uma identidade positiva de classe para os trabalhadores, impondo-se perante o restante da sociedade. Uma identidade da qual, com orgulho, ainda procuramos – todos os que defendemos a superação da sociedade de classes – ser herdeiros.

TRABALHADORES E SINDICATOS NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

Qualquer análise do Brasil pós-1930 tem que levar em conta o peso dos 15 anos do primeiro governo Vargas. A importância da figura de Getúlio Vargas; a idéia da necessidade de superação do atraso econômico e social brasileiro pelo desenvolvimento industrial, o autoritarismo com sua crítica feroz às instituições democráticas de relacionamento político (como os partidos, a independência entre os poderes e as eleições), são algumas das heranças que esse governo esforçou-se por legar à história brasileira. Mas a mais importante entre elas foi, sem dúvida, a proposta, difundida nos discursos dos dirigentes da época, de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, arbitrada por um Estado que seria, ainda segundo aqueles discursos, ao mesmo tempo regulador e protetor, apresentando-se como inventor da legislação social.

O período de 1930 a 1945 é repleto de conflitos políticos e contém conjunturas bastante distintas em seu bojo. No entanto, para os fins deste texto, partiremos de três pontos que conduzem a uma linha de continuidade entre a chamada “Revolução de 1930” e o período do “Estado Novo” (1937-1945).

O primeiro ponto diz respeito ao processo de centralização político-administrativa, iniciado no governo provisório (1930-1934) e abalado, mas não completamente bloqueado, pela Revolução de 1932 e pela Constituinte de 1934. Tal processo conduzia claramente o Estado brasileiro a uma conformação autoritária e a ditadura do Estado Novo veio completar uma trajetória já em curso.

O segundo elo dessa linha de continuidade é a política econômica voltada para o desenvolvimento da nação, privilegiando setores antes relegados a um segundo plano (especialmente o setor industrial), contudo, sem que fosse abandonada a prática de valorização do pólo agrícola-exportador da economia. Os resultados desse esforço intervencionista seriam sentidos após uma década de governo Vargas. Entre 1929 e 1933, a agricultura de exportação havia sido o setor mais dinâmico da economia brasileira, com a produção aumentando a taxas médias de 3,1% ao ano, contra 1,3% de taxas de aumento da produção industrial. Porém, a partir daí, a situação se inverteu, com a produção da indústria crescendo a taxas médias anuais de 11,3%, contra 1,2% da agricultura de exportação.

O último ponto de continuidade tem relação mais direta com os trabalhadores e seus sindicatos. Trata-se da política social, identificada por um conjunto de leis, conhecidas como “leis trabalhistas”. Cabe observar que a legislação social é composta na realidade por quatro núcleos básicos de leis: a) a legislação previdenciária, que generalizou as primeiras experiências dos anos de 1920 com as caixas de aposentadorias e pensões, mais tarde chamadas de institutos, que, com contribuições do Estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social – aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos

salariais etc; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio da representação), a estrutura vertical por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista.

O SINDICATO OFICIAL: IMPLANTAÇÃO E RESISTÊNCIA

Para acompanhar a relação entre Estado e trabalhadores a partir de 1930, é preciso ter em conta as diferentes fases do primeiro governo Vargas. A primeira delas, circunscrita ao período de 1930-1934, foi marcada pela criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), chamado de “Ministério da Revolução”. Do MTIC, nessa etapa, saiu a maior parte das leis trabalhistas, que foram depois reunidas e sistematizadas na CLT, em 1943. Caberia ao Ministério, também, a tarefa de difundir o novo modelo do sindicato oficial, reconhecido, mas tutelado, que de início enfrentará a competição das organizações sindicais autônomas construídas ao longo das três primeiras décadas do século. Os objetivos desses novos sindicatos serão claros: servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais. Na exposição de motivos do Decreto nº 19.770, de 1931, que criava o sindicato oficial, o então ministro do trabalho, Lindolfo Collor, afirmava:

Os sindicatos ou associações de classe serão os pára-choques dessas tendências antagônicas. Os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado (*Coleção de Leis do Trabalho. 1931-1932. Vol.1, p. 284*).

O próprio Getúlio Vargas, em declarações de maio de 1931, explicitava o objetivo de “colaboração de classes” desta legislação sindical: “As leis há pouco decretadas, reconhecendo as organizações sindicais, tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico, para que, em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de co-operação no mecanismo dirigente do Estado (Citado por Rowland, R. *Classe operária e Estado de compromisso*, p. 25).

Mas, os trabalhadores organizados não pareciam estar dispostos – a não ser no caso dos que sempre defenderam a adesão ao Estado e ao patronato – a trocar suas tradicionais entidades de classe pelos sindicatos oficiais controlados pelo MTIC. Além de estimular a criação de sindicatos oficiais, quase sempre com pouca representatividade, uma das estratégias adotadas pelo Ministério para angariar adesões “voluntárias” ao sindicato oficial foi vincular a concessão dos benefícios das novas leis trabalhistas à representação de classe oficial, deixando assim que as lideranças mais combativas sofressem a pressão para a busca do reconhecimento do Ministério por parte de suas bases, ansiosas por usufruir os benefícios da legislação.

NÚMERO DE SINDICATOS DE EMPREGADOS SEGUNDO O ANO
DE RECONHECIMENTO, 1931-1936

Ano	Nº de sindicatos reconhecidos no ano
1931	32
1932	83
1933	141
1934	111
1935	73
1936	242
Total	682

Fonte: Costa, S. A. *Estado e controle sindical no Brasil*, p. 23.

Como se pode observar pelo quadro acima, o processo de reconhecimento dos sindicatos foi progressivo e só ganhou maior dimensão após a vaga repressiva de 1935. Entre 1932 e 1934, a pressão ministerial, somada à demanda das bases pelos benefícios da lei foi bastante forte. Os dados de 1933 se explicam por esse fato. No entanto, os sindicatos sob influência de comunistas ou trotskistas (a primeira das dissidências do PC) e dos poucos anarquistas que restaram ainda resistiam à busca da “Carta sindical” – nome dado ao registro que oficializava a entidade no MTIC. A resistência ao enquadramento pode ser exemplificada por documentos como o manifesto da Federação Operária de São Paulo, ainda sob influência anarquista, datado de 1931:

Considerando que a lei de sindicalização (...) visa a fascistização das organizações operárias (...); Considerando que o Estado carece de autoridade para interpretar fielmente as necessidades dos trabalhadores e, por conseqüência, o espírito de luta existente entre os produtores e os detentores dos meios de produção, e que a sua ingerência neste caso, por parte do Estado, terá sempre um caráter partidário de classe (A Burguesia); (...) A Federação Operária resolve: a) não tomar conhecimento da lei que regula a vida das associações operárias; b) promover uma intensa campanha nos sindicatos por meio de manifestos, conferências etc., de crítica à lei; c) fazer, mediante essa campanha de reação proletária, com que a lei de sindicalização seja derrogada (Citado por Munakata, K. *A legislação trabalhista no Brasil*, p. 86).

Também os comunistas denunciaram o caráter fascista da lei de sindicalização, a falta de representatividade das entidades oficiais e a proposta controladora da Justiça do Trabalho, como no jornal *Nossa Voz*, de um sindicato do ramo hoteleiro dirigido por militantes do PCB em São Paulo, em artigo datado de 1934:

A sindicalização criada pelo outubrismo (referência à “Revolução” de outubro de 1930) é reprodução fiel da “Carta Del Lavoro” imposta a ferro e fogo pelos camisas negras ao proletariado italiano (...) Criou-se, para substituir revolucionariamente seus

direitos, os tribunais arbitrais que tudo resolvem de fato, favoravelmente ao patronato (...). Os sindicatos ministerializados deixam de representar os anseios do proletariado, para serem o porta-voz do governo (Citado por Munakata, K. *A legislação trabalhista no Brasil*, p. 87).

Finalmente os trotskistas, que, embora minoritários, controlavam algumas entidades importantes, como a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) de São Paulo, reforçam o coro das denúncias e críticas ao caráter autoritário da proposta que o Ministério do Trabalho procurava impor. É este o teor da avaliação publicada no jornal da entidade – *O Trabalhador Gráfico* – em 1932:

O traço característico do governo surgido da vitória do movimento de 1930 foi a tentativa de fazer frente às tendências espontâneas das corporações operárias a organizarem-se dentro dos sindicatos de luta de classes. O controle desejado das organizações operárias pelo Estado está expresso na famigerada Lei de Sindicalização (...) O objetivo do Decreto nº 19 770 é limitar a ação direta do proletariado nas suas reivindicações (...) Ao mesmo tempo que amortece o espírito de luta da massa operária, a lei de sindicalização organiza o controle do Estado sobre a vida das organizações sindicais (Citado por Munakata, K. *A legislação trabalhista no Brasil*, p.88).

No ano de 1934, entretanto, à pressão das bases somou-se a possibilidade de participação na Assembléia Nacional Constituinte, fazendo com que muitos dos sindicalistas mais combativos considerassem a possibilidade de estrategicamente buscarem o registro. Acontece que a Constituinte teria, em acordo com a visão corporativista dominante no governo, além de representantes eleitos pelo voto direto, um grupo menor de deputados escolhidos apenas pelos associados dos sindicatos (oficiais, é claro) de trabalhadores e empresários: a “bancada classista”. Ainda assim, das 346 entidades oficializadas à época das eleições constituintes, apenas 106 estavam localizadas na capital e em São Paulo, o

que indica que nessas áreas, que concentravam a maioria do operariado fabril e a tradição sindical mais forte, a resistência ao enquadramento mantinha-se firme. Na Constituinte, os deputados classistas comprometidos com os sindicatos mais combativos lutaram por uma legislação que garantisse a liberdade de organização dos trabalhadores. Embora muitos deputados classistas defendessem a unidade e o reconhecimento legal dos sindicatos, criticavam o controle do Ministério do Trabalho explícito na lei. É exemplar a passagem do pronunciamento do deputado classista João Vitaca, no plenário da Constituinte:

a unidade sindical sem a autonomia dos sindicatos outra coisa não significa do que transformá-los, no caso da representação profissional, principalmente, não só em simples instrumentos eleitorais do governo, mas, o que é pior, caminhar para o corporativismo fascista (Citado por Gomes, A. M. *Regionalismo e centralização política*, p. 479).

Os representantes operários contaram com a combinação das restrições de empresários e da Igreja ao modelo do sindicato único, conseguindo assim incluir na Carta um dispositivo que garantisse a liberdade sindical. Porém, as regulamentações posteriores do preceito constitucional nas leis ordinárias retomaram o caminho da imposição do modelo do sindicato oficial.

DA NORMALIDADE CONSTITUCIONAL À REPRESSÃO ABERTA

A Constituinte de 1934 e o breve período de normalidade constitucional, que segue até o segundo semestre de 1935, marcaram uma segunda fase das relações do Estado com os trabalhadores. Foi o momento das maiores mobilizações sindicais, com crescimento do número de greves e engajamento dos trabalhadores organizados na luta pela democratização do país, representada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O ritmo da atividade grevista pode ser medido pelo exemplo da cidade do Rio de Janeiro, onde ocorreram 11

greves em 1930, 22 em 1931, 7 em 1932, 12 em 1933, 35 em 1934 e 20 greves até o início da repressão mais sistemática em 1935.

A participação dos sindicatos nas manifestações da ANL era expressiva, especialmente quando os comícios tinham como bandeira a luta contra o fascismo e, por conseguinte, o combate ao integralismo, movimento político brasileiro da mais clara inspiração fascista. Entendemos, assim, a realização de grandes comícios, como o que reuniu milhares de pessoas, apesar da repressão ostensiva, em 1935, em São Paulo, contando com a presença de oradores comunistas, anarquistas, trotskistas, entre outros de natureza democrática, narrado pelo jornal anarquista *A Plebe*, em 22 de junho desse ano:

Constituiu um acontecimento de real importância, tanto pelo número de pessoas que conseguiu reunir como pela aparência decidida que se notava em todos os participantes, o comício realizado domingo, dia 16, no 'São Paulo-Rink', contra o integralismo. Cerca de 6.000 pessoas tomaram parte nesta demonstração antifascista, sendo de notar que um número bastante considerável deixou de tomar parte por causa do aparato bélico de que se revestia o local e suas imediações. Não há memória de aparato repressivo idêntico (Citado por Carone, E. *Movimento operário no Brasil, 1877-1944*, p. 134).

O nível de agitação operária naqueles anos de 1934-1935 pode ser medido também pela criação, em 1934, de uma Frente Única Sindical (FUS), liderada pelos comunistas, que, em maio do ano seguinte, realizou um congresso nacional que criou a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB).

Mas essa e outras organizações sindicais com propostas mais combativas não se manterão por muito tempo. O avanço das lutas operárias pressionou o patronato a abandonar a proposta da autonomia sindical. Mantendo, graças ao espaço ocupado no aparelho de Estado, a autonomia de seus órgãos de representação tradicionais (associações comerciais e centros industriais), o empresariado apoiou a retomada do

controle do MTIC sobre os sindicatos, agora com uma violência repressiva devastadora. Sob o pretexto de reprimir o levante da ANL, conhecido como “Intentona Comunista”, o governo decretou uma Lei de Segurança Nacional, que instalou o Estado de exceção, ao criar mecanismos e tribunais especiais para os presos políticos. As lideranças mais combativas estavam entre os principais alvos dessa legislação e seu afastamento dos sindicatos, pela cassação de direitos, prisão, ou eliminação física, foi a principal garantia da desmobilização subsequente do movimento. Pressentindo as consequências daquele momento, alguns ativistas paulistas tentaram organizar a resistência à Lei de Segurança Nacional, chamando uma reunião das entidades. O manifesto que convocava o encontro continha várias passagens ilustrativas do clima da época:

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, o Sindicato dos Profissionais do Volante e a Frente de Ação dos Ferroviários da Sorocabana, organizações eminentemente sindicais, sem caráter sectário, político ou religioso, compreendendo a gravidade do momento que atravessamos, em face da tremenda reação que ameaça destruir os sindicatos proletários em geral, vêm à presença dos companheiros trazer seu apoio para que essa valorosa organização, depois de considerar devidamente a situação precária em que se encontram os trabalhadores e os seus organismos de defesa, em virtude do isolamento em que vivem, atualmente, os sindicatos operários, nos dê a sua adesão para consolidar o nosso já vitorioso movimento de Unidade Sindical. A nenhum elemento operário que se encontre, no momento, na direção do seu sindicato de classe é lícito desconhecer o perigo iminente que correm as nossas organizações e os seus dirigentes, em face da violenta reação que já vimos sofrendo e que se tornará insuportável com o advento da Lei de Segurança Nacional, chamada “Lei Monstro” (Citado por Carone, E., *A Segunda república*, p. 416).

Entre 1935 (antes mesmo do golpe de 1937) e 1942, vive-se uma fase de completa desmobilização. São elevados à direção dos sindicatos dirigentes completamente submis-

so às orientações do Ministério do Trabalho; não há greves por categorias e a participação das bases nas atividades propostas por essas entidades reduz-se a quase nada.

Até os integralistas procuram nessa época atuar neste meio, convocando uma “Convenção Sindical Nacionalista”, em 1937. Nas convocações para tal encontro destacavam uma visão específica dos sindicatos: unitários; anticomunistas e anti-semitas.

Os sindicatos brasileiros devem, hoje, informar as suas atividades também no sentido de ser aos mesmos assegurada, pelas leis do país, a necessária unidade sindical (...) Devem, portanto, combater energicamente toda e qualquer tentativa de pluralidade sindical, deformadora que ela é do verdadeiro espírito sindical. (...) Impõe-se o relevantamento do espírito sindical com a criação de um ambiente de luta e de trabalho profícuos, onde o sindicato possa assumir a atitude que lhe compete de órgão ativo e destemeroso das classes trabalhadoras, como guarda fiel de seus direitos e sentinela vigilante da luta contra o comunismo soviético e contra o capitalismo judaico (Citado por Carone, E. *A segunda República*, pp. 321-322).

O espaço para reivindicações restringia-se aos rígidos limites impostos pelo governo. A instalação da ditadura do Estado Novo, em 1937, fez-se acompanhar de uma constituição de matriz fascista, que retomava o modelo do sindicato único. Em 1939, uma nova lei foi decretada – a Lei Orgânica da Sindicalização Profissional – e seu objetivo de controle é explicitado na exposição de motivos do decreto que a instituiu:

Com a instituição desse registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão (Citado por Troyano, A. A. *Estado e sindicalismo*, p. 40).

Ainda assim, sem romper com esses limites, algumas direções sindicais tentarão obter conquistas materiais para suas categorias, apelando para a coerência do discurso pró-

trabalhadores dos dirigentes do país. É o que se percebe no editorial do jornal *O Bancário*, publicado pelo sindicato da categoria no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1938:

O trabalhador nacional é essencialmente ordeiro e pacífico. Já o temos dito várias vezes, e o próprio Presidente da República o tem confirmado em diversas ocasiões. E é ainda S. Excia. quem declara que, enquanto em outros países as reivindicações trabalhistas só são vitoriosas após lutas constantes, entre nós estas conquistas do trabalhador se processaram sem necessidade de recurso à violência. (...) De certo modo, entretanto, ainda compreendemos nos empregadores nacionais uma certa resistência em não se conformarem com os direitos do trabalhador já reconhecidos pelo Estado. O Presidente Getúlio Vargas (...) pode estar certo de que para o futuro a atitude dos trabalhadores brasileiros será sempre a mesma: pacífica e ordeira. É preciso, porém, em retribuição a essa atitude justamente elogiada por S. Excia., e sobretudo como medida de justiça, que o cumprimento das leis seja igualmente exigido de todos: empregados e empregadores (...) (*Bancário*, fev. 1938. Biblioteca Aluísio Palhano/SEEB-RJ).

UM PACTO SOCIAL?

O ano de 1942 marcou a intensificação do discurso que procurava aproximar o Estado, personificado por Getúlio, dos trabalhadores e dos esforços para mobilizar politicamente os sindicatos oficiais controlados pelo MTIC. Com a entrada do Brasil na guerra e o crescimento das oposições à ditadura, parecia mais próxima para os que estavam à frente do governo a possibilidade de redemocratização. É nesse contexto que se forjou o discurso político trabalhista, que enfatizava a idéia do Estado (e de Vargas) protetor dos trabalhadores. Nesse discurso, a legislação social era apresentada como uma concessão aos trabalhadores de um Estado que teria se antecipado às pressões sociais. Os sindicatos também teriam sido criados pela clarividência do governante. Procurava-se assim apagar da memória coletiva dos trabalhadores a tradição de luta do movimento sindical na

República Velha. Os exemplos acabados dessa retórica são as palestras radiofônicas do ministro do trabalho, Marcondes Filho, transmitidas semanalmente, entre 1942 e 1945, no programa “A Hora do Brasil”. De uma das palestras, de 1942, retirou-se o trecho abaixo:

Se o direito é a ciência dos fatos, a ciência da realidade, nenhum ramo dessa ciência espelhou de maneira mais perfeita a realidade social de um povo que o direito trabalhista brasileiro.

Iniciada no país logo após 1930, pelo governo do Sr. Getúlio Vargas, a legislação social assumiu uma posição de relevo em nossa pátria, não só porque tínhamos um grande débito a saldar com as classes trabalhadoras, como, também, graças à capacidade jurídica do poder público.

Foi uma verdadeira obra de medicina social preventiva que o presidente Vargas realizou no Brasil, tratando do complexo capital-trabalho, com cuidados tais que nunca o assolaram males que pudessem conturbar o ritmo da paz brasileira. Tanto assim que os 12 anos que transcorreram até agora podem ser contados como nova era para o nosso povo, porque o país teve um surto de progresso industrial jamais realizado por qualquer outra nação, em tão curto espaço de tempo.

Esse prodigioso esforço construtivo exigiu inúmeras leis, muitas das quais com fundo experimental, por não se tratar de uma legislação que vinha acudir exigências, mas atender, por antecipação, realidades apenas pressentidas (*Boletim do MTIC* nº 100, dez. 1942).

A interpretação tradicional para esse processo de aproximação do Estado em relação aos trabalhadores defende a idéia de que ocorrera ali um pacto, em que os últimos abriam mão da autonomia e combatividade de seus sindicatos, em troca dos benefícios materiais concedidos pela legislação social. Com base na análise das várias fases do primeiro Governo Vargas, acima exposta, acreditamos ser necessário negar essa interpretação. Em primeiro lugar porque a legislação social já estava, em sua maior parte, elaborada entre 1930 e 1935 e os trabalhadores organizados e suas

lideranças mais combativas continuaram a resistir à idéia do sindicato tutelado pelo Estado. Quando, na conjuntura da constituinte, muitas organizações autônomas foram buscar o enquadramento no modelo do sindicato oficial, isso não significou paralisia; ao contrário, os primeiros meses de 1935 caracterizaram-se por uma vigorosa mobilização com grande número de movimentos grevistas. Foi preciso que, a partir de 1935, as lideranças combativas fossem aniquiladas pela violenta repressão, para que o conformismo dos pelegos se instalasse.

A complementaridade entre a ação controladora do Ministério do Trabalho e a atuação repressiva da polícia política, como duas frentes da mesma política governamental de anulação da capacidade de organização autônoma e ação coletiva dos trabalhadores, explica de onde falava e em que espaço ecoava o discurso trabalhista oficial. Aliás, os próprios responsáveis pela polícia política explicitavam que sua ação era complemento necessário à atuação do Ministério, como fica evidente no relatório do diretor da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), do Distrito Federal, em 1940:

Com raras exceções, o operariado brasileiro segue fiel às orientações de suas associações de classe e a salvo de maquinações e conspirações contra o governo. As associações, por sua vez, integradas ao Ministério do Trabalho, que harmoniza os interesses da classe com os imperativos da ordem política e social. Esses fatos, somados à atuação preventiva da polícia, garantiram a ordem pública e a paz (Citado em Freitas, F.J.M. & Costa, B. H. Greves e polícia... em *Trabalhadores em greve* (...), p. 159).

Além disso, é preciso relativizar as interpretações que afirmam a importância dos ganhos materiais dos trabalhadores na conjuntura da sistematização das leis sociais durante o “Estado Novo”. Especialmente a partir do esforço de guerra, as restrições (declaradas “temporárias”) à legislação trabalhista – suspensão de direitos como férias, au-

mento autorizado da jornada de trabalho, controle sobre a mobilidade de emprego etc. – criaram uma situação de intensa exploração operária. Além disso, a alta do custo dos gêneros e o desabastecimento geraram uma intensa carestia. Quanto aos salários, os “soldados da produção”, como eram chamados os operários nos tempos de guerra, tiveram que amargar um arrocho dos mais severos. Em torno da suspensão de algumas das restrições à legislação social, no esforço de guerra, e da necessidade de reajustes salariais, surgiram diversos movimentos grevistas, a partir de 1942. Tais greves, quase sempre por empresas, e organizadas por comissões de fábrica ou a elas dando origem, remariam contra a maré do controle dos sindicatos e enfrentariam, muitas vezes, resistências das direções sindicais atreladas ao Ministério do Trabalho, além da própria polícia política.

É o que demonstra o depoimento do líder tecelão Antônio Chamorro, sobre sua primeira greve, em 1944, sob a vigência da legislação do “esforço de guerra”, no Lanifício Varan, em São Paulo:

greve não podia fazer, faltar ao serviço você precisava dar satisfações, você precisava pedir licença para casar. Foi a fase que eles mais ganharam dinheiro (...) Eu tenho que confessar, eu não entendia essas coisas, mas eu já lutava internamente nas fábricas em torno do direito. Nós fizemos um movimento na Varan. A polícia política veio e eles ficaram no portão na hora que nós íamos sair. Aí o Varan nos cercou e me apontava para a polícia que era para eles me prenderem (...) e fomos para a greve (Citado por Costa, H. da. “Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo, 1943-1953” Em *Na luta por direitos*, p. 95).

Quando, a partir de 1942, o Estado passou a investir politicamente nos sindicatos, tentando transformá-los em órgão representativos (embora controlados), a mola mestra da propaganda pró-Vargas passou a ser o discurso de valorização da figura do trabalhador e do próprio trabalho. Reatualizava-se, então, mas com objetivos bem diferentes,

a afirmação da dignidade do trabalhador pela qual tinham batalhado os sindicalistas do pré-1930. Assim, não houve “pacto” e esse processo não poderia ser explicado por uma simples barganha material, mas é preciso levar em conta todo o investimento, de natureza cultural, do Estado, por meio do discurso trabalhista e via máquinas sindicais oficiais, para se apresentar como o responsável pela “doação” dos benefícios da legislação, reconhecendo a importância do trabalhador para a nação.

Doações implicam em gratidão e retribuição. Retribuir a benevolência de Vargas era aplicar-se ordeiramente na elevação máxima da produtividade do trabalho. Mas era também apoiá-lo politicamente, retribuindo inclusive com o voto, quando este voltasse a ser um instrumento de participação.

É notório que essa estratégia foi bem sucedida, haja vista a ascensão político-eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – criado em 1945 para capitalizar os frutos da política trabalhista efetivada a partir de 1942 – e, principalmente, a vitória eleitoral de Vargas, que, em 1950, voltará à presidência. Caso ficássemos presos ao discurso da época, poderíamos acreditar nesse sucesso como consequência apenas da gratidão dos trabalhadores pelos ganhos da legislação social. Esqueceríamos, no entanto, que o discurso trabalhista ecoou num terreno preparado pela repressão, que excluiu dos sindicatos e da vida política as lideranças mais combativas, capazes de resistir à proposta estatal, elos de ligação em si mesmas com a experiência de lutas da República Velha.

Além disso, o sucesso político subsequente de Vargas não correspondeu a uma aceitação passiva da proposta de subordinação sindical, podendo significar, nos anos seguintes, uma opção política que não excluiria a mobilização sindical e, em certos momentos, o enfrentamento com os patrões e o próprio Estado. Naquela época, porém, a

repressão da ditadura foi determinante para o controle dos sindicatos, mas não suficiente para calar completamente a capacidade de resistência dos trabalhadores, como indicava a retomada das lutas, ainda antes de 1945. Com a “redemocratização” de 1945, o que estava represado em conflitos localizados acabou por rebentar em lutas operárias de grandes dimensões.

Quando em 1945-1946 o país passou por um processo de re-democratização, várias instituições, mecanismos e propostas do Estado Novo permaneceram de pé. Mas, a mais significativa herança da ditadura a manter-se no período democrático, impondo sérios limites a ele, foi a estrutura sindical.

No período compreendido entre 1945 e o golpe de 1964, vivenciaram-se diversas fases de mobilização sindical crescente, tal como logo ao fim da ditadura e no ano seguinte, ou como no período do segundo governo Vargas, ou ainda nos primeiros anos da década de 1960. Nessas fases, os limites legais ao direito de greve foram rompidos pela força dos trabalhadores organizados. Especialmente nos anos de 1960, a importância política dos trabalhadores e dos sindicatos foi enorme e suas propostas para as grandes questões nacionais eram necessariamente debatidas pelo conjunto da sociedade. No entanto, a estrutura sindical permaneceu inalterada, sugerindo que as lideranças mais combativas preferiam usar os recursos do sindicato oficial a combater decisivamente seu modelo atrelado ao Estado. Quando o golpe de 1964 pôs fim às esperanças de amplas transformações sociais no país, aquela estrutura mostrou seu potencial repressivo. Mi-

lhares de cassações de dirigentes e intervenções em entidades sindicais desmantelaram, em poucos meses, o trabalho de duas décadas de mobilização.

Uma caracterização do movimento operário e sindical entre 1945 e 1964 tem de partir de uma periodização das diferentes conjunturas, levando em conta: a expansão da atividade sindical; as relações com o Estado e os diversos partidos políticos; as greves e o grau de adequação ou confrontação com a estrutura sindical oficial. Assim, para tratar do período em questão, é necessário atentar para as especificidades de quatro conjunturas distintas: a da retomada das lutas no processo de redemocratização (1945-1946); a de repressão aberta, nos anos finais do governo Dutra (1947-1950); a fase da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e de ressurgimento das greves (no segundo governo Vargas e primeiros anos do governo JK) e a conjuntura de grandes mobilizações do início dos anos de 1960.

OS SINDICATOS E A REDEMOCRATIZAÇÃO

A ESTRUTURA SINDICAL: CONFORMAÇÕES E TENSÕES

Com o país ingressando na II Guerra Mundial em 1942, ao lado dos Aliados (EUA, Inglaterra, União Soviética), apesar das oscilações da diplomacia e de declarações simpáticas ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) nos anos anteriores, a ditadura do Estado Novo começaria a passar por um processo de questionamentos mais diretos, que apontavam a necessidade de redemocratização. Demonstrando interesse em controlar o processo, Vargas promoveu uma série de reformas liberalizantes como o reconhecimento dos partidos (até do PCB), a anistia dos presos políticos e a convocação de eleições para a Constituinte. As eleições presidenciais, entretanto, seriam questionadas pelo movimento pró-constituente com Getúlio na presidência – o “queremismo”. Nesse quadro, os mesmos militares que foram os fiadores do golpe do Estado Novo em 1937 depuseram Vargas em 1945. Dois

deles disputaram as eleições: o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN, de oposição a Getúlio, e o General Dutra, pelo PSD, partido criado pelos governistas. O PTB, com o fim da alternativa queremista, apoiou na última hora, por indicação de Getúlio, o general Dutra, o que garantiu sua vitória.

Nos ventos da redemocratização, o recém-reorganizado PCB teve um desempenho eleitoral surpreendente, com cerca de 5% dos votos para a Constituinte e em torno de 10% dos votos para a Presidência da República, fazendo de seu candidato, Iedo Fiúza, o 3o colocado na disputa. Um sinal de que, para os trabalhadores, a redemocratização possuía um sentido bem mais amplo.

Outro sinal seria a retomada efetiva das atividades sindicais na conjuntura do declínio do Estado Novo e de redemocratização. Dados sobre a criação de novos sindicatos e o índice de sindicalização confirmam essa retomada: 873 sindicatos foram criados até 1945 e, em 1946, criaram-se mais 66. Os trabalhadores filiados, que, em 1945, somavam 474.943, passaram a contar 797.691 já em 1946.

Ainda nessa conjuntura, e aproveitando os ventos democratizantes, as lideranças comunistas buscaram aliados fora das fileiras do PCB para criar uma organização intersindical à revelia da legislação. Assim, em abril de 1945, nasce o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT). A consigna estampada no primeiro número do jornal do MUT resumia os objetivos da entidade:

A tarefa do MUT é desenvolver a educação democrática do proletariado, lutar pela liberdade sindical, estimular a sindicalização de todos os setores trabalhistas, apoiar as reivindicações gerais da classe operária e, principalmente, fazê-la compreender na prática as vantagens de sua unidade” (MUT, nº 1, Rio de Janeiro, 9/8/1945, p. 1. AMORJ)

Entre as práticas propostas pelo MUT, estava a criação de organismos intersindicais regionais, como a União Sindical dos Trabalhadores do Município de São Paulo e sua

equivalente carioca. Mas os militantes ligados ao MUT também estimularam uma outra estratégia que, entre algumas categorias, já possuía longa tradição: a criação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho. Tais comissões tiveram papel destacado em boa parte dos movimentos grevistas deflagrados naquele período.

O crescimento do processo de organização levou à convocação, para setembro de 1946, do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado no Rio de Janeiro. O grupo de comunistas e militantes ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que já atuava em conjunto no MUT, defendeu nesse congresso a autonomia dos sindicatos. Grupos ministerialistas retiraram-se do evento e exigiram do Ministério o seu fechamento. Ainda assim, com cerca de 2 mil dos 2.400 delegados inicialmente presentes, os trabalhos continuaram, em outro local, e aprovou-se a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Seguindo formalmente uma linha de defesa da autonomia dos sindicatos frente ao Ministério do Trabalho, mas evitando a ruptura completa com as regras da CLT, as resoluções do encontro trataram dos mais diversos temas, como: estabilidade; direito de greve; participação nos lucros; segurança no trabalho; trabalho da mulher e do menor; seguro social; delegados sindicais e organizações intersindicais regionais, entre outros. No tema referente à liberdade e autonomia sindical, o congresso aprovou resoluções como as que se seguem:

- 1º) que seja permitido às entidades sindicais o direito de elaborarem livremente seus estatutos, nos termos do artigo 510 §1º da CLT, cabendo aos associados estabelecerem as normas que lhe convenham de administração, eleições, perda de mandatos e substituição dos diretores, aplicação de rendas e outras atividades correlatas; 2º) fiscalização financeira do Estado apenas sobre o Imposto Sindical; 3º) que o poder público não possa interferir nas entidades salvo no que diz o estatuto; 4º) simplificação dos registros dos sindicatos; 5º) liberdade de sindicalização de todos os assalariados; 6º) princí-

pio de democracia interna nos sindicatos (*Resoluções do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil*, p. 9. BN).

A contestação aos limites da estrutura sindical oficial ficava expressa na denúncia da proibição de sindicalização aos trabalhadores do campo e ao funcionalismo público, bem como na recusa da rigidez dos controles impostos pelo modelo do “estatuto padrão” e à prática corrente de intervenções do Ministério do Trabalho, inclusive depondo diretorias. Porém, quer por avaliar os entraves aos avanços impostos pela conjuntura, ou ainda por concordar com as vantagens impostas por certas facetas da legislação (como o monopólio da representação), o fato é que as lideranças mais combativas do sindicalismo de então não se arriscavam a articular um discurso e uma prática de confronto direto com a CLT. Isso fica patente, também, nas considerações que antecederiam à mais importante das resoluções do Congresso, a que criava a CTB:

Considerando: (...) que, como órgão de cooperação com o Estado, poderá influir muito eficientemente na solução dos problemas econômicos e sociais de nossa pátria; (...) que, na prática, se verificou a ausência de um organismo que congregue todos os trabalhadores e entidades sindicais num esforço comum e unitário em prol das suas reivindicações gerais; que esse organismo, além de constituir-se em fator de unidade de todos os trabalhadores, seria também um meio de garantir o desenvolvimento social do Brasil dentro de um clima de verdadeira ordem e progresso (...) Este congresso resolve: seja criada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (...) (*Resoluções do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil*, pp. 43-44. BN).

A CTB teria, porém, vida ativa curta. A onda repressiva que se seguiu ao fechamento do PCB atingiu, em maio de 1947, a CTB e as uniões sindicais estaduais, que foram fechadas pelo governo Dutra. Na clandestinidade, a Confederação ainda lançou manifestos e propostas por alguns anos, mas sua representatividade já não era tão significativa.

Além disso, o governo promoveu intervenções em mais de 400 entidades, inaugurando nova fase de repressão aberta ao sindicalismo mais combativo.

A repressão foi acentuada nessa fase mais autoritária do governo Dutra, em consonância com o clima internacional de bipolarização da guerra fria e com as perspectivas de controle sobre sindicatos do empresariado brasileiro que, embora afinado com o discurso liberal de abertura econômica e menor interferência estatal, manteve-se firme na defesa da estrutura sindical oficial, conservada intacta pela Constituição de 1946. Mas repressão policial não foi exclusividade dessa fase.

A polícia política montada na ditadura do Estado Novo continuou mantendo vigilância constante sobre organizações e militantes sindicais. Uma triagem na documentação do Divisão de Polícia Política e Social (DPS), do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), encontrou, em 1958, 800 mil fichas referentes a comunistas, número absolutamente exagerado em relação ao total de militantes ligados ao PCB, mas que dá bem conta da amplitude do esforço de vigilância e repressão. Só no ano de 1947, no centro da onda repressiva de Dutra, a polícia política carioca produziu 56 mil fichas de suspeitos de comunismo, efetuou 3 mil prisões e 15 mil “visitas” de investigadores a sindicatos (Pereira, L. L. C. “Polícia política e caça aos comunistas”. In *Trabalhadores em greve, polícia em guarda* pp. 167 e 173).

AS GREVES NA REDEMOCRATIZAÇÃO

Os anos que se seguiram à entrada do Brasil na guerra foram sentidos pela maior parte dos trabalhadores urbanos como época de sacrifícios. Apesar de toda a retórica oficial, que enfatizava o espírito nacionalista durante o “esforço de guerra”, algumas categorias protestaram de forma mais incisiva. Em 1944, antes mesmo da anistia e do tratamento menos intervencionista aos sindicatos, registraram-se al-

gumas greves significativas, como no setor de transportes (bondes urbanos e trens), entre os mineiros no Rio Grande do Sul e em algumas fábricas metalúrgicas de São Paulo. No ano seguinte, tão logo o governo começou a afrouxar os cintos da repressão policial, pipocaram greves em diversos centros, como as dos ferroviários de Campinas, das docas de Santos, dos bancários paulistas e dos motoristas de ônibus no Rio.

Assim é que o ano de 1946, em que o general Dutra tomou posse da presidência, assistiu a cerca de 60 greves somente nos seus primeiros dois meses. Em meados de fevereiro, o jornal paulista *Folha da Manhã* estimava em cerca de 100 mil o número de operários em greve no Estado. Somente os metalúrgicos de São Paulo paralisaram suas atividades seis vezes ao longo do ano, apesar das tentativas do governo de controlar o movimento por uma intervenção no sindicato. Levantamento na imprensa da época aponta 62 greves em São Paulo nos anos de 1945-1946 (Sandoval, S. *Os trabalhadores param*, p. 36). Em pesquisa nos jornais da capital da República, foram encontradas 45 greves entre 1945 e 1947, 37 delas em 1946 (Mattos, M. B. e outros. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*, p.45).

As lideranças mais combativas daquele momento – em especial os comunistas – viveram um dilema que, ao longo dos anos, se repetiria com alguma frequência: obedecer às orientações políticas ditadas pela direção partidária ou atender às pressões das bases sindicais. Naquela conjuntura, seguindo uma orientação mais geral do contexto do fim da II Guerra Mundial, o PCB buscava aliança política preferencial com as forças que derrotaram o fascismo europeu (no caso brasileiro, a própria ditadura de Vargas) e esforçava-se por priorizar a transição política para um regime democrático constitucional, chegando a se afirmar como “esteio da ordem”. Nessa linha, o partido apontava aos sindicatos a

diretriz da contenção dos movimentos, “apertar os cintos” para garantir a política de “união nacional” em torno da transição democrática, o que, na prática, significava evitar as greves. Assim o explicitava o próprio Luiz Carlos Prestes, em 1945, afirmando a subordinação da tarefa de mobilização popular ao objetivo político de garantir a transição democrática “sem maiores choques e atritos”:

(...) nestas condições é evidente que se abriram agora novas possibilidades para a organização do proletariado e das grandes massas trabalhadoras do campo e das cidades, melhores perspectivas para a rápida mobilização política e unificação das mais amplas camadas sociais, visando sempre a união nacional indispensável à completa e definitiva liquidação do fascismo em nossa terra, passo primeiro para a solução efetiva, sem maiores choques e atritos, dos graves problemas econômicos e sociais da hora que atravessamos (Prestes, L. C. “Os comunistas na luta pela democracia”, 7/8/1945. Citado por Carone, E. *O PCB: 1943 a 1964*, vol. 2, p. 56).

Diante da passividade dos dirigentes pelegos e da orientação de contenção dos ativistas comunistas, muitas greves surgiram à margem dos sindicatos, por meio das comissões por local de trabalho. Em alguns casos, porém, pressionadas pela necessidade de manter uma identidade com as categorias que representavam, lideranças petebistas ou comunistas acabaram por capitanear grandes movimentos grevistas, como o dos portuários de Santos, dos ferroviários em várias de suas mobilizações, ou dos têxteis paulistas. O melhor exemplo destas, que tiveram o sindicato como instância organizadora e dirigente, foi a greve nacional dos bancários, que, na virada para o ano de 1946, parou o movimento financeiro em todo o país, em plena conjuntura de posse do governo Dutra, com a reivindicação de estabelecimento de um “salário profissional” (que hoje chamaríamos de piso salarial). A disposição de luta da categoria e de suas lideranças (no Rio e em São Paulo com forte presença de

comunistas) pode ser medida pelo tom da resposta que dirigiram ao patronato após alguns dias de greve, em manifesto publicado pelo jornal:

Para não ficarem tão mal com a opinião pública, os srs. banqueiros afirmam que, sendo contra o salário profissional, querem conceder aos empregados uma participação nos lucros de suas empresas, como única fórmula de atender à situação de equilíbrio entre as partes, e deitam copiosas lágrimas porque, alegam eles, os empregados não querem aceitar tão valioso presente, verdadeiro saco de nabos. Os bancários não têm dúvida em aceitar o oferecimento de participação nos lucros, e aceitam com entusiasmo, desde que os empregadores estejam dispostos a dar participação substancial e comprovada na renda dos estabelecimentos. Sempre disseram que o capital e o trabalho são forças que se equivalem na produção. Assim sendo, capital e trabalho deveriam ter participação idêntica, pela igualdade de suas condições, o que vale dizer que dos lucros caberiam 50% para o capital e 50% para o trabalho. Mas isso não é tudo. Para que a participação viesse a ser real e efetiva, como resultado direto de verdadeiro *superavit* das operações, deveria então haver também uma participação igual de capitalistas e empregados na direção da sociedade, por meio de um conselho misto de administração. Os representantes dos banqueiros seriam eleitos pelos acionistas e os representantes dos bancários seriam eleitos pelos empregados, democraticamente. Todos teriam poderes iguais, na direção, administração e realização dos negócios e operações. Controlariam e dirigiriam a contabilidade, apurariam os verdadeiros lucros, incluindo-se neles os resultados de “caixinhas negras” que freqüentemente existem para descarga de certos resultados positivos e não convenientes nos balanços. (...) Topam os Srs. banqueiros a participação com essas garantias e bases gerais? (Carone, E. *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*, p. 207-208).

DA REPRESSÃO À RETOMADA

Os anos finais do governo Dutra, marcados pelas intervenções e pela aplicação da legislação que limitava, na prática, o direito de greve a situações excepcionais, foram anos de

contenção pela repressão da fase ascensional das jornadas operárias de 1945 e 1946. À exceção de um pequeno surto grevista em 1948, com uma paralisação dos ferroviários da Leopoldina, que iniciou o processo de nacionalização da empresa, e algumas greves por reajustes salariais nos Estados, uma retomada dessas ações só seria possível em 1951, já durante o segundo governo de Vargas.

Em relação às reivindicações econômicas, o arrocho salarial do governo Dutra – em 1951 o salário mínimo atingiria o menor patamar desde sua criação, com valor real inferior a 40% do estipulado dez anos antes – legou ao seu sucessor uma pressão por reajustes substanciais. A perpetuação dos interventores gerava também a reivindicação de liberalização dos sindicatos, que se somava à palavra de ordem do direito de greve. As oposições não conseguiam espaço para atuar em função da exigência legal de um “atestado de ideologia” (ficha limpa na polícia política) para os candidatos a cargos de direção sindical.

Tais pressões seriam ainda mais sensíveis para um governo como o de Vargas que se elegeu com um discurso voltado para a grande massa de trabalhadores urbanos, com forte apelo nacionalista e trabalhista, como era o caso da campanha que o levou ao poder nas eleições de 1950. Em seu segundo governo, Vargas procurava destacar a continuidade da “política social” iniciada em 1930 e, para aprofundá-la, pedia o apoio dos trabalhadores. Mas a época era outra e tanto o nível de mobilização operária quanto a força da pressão oposicionista indicavam que o discurso trabalhista tradicional precisava de maior radicalidade, expressa, por exemplo, na fala de Getúlio aos trabalhadores, no “1º de Maio” de 1954:

Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituíis a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo (Citado por Gomes, A. de C. *A invenção do trabalhismo*, pp. 207-208).

No campo da esquerda, os comunistas, postos na ilegalidade pelo fechamento do PCB e afastados das direções sindicais, radicalizaram seu discurso pregando uma oposição sistemática à presidência, denunciada como servil dos interesses de imperialistas e latifundiários. No campo sindical, renegavam a política de aliança com os trabalhistas, que haviam exercitado no fim do Estado Novo, e defendiam a atuação paralela aos organismos sindicais oficiais, por meio de comissões de base dos trabalhadores nas empresas e de entidades intersindicais criadas apesar da legislação que as proibia.

Levantamentos de militantes da época dão conta de 173 greves em todo o país, já em 1951, e 264, em 1952 (Telles, J. *O movimento sindical no Brasil*). Em destaque nesses anos, as lutas dos têxteis. Em Pernambuco e na Paraíba, em 1952; no Rio de Janeiro, na virada de 1952 para 1953; e em São Paulo, em 1953 (em meio a uma greve que atingiu também metalúrgicos, gráficos, marceneiros, pedreiros...), os têxteis, numericamente ainda a maior categoria do operariado industrial, enfrentaram o patronato, as decisões contrárias a seus interesses da Justiça do Trabalho e a repressão violenta das autoridades policiais.

Entre esses movimentos, o de maior repercussão na conjuntura foi a chamada greve dos 300 mil em São Paulo. Por sua dimensão, pela organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, por seu desdobramento na criação de um organismo intersindical, entre outros fatores, ela representou um marco na retomada das mobilizações operárias após o descenso iniciado no governo Dutra. A atitude do Estado e dos patrões frente à greve caracterizou-se pela repressão. Sua violência pode ser medida pelo relato de uma operária, empregada em fábrica de tecidos, sobre a paralisação em sua empresa quando da “greve dos 300 mil” de São Paulo, em 1953:

Ao meio dia, nós saímos para comer, mas já decididos a não retornar ao trabalho. Depois do almoço, ficamos diante das portas da fábrica. A propaganda em favor da greve é feita para

cada grupo de trabalhadores. Mas logo chega uma dezena de caminhões da polícia e um destacamento da polícia montada. Às 13 horas, a sirena da fábrica chama a volta ao trabalho, mas ninguém cruza a porta da fábrica. É a greve. Ocorre, então, uma cena incrível. Os soldados montados fazem carga contra os trabalhadores desarmados. (...) Os caminhões da polícia encurralam os trabalhadores contra os muros da fábrica, pressionando-os na direção da porta. Numerosos trabalhadores, que protestaram, são embarcados, presos, nos caminhões da polícia. Podia-se dizer que toda a fúria do mundo tinha sido desencadeada contra nós (...) Mas nós não cedemos. E ninguém retornou ao trabalho (Citada por Moisés, J. A. *Greve de massa e crise política*, p. 141).

Em meio aos movimentos contra o aumento do custo de vida e às greves, surgiram diversas entidades de caráter intersindical que teriam papel destacado na organização dos trabalhadores. Em São Paulo, após essa greve, criou-se outra entidade intersindical à margem da legislação, o Pacto de Unidade, mais tarde chamado Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que reuniu, inicialmente, os quatro principais sindicatos envolvidos na greve e, mais tarde, chegou a congrega mais de cem entidades sindicais.

No ano anterior, no Rio de Janeiro, já havia sido criado um organismo que gerou frutos para a mobilização dos trabalhadores: a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (Ciscai). Com a participação inicial de cerca de 30 sindicatos cariocas e a organização de entidades semelhantes em vários Estados, a Ciscai foi fundada em meados de 1952 e exigia o fim da cláusula que amarrava a concessão de reajustes salariais e o pagamento dos descansos semanais remunerados ao comparecimento ao trabalho todos os dias do mês sem mesmo direito a um atraso de minutos, punido também com o desconto de meio dia de salário.

Entre dezembro de 1952 e janeiro de 1953, os operários da indústria têxtil carioca estiveram em greve com uma pauta de reivindicações centrada justamente na conquista

de um reajuste desvinculado da assiduidade integral. Esse movimento, que paralisou a quase totalidade dos cerca de 30 mil tecelões cariocas, foi extremamente significativo por ter se desencadeado para contestação de uma sentença desfavorável à categoria no Tribunal Regional do Trabalho. Foi não só um confronto com o patronato, mas também um questionamento da própria Justiça do Trabalho.

Intersindicais como o PUI e a Ciscari serviram de modelo para articulações como a Comissão Permanente de Organização Sindical, criada em 1958 no então Distrito Federal, e mesmo o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que reunia nacionalmente as entidades sindicais de trabalhadores em transportes marítimos, ferroviários e, mais tarde, aéreos, além dos portuários. O PUA surgiu de uma grande greve nacional dos trabalhadores em transportes – a greve da paridade – em 1960, reivindicando do então Presidente Juscelino Kubitschek um reajuste equivalente ao concedido aos militares.

Mesmo os paliativos aumentos do salário mínimo e a ênfase no apelo às massas do discurso trabalhista, não garantiriam a Getúlio, na fase crítica de 1954, a base popular de que se ressentia para enfrentar as contradições internas de seu próprio governo e a oposição ostensiva dos setores golpistas da UDN, principal partido antigetulista. Ainda assim, o gesto extremo do suicídio reverteria tanto a força da oposição – garantindo a eleição de Juscelino Kubitschek pelos mesmos PSD e PTB criados por Getúlio – quanto restauraria a aura de mito do “pai dos pobres” junto aos trabalhadores urbanos. Nesse contexto, as lideranças comunistas viram-se obrigadas a rever seu isolamento e a buscarem alianças. No campo sindical, a aproximação de comunistas e trabalhistas de esquerda para conquista das direções de sindicatos e órgãos de cúpula da estrutura oficial, bem como o clima de relativa liberdade democrática que marcaria o governo JK, abririam espaço para a fase de mais ampla mobilização sindical conhecida até então.

TRABALHADORES E SINDICATOS ENTRE 1955 E 1964

Quando, em 1955, Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República, o país já vivenciava uma profunda transformação econômica que seu governo, por meio de instrumentos de planejamento econômico centralizado, iria aprofundar de forma rápida e violenta. Entre 1920 e 1960, o número de operários industriais saltou de 275 mil para cerca de 3 milhões. Os trabalhadores industriais passaram a representar, em 1960, cerca de 13% da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Embora a agricultura ainda empregasse mais da metade dessa população, seu percentual de participação na renda interna (22,6%) já era inferior ao do setor industrial (25,2%). Os anos JK foram decisivos para essa virada, pois os subsídios governamentais para setores estratégicos da economia e a abertura ampla para os investimentos estrangeiros criaram condições para incrementos extraordinários em alguns setores. No caso da infra-estrutura, o setor energético assistiu a um aumento da produção de energia elétrica de cerca de 50% entre 1955 e 1961 e a produção de petróleo saltou dos 2 milhões de barris por ano em 1955 para 30 milhões em 1960. O chamado ao capital estrangeiro resultou em um incremento da produção de bens de consumo duráveis, com destaque para o setor automobilístico. Em 1955, praticamente não se produziam automóveis no Brasil. Em 1960, foram produzidos mais de 130 mil veículos, em 11 fábricas (todas ligadas a empresas estrangeiras), que empregavam cerca de 130 mil operários.

Porém, as contradições desse modelo de desenvolvimento não tardariam a se fazer sentir. O salário mínimo, que nos primeiros anos do governo JK atingiria o mais alto patamar de sua história, chegava em queda a 1960, com valor próximo ao de 1954, e caía ainda mais nos anos seguintes. A principal causa das perdas salariais era a inflação decorrente do aumento das emissões e do endividamento do Estado (interno e externo) necessário à sustentação dos altos

investimentos públicos previstos pelo “Plano de Metas” do governo Juscelino. A taxa anual de inflação que, em 1955, era de 19,1%, em 1959 atingiu 52,1%. Nos anos seguintes, apesar de uma pequena queda em 1960, a taxa inflacionária continuaria a subir, atingindo 79% em 1963. Os dados da época demonstram também que crescimento econômico e superação das desigualdades sociais não eram sinônimos, pois, em 1960, os 70% mais pobres da população brasileira detinham 20% da renda nacional, contra os 40% apropriados pelos 6% mais ricos.

Entre meados da década de 1950 e o golpe de 1964, observa-se uma fase de ascensão do movimento sindical. Vários são os índices dela: crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos na opinião pública; participação destes na formulação de pautas políticas para o país e constituição de organismos intersindicais, são alguns exemplos. Do ponto de vista quantitativo, duas boas medidas do crescimento da importância do sindicalismo são os dados sobre número de entidades criadas e percentual de trabalhadores filiados.

Nos primeiros anos da década de 1960, ainda era intenso o ritmo de criação de novas entidades, em especial em áreas como São Paulo, na dianteira da expansão econômica. No entanto, mais significativo seria tomar em conta o nível de associativismo, expresso na proporção de trabalhadores sindicalizados em relação ao total da população economicamente ativa. Tomando por base o ano de 1960, o percentual de trabalhadores sindicalizados era de 6,11% da PEA no Brasil como um todo, índice sem dúvida muito baixo. Concentravam-se os sindicalizados na região centro-Sul do país. Em São Paulo, essa mesma proporção subia para 9,77%. Considerando-se a inexistência de sindicatos rurais na época, podemos reduzir o universo ao contingente da PEA ligado a atividades urbanas. Em relação a este, o percentual de sindicalizados paulistas sobe para 14,45%. São, ainda assim, índices significativamente baixos. Próximo aos

30% (27,99%), o índice de trabalhadores filiados no antigo Distrito Federal – já então a Guanabara – destacava-se entre os das demais regiões do país.

Essa regra geral de baixo índice de sindicalização tinha suas exceções, que comprovavam a possibilidade de alto grau de representatividade de algumas das direções de sindicatos de ponta. Era o caso de três das principais entidades cariocas: o sindicato dos bancários, com um índice de associação de aproximadamente 75% às vésperas do golpe militar (25.929 sócios em aproximadamente 35 mil bancários); dos ferroviários da Leopoldina, cuja marca de filiação chegava a 85% (17 mil sócios para 20 mil trabalhadores na base), segundo depoimento do ex-presidente do sindicato, Demisthóclides Batista; e dos metalúrgicos, com um índice que atingia 50% da categoria em 1961.

Por outro lado, o período em questão marcou também uma dinamização das atividades sindicais em função de um processo generalizado de renovação de lideranças. Mapeando as tendências dominantes naquela fase, é possível localizar ao menos quatro agrupamentos de dirigentes sindicais: a) os católicos, reunidos nos círculos operários; b) os autodenominados “renovadores”, em geral de esquerda, mas críticos do PCB; c) os dirigentes que se identificavam como “nacionalistas”, que reuniam, grosso modo, os comunistas e trabalhistas de esquerda; e d) os que se proclamavam sindicalistas “democráticos”, que se identificavam pelo anterior controle dos órgãos de cúpula da estrutura sindical.

Em nível nacional, é possível localizar alguns marcos da renovação das direções nas cúpulas da estrutura sindical. O primeiro acontecimento importante foi o 3º Congresso Sindical Nacional, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1960. Nesse enclave, as teses dos sindicalistas ligados à aliança PCB/PTB foram aprovadas por maioria significativa dos delegados, e os encaminhamentos para a criação

de uma Central Sindical avançaram com a constituição de uma comissão permanente. Os dirigentes que se proclamavam democráticos, naquele momento dirigindo as principais confederações (CNTI, CNTC e CNTTT), e respondendo pela organização do encontro, abandonaram o Congresso quando se perceberam em minoria.

Essa virada se cristalizaria no final de 1961, quando os antigos dirigentes foram afastados da principal confederação – a CNTI – em eleições em que a chapa encabeçada por Clodsmidt Riani, de oposição, tomou a direção do órgão do grupo liderado por Deocleciano de Holanda Cavalcanti. A plataforma das oposições incluía as seguintes reivindicações: a) 13º salário; b) participação nos lucros das empresas; c) salário-família; d) direito de greve; e) cumprimento da Lei Orgânica da Previdência Social; f) autonomia sindical; g) férias de 30 dias.

Completando o ciclo de mudança nas direções, deu-se o IV Encontro Sindical Nacional, realizado em São Paulo, em agosto de 1962. Com a participação de 3.500 delegados, representando 586 entidades sindicais, o encontro aprovou a:

Criação de um Comando Geral dos Trabalhadores, composto de dois representantes de cada federação não confederada ou de cada Confederação e, no caso de qualquer Confederação recusar-se a participar do novo organismo, caberia a seus filiados, federações ou sindicatos indicar o representante do setor profissional (Delgado, L. A. N. *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil*, p. 55).

O “Plano de Ação Imediata” aprovado nesse encontro previa, além das demandas econômicas já presentes na plataforma da nova direção da CNTI, uma “campanha de esforços pelas reformas de base”, que seria o norte da atuação política do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) nos dois anos seguintes.

Naquela conjuntura, a atividade sindical, em especial no que diz respeito à eclosão de greves, experimentou um

rápido e expressivo crescimento. Embora não haja qualquer homogeneidade nos dados sobre o número de paralisações e de trabalhadores em greve, o fato indiscutível, confirmado por todas as estatísticas é o do crescimento contínuo das mobilizações grevistas entre o fim da década de 1950 e o ano de 1963.

Algumas dessas greves tiveram grande repercussão, seja pelo poder de mobilização demonstrado pelas organizações sindicais, ou por suas demandas, visivelmente ligadas aos grandes temas do debate político nacional. Paralisações – como a convocada em julho de 1962, contra a posse do político conservador Auro Andrade como primeiro-ministro e pela composição de um gabinete “nacionalista”; ou a de setembro do mesmo ano, pelo plebiscito – que assumiram a dimensão de greves gerais, atingindo trabalhadores das mais diversas categorias em vários Estados da Federação.

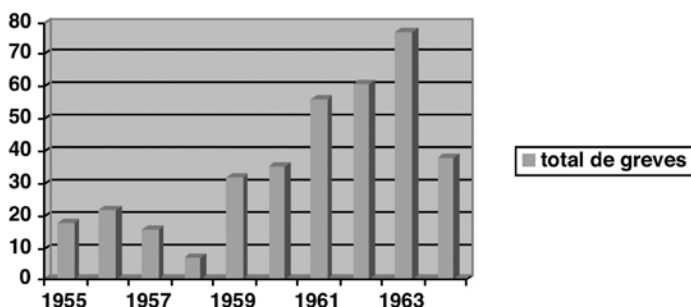
Greves reunindo diversas categorias em torno de pautas comuns, como a dos 300 mil em 1953, ainda continuariam a estourar. Entre os movimentos com essas características de “greve de massas”, alcançou grande destaque a paralisação de 700 mil operários em São Paulo, no ano de 1963. Foram também os tempos áureos das greves por categorias. Algumas delas nacionais, como as greves dos bancários (em 1961, 1962 e 1963), que tiveram pautas essencialmente econômicas – salário-profissional, gratificação de função, semana de cinco dias etc. – mas não deixaram de se inserir na luta mais ampla das reformas de base. Na greve de 1963, por exemplo, os bancários se posicionavam no debate sobre a “reforma bancária”. Nacional também seria a greve dos trabalhadores de transportes aéreos de junho de 1963, motivada pela demissão pela Varig do comandante Paulo Melo Bastos – presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, membro da direção da Confederação e da direção do CGT

– que defendia a estatização do setor de transportes aéreos, pela criação da Aerobrás, como solução para o atraso tecnológico; a atuação em cartel das companhias aéreas para fixar preços e condições de oferta; e a falta de segurança dos vôos comerciais no país. Tais greves foram, em geral, bem sucedidas, com o atendimento, ao menos parcial, das reivindicações dos grevistas.

Mas, não deixaram de ocorrer as paralisações por empresas, em que pautas centradas nas questões salariais e de condições de trabalho eram dominantes. Alguns sindicatos, em que a organização por local de trabalho era forte, tenderam a experimentar dezenas de greves desse tipo na década anterior ao golpe de 1964. No caso do Rio de Janeiro, categorias como metalúrgicos, bancários, têxteis, operários navais, entre outras, tinham nas “comissões sindicais” ou “comissões de empresas” um importante instrumento de mobilização. Mesmo quando as diretorias apostavam no caminho da negociação e evitavam as greves de categorias, as organizações de base agiam de forma relativamente autônoma, convocando paralisações frequentes. Era o caso dos metalúrgicos cariocas, que não fizeram greves gerais da categoria nesse período, mas vivenciaram pelo menos 20 paralisações por empresas entre 1953 e 1964, graças aos “conselhos sindicais”. Em 1961, os conselhos eram 140, o que significava a presença dessa forma de organização em 15% das empresas da base territorial do sindicato (935 indústrias em 1960). Mais presentes nas médias e grandes empresas, esses 140 conselhos representavam cerca de 50% da categoria.

Para uma visão geral das greves na Capital Federal (Estado da Guanabara até 1960), entre os anos de 1955 e 1964, apresentamos o gráfico abaixo, que registra mais de 300 greves, iniciando-se com 18 em 1955, para atingir 77 no ano de 1963 (e 38 apenas nos três primeiros meses de 1964):

GREVES POR ANO NO RIO DE JANEIRO (1955-1964)



Fonte: Mattos, M. B. e outros. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*, p. 45.

A força política, a trajetória grevista ascendente e o crescimento no nível de mobilização alcançado pelo sindicalismo entre 1955 e 1964 explicam-se, em grande parte, pelo surgimento das organizações paralelas ao sindicalismo oficial. Organizações paralelas de base (como as comissões sindicais por empresa), intersindicais (como os pactos e as comissões regionais), ou de cúpula (como o CGT), que expressavam a tentativa de criar canais de mobilização para além dos limites da estrutura sindical montada pelo Estado nas décadas de 1930 e 1940.

Porém, ir além, em alguns aspectos, dos limites da estrutura sindical oficial não significava opor-se integralmente a suas características. Assim, o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e as restrições ao direito de greve foram condenados; já a unicidade sindical (registro legal de apenas um sindicato de categoria por região), o monopólio da representação (conforme o qual, o sindicato representa, frente aos patrões e à justiça, toda a categoria e não apenas os associados) e o poder de tributação decorrente desse monopólio (o imposto sindical) eram não só aceitos mas também, em certos casos, defendidos. Tome-se como exemplo a proposta do Encontro Sindical Nacional de fevereiro de 1961 que, em nome da Constituição, condenava:

a ingerência governamental nas associações de classe, e o impedimento de quem vive de salários e vencimentos usar do exercício do direito de greve. (...) Tanto o estatuto padrão como as normas para as eleições contrariam o que dispõe a Constituição Federal. (...) É óbvio que o respeito à liberdade e autonomia sindicais implica em um processo de modificações na estrutura sindical vigente, o qual deve ser feito de acordo com a vontade e as necessidades da classe operária brasileira. Tais modificações vão desde a libertação do burocratismo e controle do Ministério do Trabalho (prestação de contas, estatuto padrão etc.), até a existência do Fundo Sindical, cuja extinção é reclamada para que o imposto sindical seja aplicado exclusivamente pelas entidades sindicais. Todas as modificações reclamadas não excluem, em hipótese alguma, o princípio básico para os trabalhadores, que é a unidade sindical (Citado em Mattos, M. B. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*, p. 130).

Complexa era também a relação do sindicalismo com as lideranças políticas, em especial no período do governo João Goulart. Jango foi eleito Vice-Presidente pelo PTB, numa eleição ganha pela oposição udenista, que apresentou como candidato Jânio Quadros, cuja campanha centrou-se no discurso de moralização política. Em seus primeiros meses no poder, Jânio enfrentou a oposição não apenas do PSD e PTB, que somavam a maioria no Congresso, mas também de setores da própria UDN, descontentes, principalmente, com a sua política externa “independente”. Tomando posse em março de 1961, já em agosto encaminhou ao Congresso sua renúncia, aguardando talvez um chamado para manter-se na Presidência com poderes ampliados, o que não ocorreu. Jango, porém, não assumiria imediatamente, pois os ministros militares tomariam o controle do governo. Para garantir sua posse, foi necessária uma ampla campanha pela “legalidade”, na qual, através das greves, o movimento sindical desempenhou um papel de destaque. Ainda assim, a posse deu-se nas bases de um acordo político que retirou poderes de Jango, instaurando o parlamen-

tarismo no país. Em janeiro de 1963, o presidencialismo foi restaurado.

Naquela conjuntura, a participação política dos trabalhadores era cada vez mais expressiva. Em 1945, 15% dos brasileiros eram eleitores; em 1964, esse contingente já alcançava 25% da população. O PTB, que buscava os votos dos trabalhadores urbanos, ocupou 8% das cadeiras do Congresso em 1946 e, nas últimas eleições antes do golpe, em 1962, já contava com 28% dos congressistas, um ponto percentual a menos que o PSD, que possuía a maior bancada e várias cadeiras acima da UDN, que passou, então, a terceiro partido no Congresso.

Com uma carreira política marcada pela proximidade em relação às lideranças sindicais do PTB e seus aliados, Jango seria, entre os presidentes do período 1945-1964, aquele que mais abriu espaços políticos para a discussão das propostas do sindicalismo, em especial nos últimos meses de seu governo, quando pareciam fracassar suas tentativas de conciliação política com os setores mais à direita no espectro político. Isso não significa dizer que seu comportamento evitasse a tradicional concepção trabalhista do controle sobre as mobilizações operárias. Assim, quando as pressões do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT pelas “reformas de base” (o grande tema político da época) tornaram-se mais fortes, com freqüentes ameaças de greves gerais e grandes mobilizações populares, Jango procurou esvaziar o CGT, prestigiando a União Sindical dos Trabalhadores (UST), recém-criado organismo de cúpula das lideranças reconhecidas como pelegas, e apoiando a chapa de oposição à aliança PCB-PTB nas eleições da CNTI de janeiro de 1964.

Ainda assim, na perspectiva de radicalização política dos primeiros meses de 1964, as lideranças sindicais apostaram tudo na pressão e no apoio a Jango pela aceleração das reformas de base. As agitações golpistas já eram claramente percebidas e, durante todo o mês de março, o CGT articu-

lou estratégias de resistência a um movimento militar para a derrubada de Jango. Contava com uma greve geral, somada à força dos militares de baixa patente (que se mobilizavam crescentemente por melhores condições de trabalho nas três armas e por direitos políticos) e do “dispositivo militar” do Presidente (boa parte da oficialidade superior era considerada fiel a ele), para impedir o avanço de qualquer movimento golpista. Quando os primeiros passos para o golpe foram dados, o CGT convocou uma greve geral e fez circular diversos manifestos à nação, como o que se segue:

Fiel ao compromisso de defesa das classes que representa e diante dos últimos acontecimentos políticos verificados no país em consequência das atitudes assumidas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. João Goulart, em benefício do povo brasileiro (...) o CGT defendendo a autoridade e o mandato do Presidente da República em face dos seus atos positivos, que possam atender às aspirações do nosso povo e de acordo com a resolução do CGT, alerta aos trabalhadores para permanecerem vigilantes e mobilizados em condições de atenderem a qualquer momento à palavra de ordem de seus respectivos sindicatos, caso seja necessária a deflagração da greve geral (Citado por Delgado, L. A. N. *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil*, pp. 176-177).

A greve foi de fato deflagrada e em algumas cidades, como Rio de Janeiro e Santos, a paralisação foi total. Porém, o alentado dispositivo militar do Presidente mostrou-se frágil, já que, dos comandos regionais do Exército, apenas o do Rio Grande do Sul mostrou-se disposto a resistir sem impor condições. Ainda assim, diversas unidades isoladas das Forças Armadas apresentaram-se para a resistência, mas a ordem de enfrentar os golpistas não foi dada por João Goulart e os trabalhadores viram-se literalmente desarmados para um possível enfrentamento.

O papel dos trabalhadores organizados, no momento do golpe, pode ser compreendido a partir do relato do líder ferroviário Demisthóclides Baptista, o Batistinha:

A classe operária fez seu papel, parou o Brasil (...) Havia um esquema. Qual era o esquema? O trabalhador parar em caso de golpe. Porque o 1o. Exército era comandado por um general de confiança, nomeado por Jango. A Aeronáutica era comandada pelo Brigadeiro (...) Teixeira. Me disseram que fuzileiro naval era domesticado para brigar e era tropa de elite, comandada pelo Almirante Aragão. Então, não tinha porque o trabalhador que nunca pegou em arma pegar (...).

Não havia trabalho de resistência armada pelos trabalhadores. Havia a ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe (*Batistinha: o combatente dos trilhos*, p. 45).

Na fala de Batistinha anuncia-se um dos limites do sindicalismo brasileiro da época, que se lançou com vigor numa pauta política de reformas comandada por um segmento da classe dominante brasileira comprometido com a proposta de conciliação de classes e, por isso mesmo, incapaz de tomar a frente de um processo de resistência popular efetiva à violação da constitucionalidade e à ditadura. A facilidade com que a ditadura utilizou-se dos recursos da legislação sindical para reprimir os movimentos esclarece um outro limite: o imposto por uma estrutura oficial que se procurou adequar aos interesses dos trabalhadores, mas contra a qual lutou-se pouco. Porém, nada disso deve impedir a avaliação da importância e representatividade das lutas travadas pelos trabalhadores no início dos anos de 1960. Uma importância percebida pelos que articularam o golpe e instalaram a ditadura justamente para encerrá-las.

DO GOLPE À NOVA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Os instrumentos já estavam dados pela própria CLT, que facultava ao Ministério do Trabalho o poder de intervir nas entidades sindicais, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores. Assim, tão logo o golpe consolidou-se, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). A cassação dos direitos políticos e a instauração de inquéritos policiais militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiram escapar à prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio.

A repressão aos sindicatos mostrava bem o caráter da ditadura que se instalava. A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, deu-se em torno da contenção dos avanços dos movimentos organizados de trabalhadores no campo e na cidade. Por outro lado, a crise econômica, que só fazia crescer desde o fim do governo JK, seria combatida pela ditadura com uma receita cujo principal remédio era o arrocho salarial. Para tanto, controlar os sindicatos era fundamental.

O impacto do golpe sobre os sindicatos foi violentíssimo, e mais de uma década seria necessária para que uma retomada efetiva das mobilizações de trabalhadores e das jornadas grevistas pudesse acontecer. Porém, entre o golpe e o surgimento do “novo sindicalismo”, a partir das greves de 1978 no ABC paulista, os sindicatos não deixaram de vivenciar conflitos nem os trabalhadores de criar formas de resistência à exploração e à ditadura. Uma periodização mais detalhada da conjuntura pode ser útil para a compreensão de suas linhas gerais.

Entre 1964 e 1967, os sindicatos estiveram completamente amordaçados pelas intervenções e pelas perseguições aos militantes mais conhecidos do período anterior. A partir de 1967, o Ministério do Trabalho passou a ter um discurso de liberalização progressiva das atividades sindicais e promoveu eleições em várias entidades. Apesar do controle das candidaturas, em alguns sindicatos, assumiram a direção militantes pouco conhecidos, mas identificados com as comissões por local de trabalho (novas ou sobreviventes ao golpe) e com os partidos de esquerda. Mobilizações operárias e greves, numa conjuntura de avanço da oposição à ditadura, foram consideradas ameaça ao regime e novas cassações e intervenções ocorreram, esvaziando novamente a representatividade das entidades.

A partir de 1970, o governo esforçou-se por revalorizar os sindicatos, mas apenas como órgãos integrados ao sistema oficial de previdência e assistência social. Como balcões de serviços, os sindicatos poderiam servir melhor também para veicular as “conquistas” do regime militar. Os trabalhadores, porém, não se calaram. De forma muitas vezes clandestina, organizaram-se nos locais de trabalho e protestaram, em movimentos por empresa, mantendo acesa, apesar de todos os limites, a possibilidade da ação sindical. Foi também a fase das explosões violentas de revolta contra as condições de vida no meio urbano, com destaque para

os quebra-quebras de trens nas áreas periféricas do Rio de Janeiro e São Paulo.

O ano de 1978 inaugurou, com a onda de greves detonada a partir do ABC paulista, uma outra fase de afirmação das organizações coletivas dos trabalhadores no cenário político e social, iniciando uma nova etapa nas relações de trabalho e na dinâmica política brasileira.

A FASE DOS INTERVENTORES (1964-1967)

Os que foram colocados nas direções sindicais pelos militares não eram figuras distantes do meio sindical. Tratava-se, na maioria dos casos, de representantes dos antigos grupos dirigentes, desalojados dos cargos de direção das entidades pelas vitórias nas eleições sindicais dos militantes de esquerda ligados ao PCB e ao PTB, nos anos que antecederam ao golpe. Muitos tinham vínculos com os círculos operários católicos e com as entidades ligadas ao sindicalismo estadunidense. Não tardariam, portanto, a se reaglutinar, utilizando a máquina sindical, não para representar dignamente suas categorias, mas para concretizar dois objetivos centrais: apresentarem-se como ponto de apoio dos primeiros mandatários da ditadura militar e caçar com esmero seus antigos adversários, agora taxados de perigosos subversivos.

A adulação ao governo ditatorial ficou explícita já em junho de 1964, com a Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais pela Defesa da Democracia e Bem-Estar do Trabalhador, realizada no Rio de Janeiro. Os objetivos dessa conferência, promovida pela CNTC, CNTTT e CNTI, espelhavam com fidelidade as novas feições do sindicalismo brasileiro:

A Conferência (...) objetivou, como finalidades principais, o refortalecimento das aspirações democráticas nacionais, o estudo das melhores formas de colaboração dos trabalhadores e de suas respectivas organizações sindicais com os poderes públicos e a necessidade de mais amplo desenvolvimento do sindicalismo, sempre atuante e autenticamente livre ("Conferência nacional de

dirigentes sindicais (...)”, p. 3, citado por Mattos, M. B. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro 1955-1988*, p. 133).

O atrelamento ao governo militar transparecia mesmo quando se apresentavam reivindicações econômicas como o controle do custo de vida ou a resolução dos conflitos no campo via “Estatuto da Terra”. Os termos usados para apresentar essas reivindicações eram inequívocos: “colaboração eficiente junto aos poderes governamentais” ou “apoio aos esforços do Sr. Presidente da República”. Do convidado internacional Manuel Pavon (representante da Orit, braço latino-americano da central internacional Ciosl, àquela época totalmente controlada pelo sindicalismo estadunidense, afinado com a linha do governo de seu país na guerra fria), ao representante do plenário da conferência, Ary Campista, os dirigentes se esforçaram para destacar os méritos do golpe e a correção do governo militar. O representante da Orit louvou o papel das Forças Armadas e o clamor do povo:

Igualmente desejamos manifestar nosso respeito às Forças Armadas, as quais, cumprindo mais uma vez o seu dever de defender as instituições dentro da disciplina que rege sua vida, souberam dar apoio irrestrito ao povo – ao povo que se projetou às ruas para sustentar a Constituição e as instituições (*Conferência nacional de dirigentes sindicais...*, p. 109).

Já Ary Campista dirigiu-se ao Ministro do Trabalho afirmando que a conferência:

foi a primeira tentativa séria e honesta que o movimento sindical brasileiro faz após ação enérgica e patriótica das Forças Armadas trazendo o país de volta às suas tradições democráticas e cristãs, e que instaurou no Brasil, a partir desse momento, um processo revolucionário que deve ser cumprido pela classe trabalhadora (*Conferência nacional de dirigentes sindicais...*, p. 115).

Internamente aos sindicatos, a perseguição aos líderes e militantes das correntes de esquerda fez-se por meio de inquéritos instaurados pelos interventores, que buscavam reunir provas para incriminar as antigas lideranças como

subversivas, encaminhando o resultado de suas buscas para os inquéritos policiais militares instalados pela ditadura. Essa prática autoritária chegava a exageros dignos de risos, não fossem tão repugnantes seus objetivos. É o caso do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro que, nas páginas de seu jornal, torna claras as tarefas e os meios de ação dos interventores. Em primeiro lugar, cabia localizar os “agentes da subversão”, não só entre dirigentes, mas também entre militantes, membros das comissões e funcionários. As provas da subversão estavam em documentos como: telegramas de cumprimentos de Prestes e do embaixador soviético ao sindicato; nos compromissos agendados pelos diretores (como comparecimento a atos de solidariedade ao povo cubano); ou na presença de um livro de Ferreira Gullar na biblioteca do sindicato. Reunindo essas “provas”, os interventores esperavam cumprir uma tarefa maior: defender, entre os trabalhadores, os ideais da “Revolução” (como eles chamavam o golpe), e manterem-se “sempre prontos a auxiliar, no que for possível, as autoridades constituídas pela Revolução Democrática” (*Bancário*, 14/10/1964 e 1º/6/1964, p. 1. BAP/SEEB-RJ).

O resultado dessa ação seria logo sentido. Os sindicatos esvaziavam-se, perdendo rapidamente o contingente mais expressivo de associados que haviam conquistado nos anos anteriores ao golpe. Para os interventores, isso era pouco preocupante, pois não almejavam maior representatividade que a conferida pelos militares que lá os colocaram. Desprezando as reivindicações das categorias no plano político e econômico, dedicaram-se a ampliar o setor assistencial e o patrimônio físico dos sindicatos, valendo-se para isso das gordas somas vindas do imposto sindical.

Essa primeira fase das interventorias não conseguiria, entretanto, calar completamente a voz dos ativistas mais combativos, nem tampouco apagar da memória das categorias os avanços significativos do período anterior ao golpe, o que

ficaria provado com a vitória eleitoral de chapas oposicionistas, tão logo novas eleições sindicais fossem convocadas.

DE VOLTA À LUTA (1968-1970)

Nos primeiros anos da ditadura militar, a legislação autoritária criaria diversos mecanismos para diminuir o poder de luta dos trabalhadores, desmobilizando a ação sindical e ampliando a exploração da classe. Entre as chamadas “leis do arrocho” estavam: a proibição do direito de greve; o controle dos índices de reajuste salarial (unificados em torno de um único percentual anual relativo à média da inflação divulgada para os dois anos anteriores); o fim da estabilidade aos dez anos de serviço (trocada pelo FGTS) e o desmonte do sistema previdenciário baseado nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), substituídos pelo INPS. Os IAPs foram criados no primeiro governo Vargas, para regular o sistema de previdência de cada ramo profissional e possuíam participação dos trabalhadores em seus conselhos diretores.

Numa nova conjuntura, após os primeiros anos de repressão, anunciava-se a intenção do governo de promover uma relativa abertura política. Em meio a outros discursos oficiais que sinalizavam em direção à liberalização do regime, o Ministro do Trabalho do governo Costa e Silva – Jarbas Passarinho – anunciaria, em 1967, seu apoio à “renovação sindical”. Nesse momento tornaram-se menos frequentes, embora não inexistentes, as degolas de dirigentes eleitos e surgiu espaço para a formação de movimentos intersindicais contrários à política salarial, sendo o mais conhecido denominado Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA).

Para os dirigentes sindicais que estavam à frente desse movimento, em geral herdeiros da atuação dos comunistas em aliança com os trabalhistas nos anos pré-golpe, colocava-se a difícil missão de equilibrar as propostas de maior

mobilização das bases para resistir à ditadura, com os apelos constantes à calma e moderação na resistência, vistos como necessidade diante do medo de afastamento dos postos dirigentes dos sindicatos oficiais, por eles tão valorizados. A II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais (novembro de 1967) seria sediada no sindicato dos Bancários do Rio, que uma diretoria identificada como ligada ao PCB havia retomado nas eleições daquele ano. Dessa conferência, participariam 169 organizações, representadas por 212 dirigentes, sendo que seis das oito confederações apareceriam como promotoras do encontro. Pelas palavras de ordem do “Manifesto” aprovado na conferência, percebe-se um tom reivindicatório e uma diretriz política oposicionista totalmente distintos dos termos da primeira conferência, já citada, realizada em 1964. As quatro principais reivindicações aprovadas foram:

1. revogação das leis do arrocho salarial; 2. liberdade de firmar acordo com os empregadores; 3. reajuste de salários igual ao aumento do custo de vida; 4. reforma Agrária capaz de atender aos problemas do homem do campo (*Bancário*, 31/11/1967, p. 14. BAP Seeb-RJ).

A posição de mobilização com moderação, entretanto, não era consensual entre os grupos de esquerda que atuavam no meio sindical. Entre esses grupos o fracionamento era a marca, e diversas correntes e organizações surgiram criticando o que consideravam uma posição imobilista e conciliatória do PCB. Se, no plano da ação política, defendiam a luta armada como estratégia de mobilização da sociedade contra a ditadura, no plano sindical, caracterizavam-se pela defesa do recurso às greves e pela busca de uma organização mais autônoma dos trabalhadores, a partir dos locais de trabalho, de forma a romper com a estrutura corporativista. Na maré liberalizante, chapas com participação de membros afinados com essas concepções venceriam eleições e, em alguns casos, chegariam a tomar posse, burlando a vigilância do Ministério do Trabalho sobre os “subversivos”.

Um caso típico é o do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em que a chapa de oposição presidida por José Ibrahim – então um membro da comissão de fábrica da Cobrasma – chega à presidência em julho de 1967, com um programa que incluía, entre outros pontos: a luta contra as leis do arrocho; reformulação da estrutura corporativista com liberdade sindical e desvinculação do governo; criação de comissões de empresa; maior participação dos trabalhadores na vida política do país e luta contra a alta do custo de vida.

Em Osasco, em julho, e em Contagem (MG), alguns meses antes, em abril, duas greves de trabalhadores metalúrgicos fechariam esse ciclo de mobilizações. José Ibrahim explicou assim a importância da greve para a proposta sindical que defendiam:

Nós nos sentíamos cobrados e pressionados. Por outro lado, fazer a greve era uma questão importante para nós, como liderança de novo tipo, que estava surgindo no movimento operário. Seria o primeiro grande movimento realizado dentro de uma nova perspectiva e nós tínhamos condições de desencadeá-lo (Citado por Frederico, C. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*, vol. 1, p. 222).

Se a greve de Contagem pegou patrões e governantes de surpresa, o que dificultou a repressão, em Osasco, o uso da força seria devastador, anunciando uma nova fase de cassações e emparedamento da ação sindical.

Em fins de 1968, a ditadura passaria por um processo de fechamento ainda maior, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que fechou temporariamente o Congresso Nacional, cassou mandatos, instituiu a censura prévia à imprensa e cassou direitos civis. Com o AI-5 e o endurecimento do regime militar nos anos seguintes, os governos ditatoriais passaram a dispensar aos sindicatos não só o rigor da repressão, mas também uma preocupação com a moldagem de um novo modelo de atuação sindical.

OS SINDICATOS DA DITADURA (1970-1977)

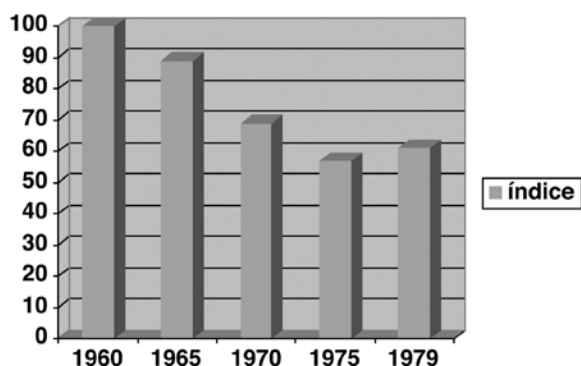
Uma caracterização, mesmo que rápida, dos anos de 1970 no Brasil deve levar em conta, no plano político, que o período inaugurou-se em meio à fase mais violenta da repressão às oposições ao regime militar e, em especial, aos grupos políticos de esquerda que optaram pelo caminho da luta armada. No plano econômico, os primeiros anos da década foram marcados pelos altos índices de crescimento econômico, caracterizando o que a ditadura apelidou de “milagre econômico”.

As bases do milagre se assentariam sobre a recessão provocada pelo governo nos anos anteriores, gerando maior concentração de capitais em torno dos grandes grupos monopolísticos (de capital estrangeiro, em especial) e do sistema financeiro; e sobre a retomada dos investimentos públicos em grandes obras indutoras de atividades econômicas. Capitalizando-se por meio do endividamento externo, numa conjuntura favorável a essa política no mercado financeiro internacional, o Estado impulsionava o desenvolvimento econômico investindo em infra-estrutura e subsidiando as empresas privadas por meio da produção de insumos a baixo custo nas estatais. Mas, além disso, o “milagre” tinha um outro pé dentro das próprias empresas: o arrocho salarial e a superexploração da força de trabalho que, garantidos pelo controle do governo sobre os sindicatos, elevavam em muito a lucratividade do capital.

De fato, o PIB cresceu anualmente a taxas superiores a 10% na maior parte do período 1968-1976, chegando à taxa recorde de 14% de variação anual em 1974. O trabalhador, no entanto, nada usufruía desse crescimento.

Tomando como indicador o salário mínimo, que foi criado em 1940, percebe-se pelo gráfico abaixo o efeito corrosivo do arrocho da ditadura militar.

ÍNDICES DE SALÁRIOS MÍNIMOS (1940 = 100)



Fonte: Mendonça, S. R. & Fontes, V. M. *História do Brasil recente (1964-1980)*, pp. 17 e 67.

Outros dados reveladores dizem respeito à distribuição de renda. Em 1960, os 50% mais pobres da população brasileira ficavam com apenas 17,7% da renda nacional, mas, em 1980, estavam em situação ainda pior, pois dispunham de apenas 13,5% da renda. Já os 5% mais ricos da população passaram dos 27,7% da renda de que se apropriavam em 1960, para a apropriação de 34,7% da renda nacional em 1980. Um milagre que fez os ricos muito mais ricos e, por consequência, os pobres cada vez mais pobres.

Quanto ao país, este estava cada vez mais endividado. Em 1964, a ditadura iniciou-se com uma dívida de cerca de 5 bilhões de dólares. Em 1975, com o milagre já mostrando seus limites, a dívida externa já se havia multiplicado por cinco, batendo a casa dos 20 bilhões de dólares. Dez anos depois, com a alta dos juros e os novos empréstimos, seu valor já chegava bem perto dos 100 bilhões de dólares.

A dívida é fundamental para entendermos a crise do “milagre”. As taxas de crescimento anual do PIB caíram na segunda metade dos anos de 1970 e a década de 1980 iniciou com recessão. Em 1982, o crescimento do PIB desceu

a níveis mais baixos que os do período anterior ao golpe, registrando-se uma taxa de 1,1%.

Ainda assim, a ditadura buscava legitimar-se perante algumas parcelas da opinião pública. Para isso contava com o anúncio dos feitos econômicos, acentuada por um patriotismo autoritário, difundido por meio de grande esforço de propaganda, conhecido por *slogans* como “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Os sindicatos não se mostrariam imunes a essa investida dos governos militares em busca de bases sociais de apoio.

Após nova leva de intervenções, a ditadura, em inícios dos anos de 1970, tratou de valorizar um “novo” modelo de atuação sindical, pautado pela ação exclusivamente assistencial e afinado com as idéias de crescimento econômico como pré-requisito para uma posterior política redistributiva. Esse lado assistencial dos sindicatos seria fortalecido pela injeção de recursos do governo, via financiamentos e doações, e reforçado pela conjuntura de início da crise da saúde pública e fim dos institutos de aposentadoria e pensões.

Falando aos dirigentes sindicais reunidos no Palácio do Planalto, em 21/9/1970, quando do lançamento de um programa que previa novos recursos para a previdência e para as atividades assistenciais nos sindicatos, o general/Presidente Médici daria o tom dessa nova etapa:

Lembre-se cada trabalhador de que o suor de sua fronte não é mais apenas o sinal vivo de sua contribuição para o engrandecimento da pátria. É ainda o penhor de que ele se enobrece, a cada jornada de trabalho, como participante do produto nacional, crescendo e subindo na escala social, à medida que vai subindo e crescendo o Brasil (...) Assinarei agora (...) um decreto executivo, que se destina a valorizar a ação sindical, combinando-a com a política previdenciária, a fim de dinamizar a assistência ao trabalhador, em todas as suas modalidades. Fixando diretrizes e linhas de ação, que imprimem organicidade e eficiência aos diversos setores do Ministério do Trabalho e Previdência Social,

o decreto disciplinará a aplicação de recursos e meios, de que já dispomos, para proporcionar aos sindicatos uma sede condigna, com escola, ambulatório, clube esportivo e centro de reuniões para o associado e sua família (Mariz, D. M. *Pelo fortalecimento dos sindicatos*, pp. 13-14).

Via intervenções, ou apoios “voluntários”, o governo buscava adesões e instrumentos para desenvolver uma política que se pautasse não só pela repressão ao sindicalismo reivindicativo, mas também pela revalorização do sindicato como órgão auxiliar do Estado junto aos trabalhadores. Caberia, então, às entidades sindicais, o papel de somarem-se a outros instrumentos do governo na propaganda da proposta de desenvolvimento econômico acelerado do Brasil “grande potência”. Mas deveriam atingir um público específico de trabalhadores, a quem havia de ser esclarecido que os benefícios do “milagre econômico” não tardariam a ser sentidos na forma da melhoria das condições de vida.

De concreto, nos sindicatos eram revalorizados os serviços assistenciais – como os consultórios médicos, colônias de férias etc. – que, ao mesmo tempo, serviam como indicadores das ações governamentais (das quais o sindicato era um intermediário) junto aos trabalhadores e de pólo de atração para novos associados. Estes seriam vistos não tanto como representados em seus interesses econômicos pelo sindicato, mas principalmente como usuários dos serviços assistenciais.

Nessa fase, processou-se o grande salto no número de sindicatos rurais do país. Autorizados no governo Goulart, em 1962, na esteira do crescimento dos movimentos no campo, somavam 625 (entre 2.730 sindicatos em geral) em 1968 e chegaram a 1.745 (num total de 3.845) em 1976. O número de sindicatos urbanos, porém, cresceu muito menos. As estatísticas sobre os sindicalizados urbanos indicam um crescimento significativo ao longo do período, o que sinaliza um relativo sucesso da proposta burocrático-assistencial na atração de novos membros para as fileiras sindicais (cerca

de 100% entre 1970 e 1978). Tal crescimento foi, entretanto, apenas equivalente ao incremento em termos absolutos da população economicamente ativa empregada em atividades urbanas, não representando, portanto, aumento no percentual de trabalhadores sindicalizados.

Em diversos sindicatos, campanhas de filiação eram constantemente lançadas. Os atrativos apresentados nessas campanhas foram sempre os serviços prestados aos associados. Um bom exemplo é a lista de vantagens anunciada no artigo “Estas são as vantagens que o sindicato pode lhe oferecer”, publicado no jornal do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro em 1975:

Assistência médica, odontológica e jurídica integrais aos associados de nossa entidade profissional (...) Assistência educacional: os filhos dos trabalhadores metalúrgicos, ou o próprio associado, poderão concorrer às inúmeras bolsas de estudo oferecidas pelo Pebe (...) do Ministério do Trabalho (...) Auxílio funeral: em caso de falecimento do associado seus dependentes receberão em dinheiro a importância equivalente a quatro salários mínimos. No caso de morte de dependentes (...), dois salários mínimos (*Meta*, 11/7/1975, AMORJ).

Mas nem só de adesismo vivia o movimento. Se as greves por categoria e a chegada de grupos políticos de esquerda às direções sindicais eram impossíveis dado o alcance da repressão, os ativistas mais combativos não desistiriam do trabalho de organização dos trabalhadores nas empresas. Desse trabalho e das situações de superexploração vivenciadas na carne pelos trabalhadores que produziam o “milagre econômico”, resultaram diversos movimentos grevistas por empresas, de pequena duração e com motivações em geral ligadas a atrasos de pagamentos ou acidentes nas plantas industriais. Levantamentos de meados dos anos de 1970, davam conta de cerca de duas dezenas de movimentos como greves e operações-tartaruga em diversas empresas nos anos de 1973 e 1974. Na Ford de São Bernardo, por exemplo,

entre 1967 e 1969 realizaram-se várias “greves de fome” (recusa à alimentação no refeitório da empresa) e uma greve geral da fábrica em 1968, organizadas no local de trabalho por operários que seriam duramente reprimidos pela empresa. Ainda assim, no auge da repressão de 1970, foi realizada a “greve da dor de barriga”, em que parte da produção parou com as filas de trabalhadores na enfermaria.

Em 25 de novembro de 1973, o tradicional jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma nota sobre a natureza daquelas formas de mobilização nas fábricas:

”Greve é uma palavra que não se usa nas relações entre empregados e patrões, porém, às vezes, somente a palavra não é utilizada. Fala-se muito do movimento contra as horas extraordinárias, manutenção de boas relações, operação-tartaruga e, mais recentemente, surgiu uma expressão nova, a chamada ‘operação zelo’: o operário, zeloso ao extremo, diminui o ritmo da produção para que a máquina não sofra dano. Zela também pela peça acabada. Zela tanto que o melhor é saber o que está havendo, e para isso chama-se o sindicato. Uma antecipação salarial acaba com tanto ‘zelo’ e tudo volta ao normal.

A melhor síntese dessas lutas “subterrâneas” contra a ditadura e a estrutura sindical foi realizada pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP), que, criada em fins dos anos de 1960, ao longo de toda a década de 1970 enfrentou os grupos acomodados à proposta sindical da ditadura, no sindicato, e a intransigência patronal, nas fábricas. Um sindicato autônomo, construído a partir da organização dos trabalhadores nas empresas era o que defendia a OSMSP, já em 1970:

Historicamente, está começando a segunda etapa do sindicalismo brasileiro. Não mais o sindicalismo dos tempos de Getúlio, ou de Jango, baseado na confiança e na expectativa do governo. Hoje está nascendo um sindicalismo novo, sem esperança do governo e sem meios-termos com os patrões. Sindicalismo que vê claro o centro do problema: o problema político, problema de

luta de classes (...) A lição fundamental é a seguinte: o sindicalismo novo, verdadeiro, tem que nascer de baixo para cima, da fábrica até a organização das várias fábricas em organização de classe: o sindicato” (citado por Gianotti, V. *A liberdade sindical no Brasil*, p. 34).

Se em 1970 a Oposição Metalúrgica já falava em um “novo sindicalismo”, essa expectativa de transformação na estrutura e na ação sindical só faria reforçar-se nos meios mais combativos até o ressurgimento, em 1978, dos movimentos grevistas.

OS SINDICATOS BRASILEIROS, DA CRISE DA DITADURA MILITAR À IMPLANTAÇÃO DA DITADURA DO MERCADO

O NOVO SINDICALISMO

Ao fim da década de 1970, com o crescimento das evidências de crise do modelo econômico da ditadura e a multiplicação das dissidências no interior do próprio bloco no poder, os governos militares iniciaram uma transição lenta e gradual para a volta dos civis ao poder. A intenção de controlar o processo pelo alto ficava evidente na forma das medidas “liberalizantes”, como o fim do AI-5, em 1978, a anistia política, em 1979, e a reorganização partidária.

Tais mudanças possuíam um caráter limitado e dubio. Antes de efetivá-las, a ditadura decretou, em abril de 1977, um pacote de medidas que fechou temporariamente o Congresso (como o AI-5 fizera em 1968) e instituiu eleições indiretas para um terço do Senado (os senadores “biônicos”), alterou a composição do colégio eleitoral para as escolhas presidenciais e manteve a escolha indireta dos governadores, entre outras “novidades”. A anistia, por outro lado, beneficiou também os que serviram à repressão, torturando e assassinando supostos “subversivos”. E a reorganização partidária teve como objetivo, embora não alcançado totalmente, dividir e enfraquecer as oposições.

Tal projeto de transição pelo alto enfrentaria, entretanto, uma vigorosa tensão contrária com o crescimento da ação organizada dos trabalhadores, através dos movimentos sociais. Abalos que começaram em 1978, com as greves do ABC; desdobraram-se na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; fizeram-se sentir mais firmes em 1984, na campanha pelas eleições diretas para Presidente – as “Diretas Já!” – e repercutiram na participação popular no processo Constituinte de 1988.

Com a palavra os trabalhadores:

A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Eram sete horas da manhã de 12 de maio. Uma sexta-feira. Todo mundo marcou o cartão mas ninguém trabalhou. Das sete até as oito horas, nós ficamos de braços cruzados do lado das máquinas sem fazer nada. Às oito horas chegou o gerente geral. Pelo que eu fiquei sabendo, ele olhou, viu que tinha luz, que os cartões estavam marcados, mas que ninguém estava trabalhando. Achou estranho, mas não pensou que era uma paralisação. Não entendeu nada, como também jamais poderia imaginar que ocorreria uma greve. Foi uma surpresa! (“A greve na voz dos trabalhadores” *Série História Imediata* n° 2, p. 7).

O depoimento de um dos participantes do movimento dá conta das condições de erupção da greve na fábrica da Scania de S. Bernardo do Campo, em 1978. Reclamando um índice de reajuste maior e revoltados com a diminuição do número de horas pagas naquele mês, os operários daquela empresa (considerada uma das que melhor pagavam na região) deram o pontapé inicial de uma sequência de greves nas diversas fábricas da área, todas seguindo modelo similar de paralisação e tendo como principal ponto de pauta a elevação em 20% do índice de reajuste concedido pela Justiça do Trabalho, 39%. Na Scania, como nas demais empresas,

a forma e o desenrolar das greves sugeriam um alto grau de espontaneidade.

Embora não estourasse com data marcada, nem tivessem sido convocadas pelos sindicatos, a coesão dos trabalhadores em torno dos movimentos indicava um acúmulo de experiências de resistência nas fábricas, um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura e um nível razoável de representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que negociou os acordos para a volta ao trabalho e foi porta-voz dos operários nas diversas empresas. Essa representatividade maior derivava de uma atuação dos dirigentes mais próxima dos interesses das bases, anunciada um ano antes pela campanha iniciada pelo sindicato contra o expurgo dos índices inflacionários do início da década pela equipe econômica da ditadura, então comandada pelo ministro Antônio Delfim Neto. Com a campanha de 1977, Luís Inácio “Lula” da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, tornou-se nacionalmente conhecido e passou a ser identificado como a mais importante liderança do grupo de sindicalistas que se identificava como autêntico. Para esses, um “novo sindicalismo” dependeria da ruptura com a estrutura sindical, que atrelava os sindicatos ao Estado e dificultava uma mobilização consciente dos trabalhadores. Nas palavras de Lula, de março de 1978:

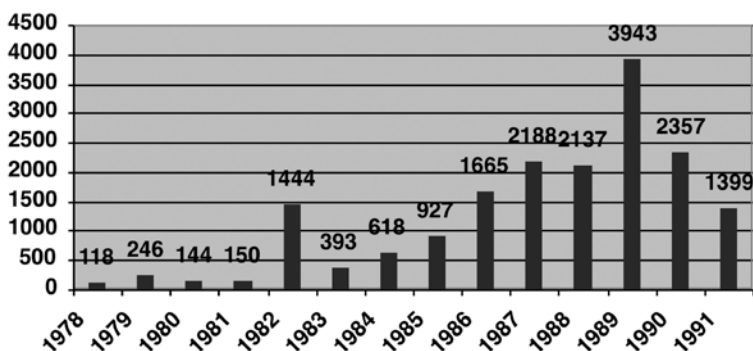
A estrutura sindical brasileira (...) é totalmente inadequada. Não se adapta à realidade, foi feita de cima para baixo (...). É preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. A estrutura e a legislação sindical deveriam ser reformuladas como resultado das necessidades. O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista (*Lula: entrevistas e discursos*, p. 45).

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC destacou-se por dar início à onda grevista, servindo de referencial de combatividade por muitos anos. Porém, não foi um caso isolado.

Em 1978, ocorreram mais de cem greves no país; e no ano seguinte já haviam mais que duplicado em número. Foram movimentos que pararam metalúrgicos, motoristas e cobradores de ônibus, médicos, professores, garis, operários da construção civil, canavieiros, entre muitas outras categorias profissionais, atingindo um contingente de cerca de 3 milhões de trabalhadores.

Após um primeiro ciclo de crescimento no número de greves, em 1978 e 1979, os primeiros anos da década de 1980 assistiram a uma contenção das ações grevistas. Tratava-se de uma conjuntura marcada pelo desemprego, pela crise econômica e com empresariado e governo já preparados para enfrentá-las, por meio do endurecimento nas negociações e do acionamento dos mecanismos repressivos da legislação sindical. A partir de 1983, entretanto, voltou a crescer a incidência de greves e os anos seguintes foram marcados por um ritmo intenso e inédito dos movimentos grevistas, indicando uma fase de intensa atividade sindical. Das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 de 1989, foram 12 anos de crescimento no número e volume das paralisações.

GREVES NO BRASIL (1978-1988)

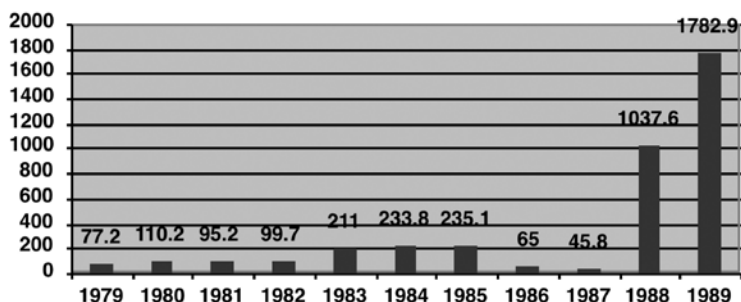


Fonte: Noronha, E. "Greve e estratégias sindicais no Brasil". In *O mundo do trabalho*, p. 331.

As greves dos anos de 1980 representaram uma novidade não apenas pela sua quantidade. Afinal, no início da década de 1960, guardadas as devidas proporções, o país já havia vivido uma fase de grande expansão da atividade grevista. Após 1983, entretanto, a diversidade dos movimentos foi muito maior. As greves por categoria, dominantes no primeiro impulso pós-1978, continuaram a existir, mas passaram a ser mais numerosas as paralisações por empresa. Os métodos também foram diversificados. Greves com ocupação, greves “pipoca”, operações “padrão”, “vaca brava” e “tartaruga”, foram algumas das novas formas que surgiram no período. Greves nacionais (como as dos bancários em 1985, e diversas paredes dos professores e servidores universitários ao longo da década) e paralisações de categorias “novas” na atividade sindical, como os funcionários públicos, também marcaram essa fase. Entre 1983 e 1989, foram convocadas, ainda, quatro grandes greves gerais nacionais. Apresentando variações quanto ao nível de adesão às paralisações, essas greves gerais representaram, em seu conjunto, uma possibilidade de unificação das lutas e de elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores, que nesses casos dirigiam-se ao núcleo da política econômica dos governos, especialmente à salarial, incluindo bandeiras mais amplas, como a reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida externa. A greve geral de 1989, com a participação de mais de 20 milhões de trabalhadores, por dois dias, foi a maior da história brasileira e a última grande demonstração de força do novo sindicalismo.

O crescimento dos movimentos grevistas tem uma de suas explicações na reivindicação básica dos trabalhadores naqueles anos: reajustes salariais que pudessem limitar as perdas provocadas pela inflação, que, com a crise do modelo econômico da ditadura, atingia patamares astronômicos:

INFLAÇÃO ANUAL (IGP/FGV)



Fonte: Almeida, M. H. T. *Crise econômica e interesses organizados*, p. 38.

A reivindicação de reajuste salarial, a princípio puramente econômica, adquiria, no entanto, uma dimensão política inegável no contexto do fim da ditadura. Afinal, o modelo de desenvolvimento econômico dos governos militares baseava-se no arrocho salarial. E o crescimento econômico acelerado era o argumento mais usado nos discursos dos dirigentes para justificar a ditadura. As greves e reivindicações dos trabalhadores traziam, assim, a público, de forma contundente, a perversidade do modelo econômico concentrador de renda, que começava a falir.

Já nos primeiros governos civis, os “tratamentos de choque” para a inflação centraram-se sempre no congelamento de salários. Nas greves por reajustes, o movimento sindical mostrava à sociedade que a lógica de classe dos planos econômicos era a mesma da política da ditadura: os trabalhadores pagavam a conta. Dessa forma, mesmo quando limitadas em sua pauta a reivindicações econômicas, as paralisações do período 1978-1989 recolocavam o movimento dos trabalhadores no centro do debate político nacional.

Mas, para explicar a onda de greves da década de 1980, é preciso recorrer, também, a outros fatores, como o novo estágio de organização alcançado pelo movimento, cujo

índice mais importante foi o surgimento das centrais sindicais. O sindicalismo “autêntico”, simbolizado por Lula e o ABC, já havia gerado, em aliança com outros setores sociais, em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT). Desde 1979, porém, grandes esforços foram feitos para aglutinar o sindicalismo combativo em torno de uma central. Esses esforços darão origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Reunindo, quando de sua criação em 1983, os sindicatos identificados com as propostas do “novo sindicalismo” e as oposições sindicais que lutavam para afastar os pelegos dos sindicatos – tendo como melhor exemplo a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – a CUT esteve por trás de boa parte das ações de retomada das mobilizações sindicais no período. No Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras que fundou a CUT, aprovaram-se os estatutos da central, que incluíam, entre outros princípios, a defesa da: democracia sindical; unidade da classe trabalhadora; liberdade e autonomia sindicais; organização por local de trabalho e, em um nível estratégico mais amplo, afirmavam, em seu artigo 2º:

A CUT é uma central unitária, classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais e particulares dos trabalhadores brasileiros bem como do povo explorado (CUT, *I Conclat*, p. 178).

Para fundar a central reuniram-se os dirigentes sindicais que se afirmavam “autênticos” e o grupo das oposições sindicais. Entre esses dois pólos existiam diferenças, principalmente quanto ao grau de compromisso ou rejeição à estrutura sindical oficial. Porém, prevaleceram as afinidades, ainda mais porque a CUT não unificou, em seu surgimento, o conjunto do movimento. Nos encontros intersindicais que antecederam à formação da central, em especial na Con-

ferência Nacional das Classes Trabalhadoras, a Conclat de 1981, as lideranças que viriam a formar a CUT tiveram como adversários, mesmo no campo das forças que se opunham à ditadura, os militantes ligados às organizações da esquerda tradicional (PCB, PC do B e MR-8) que, juntamente com alguns pelegos que procuravam apresentar-se como “modernos”, como Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão dos Metalúrgicos de São Paulo, formavam a corrente identificada como “unidade sindical”. Defendendo que a superação política da ditadura, pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, era prioritária em relação às reivindicações econômicas dos trabalhadores, pregavam uma contenção da ação sindical e procuraram adiar ao máximo o surgimento da CUT. Como forma de organização, defendiam uma central de direções sindicais, enquanto a palavra de ordem dos que fundaram a CUT era “Construir a CUT pela base”. Diante da iniciativa de criação da central, aglutinaram-se muitos sindicatos urbanos e rurais e diversas federações e confederações da estrutura sindical oficial em torno de uma Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (também Conclat), criada no mesmo ano de 1983 e que daria lugar mais tarde à Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Aliados a diversos dirigentes ligados à ditadura e ao sindicalismo atrelado ao Estado, os militantes da esquerda comunista acabaram, pouco a pouco, por perder espaço na CGT, que acabariam abandonando, para ingressar na CUT, já nos anos de 1990. Daquela CGT surgiram outras centrais, entre as quais aquela que, embora pouco expressiva em termos de adesão, ganhou maior notoriedade na década de 1990, pelo apoio do governo e do empresariado à sua proposta de “sindicalismo de resultados”, a Força Sindical. A nova central anunciava a adesão à lógica econômica do capitalismo e a colaboração com o empresariado como forma de obter vantagens materiais para os trabalhadores. Em sua carta de princípios, de 1991, a Força Sindical explicitou

a proposta de colaboração de classes que a movia, afirmando pretender:

a busca permanente de um entendimento nacional, através de uma postura crítica e construtiva, e com base, sempre, em uma negociação política geral (“Nasce uma força – Força Sindical”, citado por Antunes, R. *O novo sindicalismo no Brasil*, p. 41).

A pluralidade de centrais sindicais não significou, entretanto, uma divisão da filiação dos sindicatos equilibrada. Entre as várias siglas que surgiram desde 1983, foi a CUT aquela que conseguiu estabelecer-se como representativa pela adesão progressiva dos sindicatos à sua proposta. Participaram do Congresso de 1983, que fundou a central, 912 entidades. Em 1991, 1.300 entidades encontravam-se filiadas e aptas a participar do 4º Concut. Em 2000, a Cut possuía 3.088 entidades filiadas. A representatividade da Cut pode ser medida não apenas pelo número de filiações, mas também pelo papel representado por ela no debate político nacional e por sua capacidade de levar, ao longo dos anos de 1980, milhões de trabalhadores a jornadas de lutas e mobilizações, com destaque para as greves gerais.

A redemocratização do país, com a aprovação da Constituição de 1988 e as eleições presidenciais de 1989, encerra, em certo sentido, a “era” do novo sindicalismo brasileiro. O fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, do “estatuto-padrão” e da proibição de sindicalização do funcionalismo público foram conquistas inscritas naquela carta. Porém, a manutenção da unicidade sindical, do monopólio da representação, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho indicou que o programa do novo sindicalismo não se concretizou completamente na legislação, pois a estrutura oficial, com a herança corporativista, continuou pesando. Por outro lado, também internamente ao sindicalismo da CUT e no plano mais geral das mobilizações da classe trabalhadora, os anos seguintes marcariam uma grande mudança.

OS ANOS DE 1990

De fato, os anos de 1990 não permitem um balanço muito positivo do sindicalismo brasileiro. A escalada grevista dos anos de 1980 foi interrompida logo no início da nova década. Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1.034 em 1994, 1.056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, em 1996, foram 1.258, que se reduziram, em 1997, a 630 (Dieese). Mesmo nos anos em que o número de greves foi elevado, a distância em relação aos momentos de maior mobilização da década anterior é grande, também pelo fato de que o número de trabalhadores envolvidos e do número de jornadas perdidas apresentar uma queda bastante significativa.

No interior das entidades, a queda nos índices de sindicalização (e, em muitas categorias no tamanho das bases), as dificuldades das direções em mobilizarem essas bases, problemas de sustentação financeira e as indefinições quanto às opções políticas das lideranças são alguns dos indicadores de uma situação de refluxo que, com ênfase variada, passou a ser vivenciada por diversas categorias, muitas das quais na ponta das lutas da década anterior.

Os motivos do refluxo são vários e têm diversas origens. Entre eles, destacam-se três níveis de problemas: a experiência dos trabalhadores com as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista (o sindicato único, o poder normativo, o imposto...) e as opções políticas das lideranças da CUT em um quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores.

REESTRUTURAÇÃO E SINDICATOS

Quanto ao processo de transformação no mundo do trabalho, identificado como reestruturação produtiva, destacam-se algumas características fundamentais da situação por que

passam as economias capitalistas, em resposta à crise que se seguiu às três décadas de prosperidade do pós-guerra, com destaque para as que afetam mais diretamente as relações de trabalho: a) a nova fase da internacionalização do capital, cuja face mais visível é o capital financeiro especulativo, mas que é também marcada, no nível da produção, por uma integração em escala planetária do processo produtivo das grandes empresas transnacionais; b) o encolhimento industrial, no que se refere ao percentual da população economicamente ativa empregada no setor fabril das economias de industrialização avançada (em face de uma ampliação do emprego em serviços) e à participação do setor na formação das rendas nacionais, embora em paralelo venha ocorrendo a industrialização acelerada de outras áreas do globo; c) a introdução, com inédita rapidez e generalização, de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra; d) as mudanças nas técnicas de gerenciamento do trabalho e da produção, com incentivo à polivalência do operário, bem como o estímulo a novas formas de colaboração entre capital e trabalho no âmbito da empresa, por meio de estratégias gerenciais de compromisso dos trabalhadores com o aumento da produtividade (qualidade total, círculos de controle de qualidade etc.); e) uma mudança na composição da força de trabalho, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outros, um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra infantil e mesmo do trabalho compulsório, acompanhados de um quadro geral de precarização das relações de trabalho.

Em decorrência das novas e precárias formas de contratação, em especial as causadas pela terceirização, pelas alterações no nível de qualificação e, principalmente, pelo desemprego dito estrutural, as mudanças no perfil da classe dos que vivem do próprio trabalho foram consideráveis. É errada a interpretação, que deriva dessas transformações, conclusões

sobre um possível fim da classe trabalhadora. Afinal, as relações sociais ainda são fundamentalmente marcadas pela distinção entre os que dependem do seu trabalho direto para sobreviver, e vendem sua força de trabalho em troca do salário (ou procuram fazer isso) e os que vivem dos lucros decorrentes da exploração do trabalho alheio, pois detêm os meios de produção. Além disso, grandes grupos de homens continuam a identificar tal situação como responsável por suas condições de vida e atuam coletivamente no sentido de reverter as bases da exploração e da desigualdade. O conflito social se expressa aí na forma da ação política consciente, mas manifesta-se também, cotidianamente, em situações de violência e injustiça. Entretanto, o fato de a maioria da força de trabalho estar empregada nos serviços, a participação paritária das mulheres no mercado de trabalho, o grande número de pessoas que vivem entre o emprego e o desemprego (e entre mercado formal e informal, entre trabalho em tempo parcial e integral etc.) são elementos que não podem ser desprezados do ponto de vista de uma mudança no perfil da classe, que repercute sobre suas organizações, que muitas vezes não sabem como responder a essas mudanças e continuam a tratar suas bases como se fossem exatamente as mesmas.

Uma última característica significativa diz respeito, justamente, às alterações no papel do Estado. A reestruturação econômica fez-se acompanhar de um duro ataque a essas três áreas de atuação, com a chegada aos governos de dirigentes identificados com os projetos neoliberais, que se encarregaram de executar a privatização de empresas públicas, diminuíram a participação do Estado na regulação do mercado e cortaram direitos de seguridade.

No Brasil, a proposta neoliberal chegou ao poder com a eleição de Fernando Collor de Melo para a Presidência da República, em 1989. Collor assumiu a Presidência após acirrada disputa, em segundo turno, contra o candidato do PT – Luís Inácio Lula da Silva –, em campanha marcada

pelo discurso de combate à corrupção. Mal tomou posse, por meio de mais um plano econômico baseado em congelamento de salários, o novo presidente deixou claro que os trabalhadores continuariam a pagar a conta.

Mas a política econômica de Collor não estava baseada apenas no plano que apresentou em seu primeiro dia de mandato. Com um programa de demissão de funcionários públicos, privatização de empresas estatais e abertura do mercado brasileiro para as importações, procurou-se ajustar o país às receitas neoliberais para a economia dos “mercados emergentes” (nova denominação para os países subdesenvolvidos), ditadas pelos organismos financeiros internacionais – FMI e Banco Mundial.

A fragilidade de sua base de apoio político dificultou a implantação das reformas na recém-aprovada Constituição de 1988, essenciais para o ajuste neoliberal. Denúncias de corrupção foram o estopim para a maior campanha popular no Brasil desde as “Diretas Já!”. Sob a bandeira do “Fora Collor!”, milhões de estudantes e trabalhadores foram às ruas para exigir o *impeachment* do Presidente, aprovado no Congresso Nacional, em 1992.

Para as eleições seguintes, as classes dominantes brasileiras prepararam uma candidatura capaz de cumprir as metas do ajuste neoliberal. Fernando Henrique Cardoso elegeu-se Presidente em 1994, embalado pela euforia de consumo e confiança resultante do plano econômico – o Plano Real – que implantou meses antes, no cargo de ministro da Fazenda do governo Itamar Franco (o vice que assumiu com a saída de Collor).

Baseado na paridade da moeda nacional em relação ao dólar e ancorado numa política de juros absurdamente altos, o Plano Real possibilitou em seus primeiros momentos uma interrupção na queda do poder aquisitivo dos setores pior remunerados da classe trabalhadora, graças ao relativo controle da inflação. O acesso dos trabalhadores,

por meio dos crediários, a bens de consumo duráveis, mercado do qual estavam apartados no período inflacionário, foi um apelo político suficientemente forte para garantir apoio popular aos primeiros anos de mandato de Fernando Henrique.

Em contrapartida, a atração das altas taxas de juros e da abertura do mercado sobre o capital especulativo internacional tornou a política econômica totalmente dependente dos humores dos investidores estrangeiros no mercado de capitais. Mas os juros cada vez mais altos, para evitar a “fuga de capitais”, significavam também uma nova explosão das dívidas externa e interna.

DÍVIDA EXTERNA TOTAL BRASILEIRA (PÚBLICA E PRIVADA): (1993-1999)
(EM BILHÕES DE DÓLARES)

ANO	DÍVIDA TOTAL
1993	145,7
1994	148,3
1995	159,3
1996	179,9
1997	200,0
1998	234,7
1999	241,2

Fonte: Gonçalves e Pomar. *O Brasil endividado*, p. 40.

AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL E PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (1993-1999) (EM BILHÕES DE DÓLARES)

ANO	Amortizações pagas e refinanciadas	Juros líquidos
1993	9,9	8,2
1994	50,4	6,3
1995	11,0	8,2
1996	14,3	9,8
1997	28,7	10,4
1998	33,6	11,9
1999	51,9	15,2

Fonte: Gonçalves e Pomar. *O Brasil endividado*, p. 46.

Os dados não deixam dúvidas. Mesmo tendo sido pagos, entre 1993 e 1999, cerca de 270 bilhões de dólares entre juros e amortizações da dívida, essa dívida externa saltou, no mesmo período, de 145 para 241 bilhões de dólares. Ou seja, pagou-se em sete anos o equivalente ao que se devia no final do período e o montante da dívida não cessou de crescer.

Ainda assim, fortalecido pela ampla coalizão de forças políticas conservadoras que o apoiaram, Fernando Henrique aprovou uma emenda constitucional permitindo a própria reeleição e teve tempo e espaço político para levar adiante o que Collor de Melo apenas ensaiara: privatizações em larga escala; redução drástica dos investimentos do Estado em políticas sociais; reforma administrativa (para reduzir os gastos com funcionários e implantar a lógica do “Estado mínimo”); reforma previdenciária (reduzindo direitos de seguridade dos trabalhadores); flexibilização da legislação trabalhista.

Os impactos de todo o processo de reestruturação sobre os sindicatos foram evidentes. Entre outros motivos porque: comparações internacionais e regionais de produtividade e novas propostas de “trabalho participativo”, ou seja, de colaboração entre capital e trabalho, foram associadas à ameaça de desemprego, para conter as mobilizações; houve transferência de plantas para áreas de menor atividade sindical; desregulamentação do mercado de trabalho; encolheram os setores tradicionais do sindicalismo operário típico e tudo isso refletiu-se em fragmentação das organizações e diminuição da filiação sindical, em várias partes do mundo. No caso brasileiro, esse processo foi mais visível nas áreas de maior concentração industrial, como São Paulo. Já as políticas neoliberais resultaram em diminuição das garantias mínimas de direitos para os trabalhadores, agravando a insegurança no quadro de desemprego e precarização.

A PERMANÊNCIA DA ESTRUTURA

Em relação às propostas apresentadas pelo novo sindicalismo nos anos de 1980, o projeto de uma mudança da estrutura sindical, em direção à autonomia e liberdade plena de organização, foi frustrado. Como vimos, a Constituição de 1988 garantiu o direito de organização dos funcionários públicos, sacramentou a possibilidade de criação de centrais sindicais e, a conquista mais importante, extinguiu o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. No entanto, permaneceram a unicidade sindical, o monopólio da representação, o poder normativo da Justiça do Trabalho e o imposto sindical. Ou seja, mantiveram-se as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista.

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a pressão dos sindicatos foi fundamental para, apesar de toda a manobra dos conservadores reunidos no “centrão”, garantir a inclusão na Carta de novos direitos trabalhistas (como a redução da jornada, a regulamentação do trabalho em turnos, a licença maternidade, entre muitos outros). Na discussão da estrutura sindical, entretanto, a capacidade de pressão dos sindicatos foi muito menor. Mesmo entre o sindicalismo cutista, que defendeu o fim da estrutura, foi possível constatar que o poder de mobilização nesse caso foi bem mais reduzido que o apresentado nas votações referentes à legislação trabalhista. O que significa que, dez anos depois das greves de 1978, quando os militantes ligados à CUT já haviam assumido a direção de muitos sindicatos importantes em que antes atuavam como oposição, transformando-se em dirigentes de algumas grandes máquinas sindicais, o grau de radicalidade de sua oposição à estrutura oficial já era bem menor.

Os limites impostos por essa permanência do sindicalismo oficial são sensíveis, por exemplo, nos momentos em que, apesar das estratégias variadas de pressão que os sindicatos possam vir a empregar, os resultados da nego-

ciação coletiva acabam por ser definidos pela Justiça do Trabalho, pelo “poder normativo”, que define o julgamento de um dissídio coletivo como ponto final de qualquer negociação trabalhista.

Assim aconteceu com o movimento dos petroleiros, em 1995. Uma greve, que durou 32 dias, colocou em pauta reivindicações econômicas da categoria e a defesa do monopólio estatal sobre o petróleo, que acabaria por ser quebrado pelo Congresso Nacional, na época do movimento. Para reprimir a greve e criar um exemplo para o conjunto do movimento sindical, o governo demitiu lideranças, a imprensa acusou os petroleiros pela falta do gás de cozinha (na verdade, os distribuidores especularam com o produto para garantir um aumento do seu preço) e a Justiça do Trabalho decretou a “abusividade” da greve, estabelecendo uma multa diária de R\$ 100 mil enquanto durasse a paralisação, penhorando bens e retendo a receita das contribuições dos sindicalizados. Como revelou a avaliação de Antonio Carlos Spis, na época coordenador da Federação Única dos Petroleiros. “O governo se manteve intransigente sem deixar dúvidas de que sua intenção era atingir a organização dos trabalhadores” (Sindpetro-RJ. *Por outro lado*. Agosto de 1995, p. 4).

As organizações sindicais efetivamente representativas dos trabalhadores esbarram em antigos e novos sindicatos “de carimbo” (entidades sem representatividade que adquirem registro sindical e se apresentam para assinar acordos e recolher imposto sindical) e em federações e confederações pelegas, cuja garantia de existência não está numa adesão das bases ou numa tradição de lutas, mas na legislação que atribui o monopólio da representação aos sindicatos reconhecidos pelo poder público. A permanência do imposto sindical é o fermento ideal para essas organizações sindicais que, se dependessem apenas da contribuição espontânea dos pouquíssimos trabalhadores a elas filiados, tenderiam a desaparecer.

Dirigindo a atenção para o interior das organizações sindicais, é possível constatar que os limites impostos pela permanência da estrutura sindical atual também se fazem sentir no cotidiano. Décadas de sindicalismo controlado pelo Estado e de estímulo a uma lógica voltada apenas para a prestação de serviços assistenciais acabaram por gerar grandes e dispendiosas estruturas de serviços médicos, espaços recreativos e balcões de serviços, às quais recorrem diariamente milhares de trabalhadores que não encontram opção de atendimento em serviços públicos totalmente deteriorados.

Da mesma forma, a permanência do imposto sindical acabou reproduzindo, mesmo em muitas entidades com lideranças e trajetórias combativas, uma dependência em relação a esse dinheiro arrecadado compulsoriamente junto à categoria. Dependência que, embora tenha diminuído consideravelmente na maioria dos sindicatos cutistas, ao longo dos anos de 1980 e 1990, continua significativa para muitos outros que, mesmo nesse campo, mantiveram grandes estruturas assistenciais ou sofreram, recentemente, como consequência da reestruturação, uma queda significativa de filiados.

Isso para não mencionar a cultura sindical que essa estrutura gera, estimulando o aparecimento de dirigentes mais preocupados em se manterem à frente dos “aparelhos”, desenvolvendo uma espécie de “carreira” sindical, do que em representar efetivamente suas bases pela delegação conferida pelos mandatos.

A permanência da estrutura sindical acabou criando uma situação paradoxal. Os governos Collor e Fernando Henrique “ameaçaram” o movimento sindical com bandeiras que o novo sindicalismo brandiu com vigor nos anos de 1980, como o fim da unicidade e do imposto sindical. Obviamente que com objetivos diversos. A reforma da estrutura sindical proposta em fins de 1998, pelo governo Fer-

nando Henrique, instituiria a pluralidade sindical e acabaria com o imposto. Mas manteria sob o controle da Justiça do Trabalho definir qual sindicato poderia ser considerado representativo para fins de negociação e contratação coletiva. Quer dizer, estaria liberada a criação de sindicatos, mas se manteria o controle do Estado na definição de com qual deles o empresariado celebraria acordos, invertendo o princípio básico de um regime de liberdade de organização, em que a representatividade dos sindicatos depende do número de filiados e de sua capacidade de mobilização. O objetivo desses governos explicitou-se em vários momentos. Trata-se de fomentar o sindicato por empresa, parceiro do empresariado – por adesão ou por pressão – na busca do aumento da produtividade e da lucratividade.

Na exposição de motivos do projeto de emenda constitucional da reforma sindical proposta em 1998, esse horizonte foi afirmado com todas as letras, ressaltando-se a idéia de parceria dos sindicatos com o capital e o Estado para a redução de conflitos:

Os sindicatos em seus diferentes níveis, cada vez mais participam das políticas econômicas e sociais, como verdadeiros gestores, devendo, por isso, agir com efetiva responsabilidade, voltando-se para a melhoria das condições de trabalho e salário, mas também para objetivos elevados, como solidariedade social, combate ao desemprego, melhoria da produtividade e qualidade, incremento à participação do trabalhador na empresa e desenvolvimento de novas tecnologias (...) Além disso, é muito importante reduzir os focos de conflitividade presentes no modelo (Citado em *Cadernos ANDES* nº 16, Anexos).

Observa-se, portanto, um quadro de condicionantes extremamente negativos para o movimento sindical brasileiro, resultante tanto das conseqüências do processo de reestruturação produtiva, quanto dos problemas decorrentes da manutenção das bases da estrutura sindical corporativista.

AS OPÇÕES DAS DIREÇÕES

Frente a esse quadro de condicionantes, não há porque supor que as lideranças sindicais estivessem diante de uma única alternativa. A Força Sindical, por exemplo, empenhou-se, nos mais diversos momentos, em se aproximar do governo e dos patrões para se apresentar perante os trabalhadores como portadora de uma solução negociada.

Porém, existiram possibilidades diferenciadas de resposta também no interior da CUT e os debates nos congressos da central demonstraram que a “via única” foi questionada por setores significativos. Analisando, entretanto, a posição que dominou os encaminhamentos da CUT e de alguns dos sindicatos mais representativos a ela filiados, ao longo dos anos de 1990, é possível constatar a predominância de uma concepção que atribui às transformações em curso na economia capitalista um caráter de inevitabilidade. Esse posicionamento acabou ofuscando as diferenças em relação às demais centrais sindicais, que marcaram profundamente a trajetória inicial do sindicalismo cutista.

Em relação à estrutura sindical, os projetos defendidos na formação da central, de unificação das lutas e das entidades sindicais por ramos de atividades econômicas, sofreram mutações para dar lugar ao debate, nos anos de 1990, da proposta do “sindicalismo orgânico”, apresentada pelo grupo que detém a maioria da direção da CUT. Mais tarde, essa proposta seria superficialmente reformulada e (re)apresentada como proposta dos “sindicatos nacionais”. As críticas a tais posições centraram-se na constatação de que a nova estrutura sugerida acabaria com a concepção de sindicato como frente única de trabalhadores, optando pelo modelo europeu dos sindicatos ideologicamente afinados com a Central a qual se filiam. Ressaltou-se também que a nova proposta representaria, se efetivada, um controle centralizado de uma direção da CUT sobre os sindicatos a ela filiados, ampliando o fosso entre lideranças e bases e

obstruindo os canais de democracia interna na Central, arduamente construídos pelo movimento.

Não há dúvidas de que a filiação da CUT à Ciosl – central sindical internacional, ligada ao sindicalismo estadunidense e socialdemocrata europeu –, em 1992, e a aproximação de dirigentes da central com as centrais sindicais européias de orientação socialdemocrática teve forte influência sobre a opção por tal modelo. Mas as mudanças, no que diz respeito à organização e democracia interna na CUT, já estavam em curso desde o seu 3º Congresso, de 1988, em que os estatutos da central foram modificados de forma a ampliar o espaço de tempo entre os congressos e diminuir o peso da participação de representantes de base e oposições, ampliando o papel dos dirigentes sindicais na tomada de decisão da central. Relembre-se que esse foi o ponto de discórdia principal entre os que fundaram a CUT e os que acabaram na CGT, entre 1981 e 1983.

O resultado mediu-se três anos depois. Enquanto no Congresso de 1988 estiveram presentes 50,8% de delegados de base e 49,2% de dirigentes, em 1991, no IV Concut, o percentual de dirigentes delegados tinha subido a 83%, contra 17% de delegados de base. Tal virada deu-se, portanto, antes do impacto maior da reestruturação produtiva e em paralelo à aprovação da permanência da estrutura sindical na Constituinte. Em seguida, a direção majoritária da central aprovou, na Plenária Nacional de 1992, a mudança de sua organização vertical, substituindo os departamentos nacionais e estaduais pelas federações (estaduais e regionais) e confederações nacionais cutistas, que podiam ser criadas a partir dos departamentos – como ocorreu com os metalúrgicos, que puxaram o processo – ou podiam ser as próprias confederações da estrutura sindical oficial – caso da Contag, que agora passavam a integrar a estrutura “orgânica” da CUT.

Em relação ao impacto da reestruturação produtiva, por outro lado, os setores majoritários entre as direções sindicais

cutistas conceberam que, aos trabalhadores, cabe se proteger dessas mudanças irreversíveis, em especial, proteger seus empregos frente a um quadro de desemprego estrutural que impediria reações mais radicais. No extremo, chegou-se a apontar a reestruturação como uma etapa que poderia vir a ser positivada pela intervenção dos sindicatos, através do caminho da negociação, da pactuação, com os empresários capitalistas. No 6º Concut, de 1997, a tradição das teses por tendência foi substituída por um caderno com uma tese única da Direção Nacional da CUT. Apresentou-se aí, portanto, de forma mais direta, o entendimento da maioria dos dirigentes cutistas sobre a questão da reestruturação, por meio de uma proposta sobre o tema em que a preocupação maior era nitidamente afirmar a estratégia da negociação nos termos do capital como a única possível. Assim, afirmava-se que a central “não se opõe à inovação tecnológica, organizacional ou, em linhas gerais, à modernização industrial...”. Com dubiedade, comentava-se, em seguida, que “é preciso que se reconheça que a crescente incapacidade do setor produtivo em gerar empregos e incorporar parcela do enorme contingente de excluídos do setor formal não se deve somente à crescente difusão de inovações tecnológicas”. A conclusão, ao arremate de todo o acúmulo de discussão no interior do movimento sindical e na mesma linha do discurso empresarial, é a de que o desemprego é gerado também porque há pouca modernização no Brasil. Assim, a referida incapacidade empresarial de gerar empregos estaria também associada:

ao fato de que uma parcela significativa desse setor produtivo não tem sido capaz de se reestruturar e modernizar. (...) Dessa forma, a atitude sindical frente à reestruturação produtiva e à modernização tecnológica deve ultrapassar os preceitos da aceitação passiva ou da recusa a qualquer iniciativa das empresas em promover mudanças (*Deliberações do 6º Concut*. São Paulo, 1997).

Por meio desse discurso, operou-se uma mudança no sentido da avaliação tradicional que o movimento sindical acumulou, de que o fechamento de empresas em um processo de abertura econômica é fruto da oligopolização da economia (tendência à concentração de capitais) típica da lógica capitalista. Passava-se a afirmar que foi uma incapacidade de modernizar-se, supostamente técnica, que levou ao fim de certos setores da produção. As propostas seguiram afirmando que a recusa sindical à inovação mostrou-se, nas experiências internacionais, um facilitador das estratégias patronais de cooptação dos trabalhadores e exclusão dos sindicatos. Em seguida introduziu-se a palavra-chave: negociação. Mas o interessante é que isso não se fez pela afirmação da importância da negociação, mas pela negação das propostas a ela contrárias:

A simples afirmação de que tais negociações são sempre uma forma de cooptação dos trabalhadores para o projeto da empresa não dá conta da complexidade desse processo e pode criar um distanciamento entre os trabalhadores e a orientação dos sindicatos (*Deliberações do 6º Concut.* São Paulo, 1997).

As deliberações dos fóruns de decisão da CUT orientavam e espelhavam ações sindicais concretas. É possível localizar, em vários episódios dos anos de 1990, manifestações típicas dessa virada na postura de sindicatos e sindicalistas identificados com a CUT. Como nos acordos fechados no ABC paulista, desde a segunda metade dos anos de 1990, entre o Sindicato dos Metalúrgicos e as grandes montadoras de automóveis, sob o peso das ameaças de demissão. Lá, no berço do novo sindicalismo, o sindicato acabou por fechar acordos em que aceitou: ampliação do controle empresarial sobre a jornada de trabalho (via ampliação das horas extras não remuneradas – “banco de horas”); redução de salários (primeiro indireta, depois direta)

e política de incentivo às demissões e fechamento de postos (via planos de demissão voluntária).

Os trabalhadores, organizados em grande medida a partir das comissões de fábrica, demonstraram disposição de resistir, como na Volks e na Ford na virada de 1998 para 1999. O sindicato, porém, não propôs mobilizações do conjunto da categoria (as quais marcaram sua trajetória entre o fim dos anos de 1970 e a década de 1980), aceitando o modelo de negociação por empresa, em tudo interessante às grandes montadoras. E se tudo foi justificado sob o argumento de manter empregos, o fato é que postos de trabalho continuaram sendo irremediavelmente fechados nas indústrias automobilísticas da região.

No primeiro semestre de 1999, a grande bandeira política dos líderes sindicais do ABC foi a diminuição dos impostos incidentes sobre a produção e comercialização de veículos. Ou seja, para supostamente defender empregos, tais lideranças apontaram como saída a preservação dos altos patamares de lucratividade das empresas, ainda que a custo de compensar a queda da procura por automóveis novos com uma redução da arrecadação de impostos que, teoricamente, beneficiariam o conjunto da população, por meio da promoção de serviços públicos. A isso chamaram “sindicato cidadão”, pois diziam que agora as entidades eram capazes de discutir as políticas públicas, econômicas nesse caso, e “propositivamente” apresentar alternativas.

É certo que o desemprego pode ser apontado como um fator estrutural importante para explicar uma alteração de linha de atuação do sindicalismo cutista, no ABC e em outras regiões, na direção de fórmulas mais negociadas de relacionamento com os patrões, em contraposição aos caminhos mais combativos de atuação, experimentados na década anterior. Na tabela abaixo, é possível visualizar os dados sobre o desemprego no Brasil, avaliando os estragos maiores no Estado de São Paulo:

TAXAS DE DESEMPREGO (%) – BRASIL (PME/IBGE) E SÃO PAULO (PED/DIEESE)
(1989-1999)

ANO	BRASIL	SÃO PAULO
1989	3,4	8,7
1990	4,3	10,3
1991	4,8	11,7
1992	5,8	15,2
1993	5,3	14,6
1994	5,1	14,2
1995	4,6	13,2
1996	5,4	15,1
1997	5,7	16,0
1998	7,6	18,3
1999	7,8	19,5

Fonte: Mattoso, J. *O Brasil desempregado*, p. 12.

Mas, se o desemprego criou o ambiente, não pode ser considerado a única causa da mudança de postura dos sindicatos. Em especial porque as lideranças continuam a apresentar suas posturas, muitas com resultados duvidosos, como avanços e conquistas. Nesse caso, é preciso recuar um pouco mais no tempo, em direção aos primeiros momentos em que essa mudança de rumos das lideranças se manifestou de forma mais clara.

Quanto à ênfase na negociação com o capital, o ponto de inflexão foi o chamado “acordo das montadoras” negociado na câmara setorial do setor automotivo, em 1992 (1ª versão) e 1993, até hoje invocado como modelo de solução positiva pelos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A justificativa para participar das negociações era, segundo os dirigentes do sindicato, a crise do setor, que gerava desemprego. Em março de 1992, a *Tribuna Metalúrgica*, jornal do sindicato, publicava a seguinte justificativa:

Está claro para a diretoria que, se continuar a queda na produção automobilística, diminuirão também os postos de trabalho e os níveis de renda. Por isso, o Sindicato aceitou participar da Câmara Setorial, que nada mais é que uma reunião com em-

presários e governo. (...) Nossa participação vai demonstrar à sociedade que os trabalhadores têm uma discussão acumulada e propostas para o setor (Citado por França, T. *Para onde foi o novo sindicalismo?*, p. 117).

Os objetivos do sindicato ao participar da câmara setorial iam, entretanto, além. Ainda segundo a diretoria, no livreto publicado com as propostas dos metalúrgicos para a câmara, tratava-se de garantir “a implantação de uma política industrial socialmente justa”. Para tanto, estariam associados, nessa política: crescimento econômico, criação de postos de trabalho e “soberania nacional” (Citado por França, T. *Para onde foi o novo sindicalismo?*, p. 118).

O acordo previa redução da margem de lucro empresarial, redução dos preços dos veículos mais baratos, modernização dos parques industriais, limitação das reivindicações salariais à reposição da inflação passada e manutenção (ou ampliação) dos postos de trabalho. Sua chave, porém, residia na participação do Estado (nas esferas federal e estadual), que assumia uma redução do Imposto sobre Produção Industrial (IPI, arrecadado pelo governo federal) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, arrecadado pelos governos estaduais). Ao fim do período de vigência do acordo, o desemprego continuava a crescer nas montadoras do ABC. A produtividade do trabalho e o lucro das empresas, entretanto, foram multiplicados muitas vezes.

No interior do próprio ramo metalúrgico ligado à CUT, foram muitas as críticas ao acordo que denunciaram sua lógica como muito distante do ideal de “justiça social” argumentado, como justificativa, por seus defensores. A idéia de colaboração de classes, implícita na proposta da câmara setorial, era explicitada pelos sindicatos da categoria em Campinas e São José dos Campos, também interior de São Paulo. No material distribuído para a categoria por essas duas entidades, na campanha salarial de março de 1992, as negociações nas câmaras foram definidas como:

um pacto social disfarçado sendo gerido no Planalto sob a alcinha de (...) Câmaras Setoriais. E como todo pacto, boa coisa não sobra para os trabalhadores (citado por França, T. *Para onde foi o novo sindicalismo?*, p. 121).

Apesar do fracasso dessa política em criar empregos, sendo possível afirmar-se, no máximo, a queda no ritmo de crescimento das demissões, o então presidente do Sindicato do ABC, Vicente Paula da Silva – o Vicentinho –, seis meses após a assinatura do primeiro acordo, afirmou o acerto da participação dos trabalhadores no processo por motivos políticos; esse era, segundo ele, o momento de demonstrar que os sindicatos eram “propositivos”: “Apresentamos alternativas de crescimento do país, o que demonstra que não temos nada de selvagem” (citado por França, T. *Para onde foi o novo sindicalismo?*, p. 146).

Em relação às políticas neoliberais de desmonte dos serviços públicos, a postura da negociação pela negociação foi ainda mais longe, como passou a ficar mais evidente após o episódio do “acordo da previdência”, no início do ano de 1996. Naquele momento, o presidente da CUT, o mesmo Vicentinho, apresentou-se para negociar, com o Executivo e líderes do Legislativo, um acordo em torno da reforma da Previdência. O que estava em discussão era uma proposta de contra-reforma (pois retirava direitos conquistados com as lutas anteriores da classe) do sistema previdenciário que o Executivo apresentara ao Legislativo ainda no 1º semestre de 1995 e cujas bases seguiam um modelo, discutido em diversos países, de redução dos benefícios e aumento tanto da contribuição dos trabalhadores quanto do número de anos que devem trabalhar para poderem se aposentar. Vicentinho priorizou negociar os interesses imediatos dos trabalhadores organizados do setor privado, garantindo a “aposentadoria proporcional”, mas referendando o fim da aposentadoria integral para o funcionalismo público e abandonando qualquer preocupação maior com o enorme contingente de tra-

balhadores precarizados ao aceitar a tese da aposentadoria por “tempo de contribuição”, em substituição ao modelo do “tempo de serviço”. Chama a atenção o fato de Vicentinho ter se sentado à mesa para negociar um mês depois de acontecer, na França, uma grande greve nacional de trabalhadores da área de transporte e serviços públicos que parou o país e sustou a discussão de um projeto semelhante de reforma da seguridade social. O ufanismo inicial de Vicentinho, que afirmara aos jornais estar participando do que corria o risco de ser o “melhor acordo da história do país”, logo cedeu terreno, perante as inúmeras críticas vindas das bases da central e mesmo de lideranças do Partido dos Trabalhadores. Ainda assim, Vicentinho sustentou sua posição, com um argumento personalista:

Como cidadão brasileiro, como nordestino e como alguém que tem uma história de luta e, por isso, me constituí num dirigente sindical, em nenhum momento permitirei que a minha palavra seja quebrada. Eu prefiro então, neste caso, sair da central do que ter que quebrar a minha palavra. E por isso reafirmo todas as posições que foram colocadas do começo ao fim (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26/1/1996).

Esboçada no fim dos anos 1980, quando o estatuto da CUT foi alterado, a mudança na postura política dos dirigentes da central aprofundou-se na década de 1990, justamente quando os efeitos perversos da reestruturação sobre o conjunto da classe trabalhadora e de suas organizações se fizeram sentir de forma mais aguda. Pressões externas e internas aos sindicatos somam-se na explicação desse recuo na história mais recente do movimento sindical.

SOB O GOVERNO DE LULA

É difícil não perceber, entretanto, que a profunda mudança do sindicalismo da CUT se fez com a manutenção de um discurso e, em certos momentos, uma prática de mobilização, que apresentava a central como principal pólo de oposição

às políticas neoliberais entre os trabalhadores urbanos sindicalizados. Uma caracterização que diferenciava a CUT de outras centrais, como a Força Sindical, que desde a origem, no início dos anos de 1990, era identificada como neoliberal. Foi o que ficou evidente no posicionamento público da CUT contra a proposta de reforma trabalhista do governo Fernando Henrique – que estabelecia o predomínio das negociações coletivas sobre as leis trabalhistas (prevalência do negociado sobre o legislado) em fins de 2001, distinto do apoio anunciado pela Força Sindical.

A partir de alguns dos sindicatos de base filiados à CUT, a resistência ao processo de privatização e ao ajuste neoliberal ganhou contornos de enfrentamento mais aberto. Como na já comentada greve dos petroleiros em 1995. Justamente por isso, chamou a atenção que a trajetória mais lenta de adaptação à ordem do sindicalismo cutista tenha sofrido uma rápida aceleração após a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003.

As eleições presidenciais de 2002, que levaram Lula da Silva e a aliança política por ele comandada ao governo brasileiro, foram saudadas interna e externamente como um marco do desgaste das políticas neoliberais, aplicadas cegamente pelos governantes brasileiros (com inspiração em outros casos internacionais) ao longo dos anos de 1990. Afinal, Lula, apesar de eleito por uma aliança com partidos conservadores e com declarações de campanha que reforçavam sua disposição de “não romper contratos”, era o sindicalista que havia comandado greves em plena ditadura militar e fundado o Partido dos Trabalhadores a partir das forças acumuladas pelo “novo sindicalismo”. Porém, os que alimentaram expectativas de mudanças, ainda que limitadas ou progressivas, logo se viram frustrados, pois da escolha do ministério à aplicação das primeiras medidas de política econômica, Lula demonstrou que governaria com e para um bloco histórico do grande capital, capitaneado pelo setor financeiro (com

o qual possuem ligação ativa todos os grandes capitalistas do setor dito “produtivo”) e apoiado pelos seus parceiros exportadores e latifundiários do agronegócio.

A manutenção dos juros em patamares estratosféricos somou-se a um rigor ortodoxo a toda prova, que elevou o *superavit* primário (o corte de gastos no orçamento que serve de garantia para o pagamento da dívida) a um nível que inviabilizou investimentos estatais que pudessem alavancar a retomada do crescimento econômico. Os resultados, evidentes mesmo pelas estatísticas oficiais: continuidade dos altos níveis de desemprego; redução do poder de compra dos salários; manutenção da desigualdade na distribuição de renda; crescimento da violência no campo, promovida pelos latifundiários; radicalização e aceleração do processo de desagregação social, com reflexos violentos na vida urbana.

Entre as várias medidas do governo para ampliar a “confiança dos mercados”, inscreve-se a continuidade e aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas por FHC, destinadas a transferir atividades antes dominadas pelo setor público para o controle privado, bem como a remover qualquer tipo de obstáculo à exploração do trabalho pelo capital, num contínuo processo de retirada de direitos da classe trabalhadora. Na agenda do governo Lula da Silva, 2003 foi o ano da (contra)reforma da Previdência, produzida sem abertura real de discussão com os setores organizados da sociedade, mas apresentada a partir de uma proposta referendada por um fórum dito “tripartite” (o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social – CDES), em que, sintomaticamente, estavam representados todos os grandes empresários devedores da previdência pública, assim como os sindicalistas cutistas.

Apesar de toda a perplexidade de boa parte dos trabalhadores do serviço público, que apoiaram a eleição de Lula confiando na perspectiva de mudança, a proposta de (contra)reforma previdenciária – que atingia mais diretamen-

te os direitos do funcionalismo público – foi recebida com indignação e mobilização. Uma greve nacional dos servidores públicos federais foi deflagrada e as primeiras manifestações de massa contra as políticas do governo Lula (como uma marcha de 70 mil servidores a Brasília) foram realizadas.

Para vencer a resistência do movimento organizado, em especial do funcionalismo público, e aprovar sua proposta, o governo contou não apenas com a confiança de amplos setores nos primeiros meses após a vitória eleitoral e posse do candidato/presidente operário, mas usou também das relações clientelísticas tradicionais (compra de votos, com cargos no governo e nas estatais, ou mesmo com pagamento em dinheiro – no chamado escândalo do “mensalão”) para garantir a base de apoio e os votos no Congresso, fazendo ainda uso da violência policial contra as manifestações sociais que visavam influenciar os parlamentares.

O diferencial em relação às lutas contra as reformas do período FHC foi o posicionamento da CUT, cuja direção agora se apresentava publicamente em oposição à greve dos servidores e, embora apresentasse críticas pontuais à proposta do governo, afirmava apoiar sua concepção geral de instituir um teto dos proventos e criar o espaço das “aposentadorias complementares” para os fundos de pensão privados, em substituição ao direito dos servidores à aposentadoria integral. Afinal a CUT possuía acento no CDES, respaldando o espaço em que a proposta fora gestada.

Na mesma direção, seguiram o governo e a CUT em 2004, ano que foi anunciado como o das (contras)reformas sindical e universitária que, embora não concluídas de uma só vez, seguiam a mesma lógica política maior da retirada de direitos no campo da previdência. O espaço institucional em que foi formulada a proposta de reforma sindical, que abre claramente o caminho para a efetivação daquilo que ficara a meio caminho no governo Fernando Henrique – a flexibilização da legislação trabalhista – foi o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Tam-

bém o FNT constitui-se em espaço “tripartite”, em que a CUT teve acesso como fração da representação dos trabalhadores. Muito embora a proposta formatada pelo Fórum contrarie frontalmente diversas das resoluções congressuais da central sobre a estrutura sindical, os representantes da CUT a assinaram e afirmam que a apoiarão em sua futura tramitação no Congresso Nacional. Isso porque a proposta consolida a perspectiva defendida pela maioria dos dirigentes da central, na linha do que foi chamado em seu debate interno de modelo do sindicato orgânico, para transformar as centrais em “certificadoras” dos sindicatos filiados, que poderão ser substituídos pela cúpula da central nas negociações coletivas.

Tal postura da maioria da direção da CUT de não apenas defender uma política sindical de conformação à ordem, mas também de se definir como braço auxiliar de um governo que aplica reformas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores, tem levado diversos setores a pautar o debate sobre sua relação com a central. Na esteira do processo de reorganização do movimento aberto nesta conjuntura, a maioria dos militantes e dirigentes comprometidos com as propostas que fundaram a central que acreditam ser necessário resistir às (contra)reformas retiraram-se da CUT. Vários sindicatos desfilaram-se da central, com o objetivo de construir outros instrumentos de organização, menos comprometidos com a lógica de conciliação e colaboração que tomou conta da sua direção. Um processo de reorganização que, no momento em que se conclui este livro, apenas se esboça e sobre o qual não é possível prever resultados.

CONSTRUINDO ALTERNATIVAS: QUE SINDICALISMO PARA AMANHÃ?

Este livro, por sua perspectiva de estudo histórico comprometido com a ação sindical autônoma e combativa, não poderia ser concluído sem se referir a alternativas ao quadro negativo atual. Não se trata de propor fórmulas mágicas, mas de observar potencialidades que surgem em exemplos concre-

tos de atividade sindical conseqüente nos últimos anos, capazes de esboçar respostas preliminares a questões como: de que forma enfrentar a reestruturação produtiva, mantendo a perspectiva autônoma e classista que marcou o sindicalismo brasileiro nos anos de 1980? Como resistir às reformas da estrutura sindical propostas pelo governo, evitando a perda de autonomia dos sindicatos de base para as centrais e ao modelo fracionador do sindicalismo por empresa, superando, também, o sindicalismo corporativista, que sobreviveu a duas ditaduras e duas “redemocratizações”?

No plano mais amplo, é indispensável ter em conta que, no atual estágio da internacionalização do capital, respostas sindicais nacionais terão sempre um papel restrito. Se a estratégia empresarial visa criar um clima de competitividade entre os trabalhadores da mesma empresa ou do mesmo ramo produtivo nas mais diferentes regiões do mundo, em busca dos níveis mais altos de produtividade e de um sindicalismo mais dócil, uma contrapartida se impõe e tem sido, ainda que timidamente, esboçada: a atualização da antiga palavra de ordem do internacionalismo operário. O que hoje existe como sopro de esperança internacionalista – o movimento altermundista (dos Fóruns Sociais Mundiais) – carece de referências políticas anticapitalistas mais bem definidas e apresenta-se dividido entre organizações classistas e ONGs conformadas à ordem. Ainda assim, uma integração maior dos sindicatos nesses movimentos seria fundamental, buscando conferir-lhes o caráter de classe e um programa ant imperialista e anticapitalista mais nítido.

Por outro lado, a importância para a atual etapa da acumulação capitalista da constante introdução de novas tecnologias, equipamentos e técnicas gerenciais – sempre com o intuito de poupar força de trabalho e ampliar a produtividade – no processo produtivo obriga os sindicatos a aprofundarem seus conhecimentos sobre tais inovações e a buscarem estabelecer limites à sua implantação. O mais di-

fácil, entretanto, é fazer isso sem aderir aos chamados para a parceria com o capital. Tais chamados têm justificativas variadas – manter a produtividade elevada para garantir competitividade em um mundo globalizado e pressionar pela garantia de privilégios fiscais para as empresas que compensem as dificuldades das flutuações econômicas, são exemplos – mas utilizam-se sempre de um argumento de força: o lucro da empresa é a única garantia do emprego de seus trabalhadores. Trata-se de um argumento forte em tempos de desemprego estrutural. No âmbito da empresa ou da categoria será difícil responder-lhe adequadamente e a unificação das lutas torna-se um imperativo. Somente na escala das grandes mobilizações nacionais, como a greve geral de 1989, será possível fazer frente às perdas que os trabalhadores vêm sofrendo, com a reestruturação nas empresas e a retirada de direitos das contra-reformas dos governos. A experiência internacional – vide as mobilizações francesas contra as propostas de flexibilização das regras do emprego de jovens, em 2006 – vem demonstrando que é possível, mas apenas nesta escala, barrar propostas mais destrutivas.

Já a perda de filiados e a nova fragmentação da classe obrigam o movimento sindical a formular estratégias includentes, que caminhem no sentido da representação dos interesses dos terceirizados, precarizados e desempregados. Isso implica lutar por acordos coletivos que atinjam todos os empregados em cada ramo de atividade econômica, independentemente do vínculo de contrato (incluindo, portanto, os terceirizados e prestadores de serviços), bem como por um seguro desemprego decente, que garanta a vida digna aos desempregados, enquanto perdure a situação de desemprego. A defesa da redução da jornada de trabalho (sem redução de salários), deve ser transformada em grande bandeira, pois possui um potencial unificador – entre empregados e desempregados – imenso.

E se os desempregados e precarizados raramente se vêem representados pelos sindicatos, isso não significa que estejam

ausentes de toda e qualquer forma de organização e luta coletiva. Ao contrário, ampliou-se muito nos últimos anos o volume das lutas – embora muitas vezes fragmentadas – de movimentos sociais que mobilizam em torno das condições de vida da classe trabalhadora. Desnecessário reforçar que o principal movimento social brasileiro nos anos de 1990 foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nas cidades, movimentos como os dos “sem-teto”, ou de resistência contra a violência policial nas favelas e periferias, crescem na proporção mesma em que se agravam as condições de vida da maior parte da classe trabalhadora. Sem substituí-los, mas integrando-se a eles nas suas lutas, os sindicatos construiriam um caminho importante para ampliarem sua representatividade e abandonarem a passividade atual. Entidades que unifiquem sindicatos e movimentos desse tipo, representando as demandas da classe em seu sentido mais amplo, e coordenando grandes lutas unificadas, se fazem cada vez mais necessárias.

Novas posições também têm de ser tomadas de forma a garantir o alargamento da base social de apoio aos sindicatos do setor de serviços, em especial no caso dos serviços públicos, em que as políticas de desobrigação do Estado têm não só desmontado as estruturas de seguridade social, mas também atacado os servidores e suas entidades representativas, apresentando-os como portadores de privilégios contrários aos interesses da população. É a classe trabalhadora quem continua a depender desses serviços públicos cada vez mais sucateados, de educação, saúde etc. Unir nas lutas os trabalhadores do serviço público e seus usuários, também trabalhadores, deveria ser pauta prioritária do movimento sindical.

Quanto à permanência da estrutura corporativista, faz-se mais necessário do que nunca resgatar a concepção de sindicato que esteve na origem das grandes mobilizações identificadas com o novo sindicalismo: classista, autônomo, combativo, construído a partir das bases e democrático. Cabe resistir às propostas do governo de reforma na legislação sindical,

que objetivam fragmentar e controlar ainda mais os sindicatos, avançando na definição de princípios e práticas de uma organização alternativa. O que não poderá se dar nos marcos da CUT, central já totalmente comprometida com a ordem.

O processo de reestruturação produtiva caminha em paralelo ao seu complemento político: a efetivação pelo Estado das propostas neoliberais. Por isso mesmo, tomados isoladamente, os sindicatos não terão condições de inverterem a lógica atual. No campo da política, o papel principal para a reversão dessa lógica pertence aos partidos identificados com a classe trabalhadora (e aí também os recuos têm sido significativos, como demonstrou o PT). Mas os sindicatos são e devem continuar sendo espaços importantes de construção e discussão de alternativas políticas, razão pela qual devem evitar o raciocínio corporativo que indica caminhos específicos para categorias específicas e atuar no sentido de construir projetos alternativos, que respondam pelos interesses dos trabalhadores em um plano político mais geral. Projetos que só podem ser levados adiante a partir de grandes mobilizações. Se as categorias isoladas encontram graves dificuldades em enfrentar um quadro conjuntural desfavorável, impõe-se a unificação das lutas contra a ofensiva empresarial e do governo. Se essas diretrizes tornam-se incompatíveis com a linha que vem sendo defendida pelas direções do movimento, coloca-se uma outra necessidade, a da renovação das direções.

São, sem dúvida, desafios de grande porte. Não devem, entretanto, ser vistos como intransponíveis. Afinal, em outros momentos já foram ouvidas as vozes dos arautos do fim da classe trabalhadora e dos sindicatos, do fim da história, do fim das possibilidades de transformação da realidade social. As lutas da classe trabalhadora brasileira ao longo das décadas estudadas neste livro desmentiram muitas vezes essa charanga anti-sindical. Aprendamos com elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As citações de fontes e as linhas de interpretação desenvolvidas neste livro devem-se ao uso de uma extensa lista de livros e de documentos de época sobre o tema. Os documentos de época, quando não consultados a partir de livros que os reproduziam, foram lidos a partir dos seguintes acervos: Biblioteca Nacional (BN); Arquivo Nacional (AN); Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ); e Biblioteca Aloísio Palhano (BAP), do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. De forma sintética, apresenta-se a seguir uma lista da bibliografia e das fontes utilizadas, a partir de uma divisão pelos capítulos:

CAPÍTULO I

BATALHA, Cláudio. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século 19: algumas reflexões em torno da formação da classe operária.” *Cadernos do AEL*, Nos 11/12. Campinas, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos

- trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930.” *Afro-Ásia*, n° 24. Salvador, 2000.
- DUARTE, Leila. *Pão e liberdade: uma história de escravos e livres na virada do século 19*. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj/Mauad, 2002.
- GOLDMACHER, Marcela. *Movimento operário: aspirações e lutas – Rio de Janeiro 1890-1906*. (Monografia de Graduação) Niterói, UFF, 2002.
- GOMES, Flávio dos Santos Gomes. “História, protesto e cultura política no Brasil escravista.” In Souza, Jorge Prata de (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro, APERJ, 1998.
- KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1976. (2 vols.).
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas, Unitrabalho/Edufpel, 2001.
- LUCA, Tânia de. *O sonho do futuro assegurado (o mutualismo em São Paulo)*. São Paulo, Contexto, 1990.
- MATTOS, Marcelo B. (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*. Rio de Janeiro, Faperj/Bom Texto, 2005.
- MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo, Perseu Abramo, 2001.
- QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmândades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo, Annablume/Faperj, 2002.

REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP* n°. 18. São Paulo, 1993.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravidão: uma investigação de história cultural*. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.

CAPÍTULO II

ADDOR, C. A. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

CARONE, E. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Difel, 1985.

DUTRA, E. F. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. São Paulo, Hucitec/UFMG, 1988.

FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel, 1976.

GITAHY, M. L. C. *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo, Ed.Unesp/Pref. Santos, 1992.

GOMES, A. C. (coord.). *Velhos militantes. Depoimentos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

HARDMAN, F. F. & LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.

KHOURY, Y. A. (org.). *As greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 1981.

KOCHER, B. & LOBO, E. M. L. *Ouve meu grito. Antologia de poesia operária (1894-1923)*. Rio de Janeiro, UFRJ/ Marco Zero, 1987.

LOBO, E. M. L. & STOTZ, E. “Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário – 1880 a 1930.” *In Revista Rio de Janeiro* n° 1. Rio de Janeiro, dezembro de 1985.

- MATTOS, Rômulo Costa. *A “aldeia do mal”: o morro da favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Niterói, UFF, 2004 (dissertação de mestrado).
- MOREIRA, S. *São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- PINHEIRO, P. S. & HALL, M. *A classe operária no Brasil – 1889-1930 – Documentos*. São Paulo, Alfa-Ômega/Brasiliense, 1979/1981 (2 vols.).
- PINHEIRO, P. S. “Proletariado industrial na primeira república”. In FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, vol. 2. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1985.
- STOTZ, E. N. *Formação da classe operária: Rio de Janeiro, 1870-1890*. Niterói, UFF, 1984 (relatório de pesquisa). *A Vida*. São Paulo, Ícone/CMS, 1988 (coleção fac-similar). *A Voz do Trabalhador*. São Paulo, Imp. Oficial/CMS, 1985 (coleção fac-similar).

CAPÍTULO III

- ARAÚJO, R. M. B. de. *O Batismo do trabalho. A experiência de Lindolfo Collor*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1990.
- CARONE, E. *A Segunda República*. São Paulo, Difel, 1974.
- GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.
- GOMES, A. C. (org.). *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- MUNAKATA, K. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- PARANHOS, A. *O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 1999.

- PETERSEN, S. R. F. & LUCAS, M. E. (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho. 1870-1937*. Porto Alegre, Tchê!/Ed. UFRGS, 1992.
- ROWLAND, R. “Classe operária e Estado de compromisso.” *In Estudos Cebrap* nº 8. São Paulo, abril-junho de 1974.
- TROYANO, A. A. *Estado e sindicalismo*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

CAPÍTULO IV

- ABREU, P. T. *As greves no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Niterói, UFF, 2001 (dissertação de mestrado).
- Bancários*. Rio de Janeiro, 1945-1964 (jornal). *Bancário*. Rio de Janeiro, Sindicato dos Bancários, 1938-1985 (jornal).
- BARBOSA, J. M. *As greves no Rio de Janeiro do pós-guerra*. Niterói, UFF, 2000 (monografia de graduação).
- COSTA, S. A. *Estado e controle sindical no Brasil: um estudo sobre três mecanismos de coerção (1960-1964)*. São Paulo, TAQ, 1986.
- DA COSTA, H. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Escrita, 1995.
- DELGADO, L. A. N. *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil: 1961-1964*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- ERICKSON, K. P. *Sindicalismo e processo político brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- FIGUEIREDO, B. G. (org.). *Batistinha: o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro, CMF/Amorj, 1994.
- FORTES, A. (e outros). *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, Ed. Unicamp, 1999.

- MARANHÃO, R. *Sindicatos e democratização*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MATTOS, Marcelo B. (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj, 2003.
- MOISÉS, J. A. *Greve de massa e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-54)*. São Paulo, Pólis, 1978.
- MUT, Rio de Janeiro, 1945 (jornal). *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 1959-1964 (jornal semanal).
- PEREIRA, L. L. *Os papéis azuis da repressão: o Dops e os sindicatos cariocas*. Niterói, UFF, 1999 (monografia de graduação).
- SANDOVAL, S. *Os trabalhadores param. Greves e mudança social no Brasil. 1945-1990*. São Paulo, Ática, 1994.
- SPINDEL, A. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo, Símbolo, 1980.
- STUART, L. *A atuação dos conselhos sindicais na indústria metalúrgica do Rio de Janeiro de 1953 a 1964*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992 (dissertação de mestrado).
- TELLES, J. *O movimento sindical no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- WEFFORT, F. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964.” *In Cultura e Política*. São Paulo, 1978/1979 (artigo em 3 partes).

CAPÍTULO V

- CARONE, E. *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, Difel, 1984. *Conferência Nacional dos dirigentes sindicais. Pela defesa da democracia e do bem-estar do trabalhador*. Rio de Janeiro, s.e., 1964.

- FREDERICO, C. (org.). *A esquerda e o movimento operário*. São Paulo / Belo Horizonte, Novos Rumos/Oficina de Livros, 1987-1990 (3 vols.).
- GIANOTTI, V. *A liberdade sindical no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- GOENDER, J. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1987.
- MARIZ, D. M. *Pelo fortalecimento dos sindicatos*. Brasília, Senado Federal, 1970.
- MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- MENDONÇA, S. & FONTES, V. *História do Brasil recente*. São Paulo, Ática, 1989. *Meta*. Rio de Janeiro, 1970-1988 (jornal).
- SANTOS, W.G. *Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1990.

CAPÍTULO VI

- ALMEIDA, M. H. T. *Crise econômica e interesses organizados*. São Paulo, Fapesp/Edusp, 1996. *Aconteceu especial*. São Paulo, 1978-1984.
- ALMEIDA, M. H. T. de. “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”. In *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ANTUNES, R. *O novo sindicalismo*. São Paulo, Brasil Urgente, 1981.
- BIONDI, A. *O Brasil privatizado*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.
- BOITO JR., A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

- Cadernos Andes* n° 16. Brasília, 1999.
- Cadernos do Ceas* n° 70. Salvador, novembro-dezembro de 1980. CUT. 1° Conclat. São Paulo, 1983.
- CUT. *Deliberações do 6° Concut*. São Paulo, 1997.
- FRANÇA, T. P. de. *Para onde foi o novo sindicalismo? Sindicatos e reestruturação produtiva no Brasil*. Niterói, UFF, 2000 (dissertação de mestrado).
- GIANOTTI, V. & NETO, S. *Para onde vai a CUT?* São Paulo, Scritta, 1993.
- GONÇALVES, R. & POMAR, V. *O Brasil endividado*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000. *História Imediata*. n° 2. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.
- MOISÉS, J. A. “A estratégia do novo sindicalismo”. In *Revista de Cultura e Política* n° 5/6. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- NORONHA, E. (e outros). *Mundo do trabalho: crise e mudança no fim do século*. São Paulo, Scritta, 1994.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SILVA, L. I. L. da. *Lula: entrevistas e discursos*. São Paulo, s.e., 1981.
- SINDIPETRO-RJ. *Por outro lado*. Rio de Janeiro, agosto de 1995.